

# Demonstrações Financeiras Anuais 2012

## Conteúdo

Relatório da Administração

Demonstrações Financeiras

Parecer da Auditoria

Notas Explicativas

Parecer do Conselho de Administração

Parecer do Conselho Fiscal

Declaração da Diretoria



Coelce é uma companhia do **Grupo Enel**.

Enel é uma das maiores empresas de energia do Mundo.

O Grupo produz, distribui e vende energia sustentável, respeitando as pessoas e o meio ambiente. A Enel fornece energia para mais de 60 milhões de clientes residenciais e corporativos em 40 Países, e cria valor para 1,3 milhão de investidores.

**coelce**

uma empresa **endesabrazil**

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

---

Senhores acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Companhia Energética do Ceará - Coelce submete à apreciação dos senhores o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, com os pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2012 e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Todas as comparações realizadas neste relatório levam em consideração dados consolidados em relação ao mesmo período de 2011, exceto quando especificado em contrário.

A Companhia Energética do Ceará - Coelce é uma companhia do Grupo Enel.

A Enel é uma das maiores empresas de energia do Mundo.

O Grupo produz, distribui e vende energia sustentável, respeitando as pessoas e o meio ambiente. A Enel fornece energia para mais de 60 milhões de clientes residenciais e corporativos em 40 Países, e cria valor para 1,3 milhão de investidores.

**AMBIENTE REGULATÓRIO**

---

**3º Ciclo de Revisão Tarifária Periódica**

O Contrato de Concessão nº 01/98, que regula a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica na área de concessão da Coelce, define a data de 22/04/2011 para a realização da terceira revisão tarifária periódica (3CRTP).

Devido à extensão das discussões relativas às metodologias para o 3CRTP, não houve tempo hábil para se proceder com a revisão tarifária da Coelce na data definida no Contrato de Concessão. De acordo com a disciplina definida pela Resolução 433/2011, que veio a ser substituída pela Resolução 471/2011, as tarifas vigentes em 22/04/2011 foram prorrogadas, não tendo o consumidor percebido qualquer movimentação tarifária naquela oportunidade.

Embora processada em atraso, a revisão tarifária da Coelce tem vigência desde a data prevista no Contrato de Concessão, de 22/04/2011. Com o objetivo de tornar neutro para distribuidora e consumidores a postergação da revisão tarifária, foi apurado um componente financeiro a partir da diferença entre as tarifas prorrogadas (que foram aplicadas) e aquelas definidas na revisão tarifária (que deveriam ter sido aplicadas), aplicadas sobre o mercado de referência dos próximos reajustes tarifários (2013 e 2014).

Em 18 de janeiro de 2012 foi concedida Liminar Judicial à ABRADÉE cuja decisão obriga a ANEEL a deixar de considerar, em prol da modicidade tarifária, a redução da WACC a ser aplicada sobre a base de remuneração, em decorrência do benefício fiscal auferido pelas distribuidoras que atuam nas regiões Norte e Nordeste que quando gozam do direito que lhes foi outorgado recolhem somente 15,25% a título de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), enquanto as distribuidoras que atuam nas demais regiões do País pagam 34%.

Com a concessão desta Liminar, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores da Coelce em razão da revisão tarifária era de -10,89%.

No entanto, no dia 10 de abril de 2012, o Ministro do Superior Tribunal de Justiça – STJ, Ari Pargendler suspendeu a referida Decisão Liminar. A partir dessa decisão, a ANEEL volta a definir o WACC conforme metodologia aprovada pela Diretoria, o que significa dizer que os consumidores da Coelce teriam uma redução tarifária maior. Consequentemente, no dia 17 de abril de 2012, a ANEEL aprovou de maneira definitiva o resultado da 3RTP da Coelce. Aplicando-se a metodologia aprovada pela ANEEL, o efeito médio para o consumidor que era de -10,89% passa a ser de -12,20%, aplicado a partir de 22 de abril de 2012.

No dia 1 de junho de 2012, a liminar judicial voltou a vigorar por decisão do presidente do STF e, em 26 de junho de 2012, a ANEEL aprovou o novo valor do 3º ciclo de revisão tarifária periódica da Coelce, passando de -12,20% para -10,89%, com aplicação imediata.

**Reajuste Tarifário Anual de 2012**

O objetivo do Reajuste Tarifário Anual é manter o poder de compra da receita da concessionária, segundo fórmula prevista no contrato de concessão. Acontece anualmente, exceto no ano da revisão tarifária periódica. Para aplicação dessa fórmula, são calculados todos os custos da Parcela A. Os outros custos, constantes da Parcela B, são corrigidos pelo IGP-M, da Fundação Getúlio Vargas. A correção da Parcela B ainda depende do Fator X, índice fixado pela ANEEL por ocasião da revisão tarifária periódica. Sua função é compartilhar com o consumidor os ganhos de eficiência e competitividade da concessionária, decorrentes do crescimento do número de unidades consumidoras e do aumento do consumo do mercado existente, o que contribui para a modicidade tarifária.

Assim, no dia 17 de abril de 2012 a ANEEL aprovou o índice de reajuste tarifário anual médio de 5,21%, a ser aplicado às tarifas da Companhia. O valor combinado oriundo da aplicação destes dois mecanismos tarifários (revisão e reajuste) foi um efeito médio de -7,61% nas tarifas da Coelce, a partir do dia 22 de abril de 2012.

Este resultado refletia a queda da liminar judicial que impedia a ANEEL de capturar o benefício fiscal da SUDENE via WACC regulatória. No entanto, após a decisão do presidente do STF e da aprovação pela ANEEL do valor da revisão tarifária, em 26 de junho de 2012, o efeito médio do novo valor da revisão e do reajuste tarifário passa de -7,61% para o valor definitivo -6,76%, até que a causa judicial tenha o seu mérito julgado.

**PRINCIPAIS INDICADORES**
**DESTAQUES DO PERÍODO**

|  | 2012      | 2011      | Var. %    |
|--|-----------|-----------|-----------|
| Volume de Energia - Venda e Transporte (GWh) | 9.818     | 8.927     | 10,0%     |
| Receita Bruta (R\$ mil)                      | 4.027.128 | 3.693.817 | 9,0%      |
| Receita Líquida (R\$ mil)                    | 2.893.720 | 2.627.212 | 10,1%     |
| EBITDA (1) (R\$ mil)                         | 657.123   | 754.863   | -12,9%    |
| Margem EBITDA (%)                            | 22,71%    | 28,73%    | -6,02 p.p |
| EBIT (2) (R\$ mil)                           | 542.556   | 621.343   | -12,7%    |
| Margem EBIT (%)                              | 18,75%    | 23,65%    | -4,90 p.p |
| Lucro Líquido (R\$ mil)                      | 420.000   | 471.182   | -10,9%    |
| Margem Líquida (%)                           | 14,51%    | 17,93%    | -3,42 p.p |
| CAPEX (R\$ mil)                              | 247.195   | 298.262   | -17,1%    |
| DEC (12 meses)                               | 8,06      | 9,31      | -13,4%    |
| FEC (12 meses)                               | 4,62      | 6,04      | -23,5%    |
| Índice de Arrecadação (12 meses)             | 99,48%    | 99,43%    | 0,05 p.p  |
| Perdas de Energia (12 meses)                 | 12,59%    | 11,92%    | 0,67 p.p  |
| Nº de Consumidores Totais                    | 3.338.163 | 3.224.378 | 3,5%      |
| Nº de Colaboradores (Próprios)               | 1.244     | 1.309     | -5,0%     |
| MWh/Colaborador                              | 7.627     | 6.942     | 9,9%      |
| MWh/Consumidor                               | 2,98      | 2,81      | 6,0%      |
| PMSO (3)/Consumidor                          | 130,60    | 113,14    | 15,4%     |
| Consumidor/Colaborador                       | 2.683     | 2.463     | 8,9%      |

(1) EBITDA: EBIT + Depreciações e Amortizações, (2) EBIT: Resultado do Serviço e (3) PMSO: Pessoal, Material, Serviços e Outros.

**DESEMPENHO OPERACIONAL**
**NÚMERO DE CONSUMIDORES (UNIDADES)**

|   | 2012             | 2011             | Var. %       |
|---|------------------|------------------|--------------|
| <b>Mercado Cativo</b>                   | <b>3.068.295</b> | <b>2.967.952</b> | <b>3,4%</b>  |
| Residencial – Convencional              | 1.214.709        | 1.237.172        | -1,8%        |
| Residencial - Baixa Renda               | 1.211.463        | 1.122.859        | 7,9%         |
| Industrial                              | 5.878            | 5.865            | 0,2%         |
| Comercial                               | 168.617          | 164.476          | 2,5%         |
| Rural                                   | 424.885          | 396.100          | 7,3%         |
| Setor Público                           | 42.743           | 41.480           | 3,0%         |
| <b>Clientes Livres</b>                  | <b>43</b>        | <b>36</b>        | <b>19,4%</b> |
| Industrial                              | 35               | 28               | 25,0%        |
| Comercial                               | 8                | 8                | -            |
| Revenda                                 | 2                | 2                | -            |
| <b>Subtotal - Consumidores Efetivos</b> | <b>3.068.340</b> | <b>2.967.990</b> | <b>3,4%</b>  |
| Consumo Próprio                         | 236              | 221              | 6,8%         |
| Consumidores Ativos sem Fornecimento    | 269.587          | 256.167          | 5,2%         |
| <b>Total - Número de Consumidores</b>   | <b>3.338.163</b> | <b>3.224.378</b> | <b>3,5%</b>  |

A Coelce encerrou o ano de 2012 com 3.338.163 unidades consumidoras ("consumidores"), 3,5% superior ao número de consumidores registrado ao final de 2011. Esse crescimento representa um acréscimo de 113.785 novos consumidores à base comercial da Companhia. O acréscimo observado entre os períodos analisados está concentrado na classe residencial (convencional e baixa renda, conjuntamente) e rural, com mais 94.926 novos consumidores.

Essa evolução representa, em essência, o crescimento vegetativo do mercado cativo da Coelce, reflexo dos investimentos para conexão de novos clientes à rede da Companhia, em especial pelos investimentos realizados no Programa Luz para Todos (PLPT). Juntos, esses investimentos totalizaram o montante de R\$ 108 milhões em 2012.

Em termos de consumidores efetivos, a Companhia encerrou o ano de 2012 com 3.068.340 consumidores, um incremento de 3,4% em relação ao ano de 2011. Os consumidores efetivos representam o total dos consumidores excluindo-se as unidades de consumo próprio e os consumidores ativos sem fornecimento.

A Companhia fechou 2012 com 43 clientes livres, um acréscimo de 7 novos clientes, que representa um incremento de 19,4% em relação ao número registrado no fechamento de 2011.

**VENDA E TRANSPORTE DE ENERGIA (GWH)**

|  | 2012         | 2011         | Var. %       |
|--|--------------|--------------|--------------|
| Mercado Cativo                               | 8.665        | 7.938        | 9,2%         |
| Clientes Livres                              | 1.153        | 989          | 16,6%        |
| <b>Total - Venda e Transporte de Energia</b> | <b>9.818</b> | <b>8.927</b> | <b>10,0%</b> |

O volume total de venda e transporte de energia na área de concessão da Coelce no ano de 2012 foi de 9.818 GWh, o que representa um incremento de 10,0% (+891 GWh) em relação ao ano de 2011, cujo volume foi de 8.927 GWh. Esta variação é o efeito combinado de (i) um incremento observado

no mercado cativo da Companhia de 9,2% (+727 GWh) em 2012 com relação a 2011 (8.665 GWh versus 7.938 GWh), impulsionado ainda por (ii) um maior volume de energia transportado para os clientes livres, cujo montante em 2012, de 1.153 GWh, foi 16,6% superior ao registrado em 2011 (+164 GWh). Essa energia (transportada) gera uma receita para a Coelce através da TUSD – Tarifa do Uso do Sistema de Distribuição.

#### VENDA DE ENERGIA NO MERCADO CATIVO (GWH)

|   | 2012         | 2011         | Var. %      |
|---|--------------|--------------|-------------|
| Residencial – Convencional                        | 2.020        | 1.553        | 30,1%       |
| Residencial - Baixa Renda                         | 1.290        | 1.489        | -13,4%      |
| Industrial  | 1.186        | 1.276        | -7,1%       |
| Comercial   | 1.826        | 1.671        | 9,3%        |
| Rural   | 1.093        | 810          | 34,9%       |
| Setor Público                                     | 1.250        | 1.139        | 9,7%        |
| <b>Total - Venda de Energia no Mercado Cativo</b> | <b>8.665</b> | <b>7.938</b> | <b>9,2%</b> |

O mercado cativo da Companhia apresentou um incremento de 9,2% no ano de 2012 quando comparado ao ano de 2011. As classes residencial baixa renda e industrial apresentaram retração no consumo, em decorrência, respectivamente, (i) da aplicação dos novos critérios para enquadramento dos clientes residenciais baixa renda e (ii) pela migração de clientes do mercado cativo para o mercado livre. A classe rural apresentou aumento no consumo de 34,9% devido, principalmente, à maior necessidade do acionamento de equipamentos e sistemas de irrigação na região rural da Companhia (pela redução do volume de chuvas em 2012 contra 2011).

Observa-se também um elevado incremento na classe residencial convencional. Essa variação é o reflexo das alterações nos critérios de elegibilidade para enquadramento dos consumidores na Tarifa Social de Energia Elétrica. Os novos critérios causaram uma migração de aproximadamente 365 mil antigos clientes classificados como residencial baixa renda para a classe residencial convencional (na média anual), causando a variação acima mencionada. As classes residencial convencional e residencial baixa renda apresentaram, quando analisadas em conjunto, uma evolução na venda de energia de 8,8%.

#### INDICADORES OPERACIONAIS E DE PRODUTIVIDADE

|                                    | 2012   | 2011   | Var. %   |
|------------------------------------|--------|--------|----------|
| DEC 12 meses (horas)               | 8,06   | 9,31   | -13,4%   |
| FEC 12 meses (vezes)               | 4,62   | 6,04   | -23,5%   |
| Perdas de Energia 12 meses (%)     | 12,59% | 11,92% | 0,67 p.p |
| Índice de Arrecadação 12 meses (%) | 99,48% | 99,43% | 0,05 p.p |
| MWh/Colaborador                    | 7.627  | 6.942  | 9,9%     |
| MWh/Consumidor                     | 2,98   | 2,81   | 6,0%     |
| PMSO (1)/Consumidor                | 130,68 | 113,14 | 15,5%    |

(1) PMSO: Pessoal, Material, Serviços e Outros

Os indicadores DEC e FEC medem a qualidade do fornecimento de energia do sistema de distribuição da Coelce. Eles refletem:

- DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora): a duração média em que os consumidores da Companhia tiveram o seu fornecimento de energia interrompido. Medido em horas por período (no caso, horas nos últimos 12 meses).
- FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora): a frequência média em que os consumidores da Companhia tiveram o seu fornecimento de energia interrompido. Medido em vezes por período (no caso, vezes nos últimos 12 meses).

A Coelce encerrou o ano de 2012 com DEC de 8,06 horas, índice 13,4% melhor do que o registrado no ano de 2011, de 9,31 horas. O FEC alcançou o patamar de 4,62 vezes, o que representa uma melhoria de 23,5% em relação ao ano de 2011, que fechou em 6,04 vezes. A Coelce investiu R\$ 31 milhões em qualidade do sistema no ano de 2012.

Em abril de 2012, a ANEEL divulgou os resultados do primeiro ranking de Continuidade do Serviço, envolvendo as 63 distribuidoras de energia elétrica do Brasil. Este ranking avalia os desempenhos ponderados dos indicadores de qualidade DEC e FEC em relação à meta/limite estabelecido pela ANEEL. A Coelce obteve o 1º lugar neste ranking.

As perdas de energia TAM – Taxa Anual Móvel (medição acumulada em 12 meses) alcançaram o valor de 12,59% em 2012, um incremento de 0,67 p.p. em relação às perdas registradas em 2011, de 11,92%. Este incremento é explicado, basicamente, pela elevação no consumo de 10,0% em 2012 com relação ao ano de 2011. Em 2012, foi investido no combate às perdas o montante de R\$ 19 milhões.

Em relação ao índice de arrecadação TAM (valores arrecadados sobre valores faturados, em 12 meses), o mesmo encerrou 2012 em 99,48%, percentual praticamente estável (+0,05 p.p.) em relação ao encerramento de 2011, de 99,43%.

Os indicadores MWh/colaborador e MWh/consumidor refletem a produtividade da Companhia, em termos de geração de valor pela força de trabalho (colaboradores) e em termos de geração de valor pela base comercial (consumidores).

A Coelce encerrou 2012 com o indicador de MWh/colaborador de 7.627, índice 9,9% superior que ao de 2011, de 6.942. O indicador de MWh/consumidor alcançou o patamar de 2,98, um incremento de 6,0% em relação ao ano de 2011, de 2,81.

O indicador PMSO/consumidor, que busca avaliar a eficiência de custos pela base comercial da Companhia, alcançou o valor de R\$130,68/consumidor em 2012, o que representa um incremento de 15,5% em relação ao ano anterior, que fechou em R\$113,14/consumidor.

**DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO**
**PRINCIPAIS CONTAS DE RESULTADO (R\$ MIL) E MARGENS (%)**

|  | 2012           | 2011           | Var. %        |
|--|----------------|----------------|---------------|
| Receita Operacional Bruta                      | 4.027.128      | 3.693.817      | 9,0%          |
| Deduções à Receita Operacional                 | (1.133.408)    | (1.066.605)    | 6,3%          |
| Receita Operacional Líquida                    | 2.893.720      | 2.627.212      | 10,1%         |
| Custos do Serviço e Despesas Operacionais      | (2.351.164)    | (2.005.869)    | 17,2%         |
| <b>EBITDA</b>                                  | <b>657.123</b> | <b>754.863</b> | <b>-12,9%</b> |
| Margem EBITDA                                  | 22,71%         | 28,73%         | -6,02 p.p     |
| EBIT(3)  | 542.556        | 621.343        | -12,7%        |
| Margem EBIT                                    | 18,75%         | 23,65%         | -4,90 p.p     |
| Resultado Financeiro                           | 58.070         | (44.567)       | -230,3%       |
| Imposto de Renda, Contribuição Social e Outros | (180.626)      | (105.594)      | 71,1%         |
| <b>Lucro Líquido</b>                           | <b>420.000</b> | <b>471.182</b> | <b>-10,9%</b> |
| Margem Líquida                                 | 14,51%         | 17,93%         | -3,42 p.p     |
| Lucro por Ação (R\$/ação)                      | 5,39           | 6,05           | -10,9%        |

**Receita Operacional Bruta**

A receita operacional bruta da Coelce alcançou, em 2012, R\$ 4.027 milhões, um incremento de 9,0% em relação ao ano de 2011, de R\$ 3.694 milhões (+R\$ 333 milhões). Esse incremento é o efeito líquido, principalmente, dos seguintes fatores, destacados abaixo:

|   | 2012             | 2011             | Var. %      |
|---|------------------|------------------|-------------|
| Fornecimento de Energia Elétrica              | 3.347.818        | 3.149.033        | 6,3%        |
| Subsídio Baixa Renda                          | 257.554          | 188.281          | 36,8%       |
| Suprimento de Energia Elétrica                | 79.926           | 13.125           | -           |
| Receita pela Disponibilidade da Rede Elétrica | 118.555          | 131.681          | -10,0%      |
| Receita Operacional IFRIC-12*                 | 169.089          | 170.504          | -0,8%       |
| Outras Receitas                               | 54.186           | 41.193           | 31,5%       |
| <b>Total - Receita Operacional Bruta</b>      | <b>4.027.128</b> | <b>3.693.817</b> | <b>9,0%</b> |

**Variações relevantes**

**Fornecimento de Energia Elétrica (aumento de R\$ 199 milhões):** Este incremento está associado ao aumento do volume de energia vendida para o mercado cativo da Companhia de, 9,2%, o qual foi parcialmente compensado pela aplicação do efeito combinado da revisão e do reajuste tarifário negativo de 7,61% aplicado entre 22 de abril e 26 de junho de 2012 e de -6,76%, aplicado a partir de 26 de junho de 2012.

**Subsídio Baixa Renda (aumento de R\$ 69 milhões):** O incremento é o reflexo, basicamente, da contabilização de R\$ 39 milhões em abril de 2012, tendo em vista à modificação da forma de custeio da tarifa Social de Energia Elétrica, instituída pela Resolução ANEEL 472/12, a qual determinou que o subsídio passasse a ser custeado integralmente por meio da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE.

**Suprimento de Energia Elétrica (aumento de R\$ 67 milhões):** O incremento observado está associado, principalmente, a uma expressiva elevação no preço médio da energia no mercado de curto prazo (spot) de R\$ 29,36 em 2011 para R\$ 161,13 em 2012, sendo que, no período de agosto a dezembro de 2012, onde a Coelce realizou o maior montante de venda no curto prazo, o preço médio foi de R\$ 245,20.

Excluindo-se o efeito da receita operacional - IFRIC 12\*, a receita operacional bruta da Companhia, em 2012, alcançou o montante de R\$ 3.858 milhões, o que representa um incremento de 9,5% em relação ao ano anterior, cujo montante foi de R\$ 3.523 milhões (+R\$ 335 milhões).

\*A ICPC 01 estabelece que o concessionário de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 – Receitas (serviços de operação – fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão. A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero (*contabilizando-se o mesmo valor na receita e na despesa*), considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

**Deduções à Receita Operacional**

As deduções da receita apresentaram incremento de 6,3% em relação ao ano anterior, alcançando -R\$ 1.133 milhões em 2012, contra -R\$ 1.067 milhões no ano de 2011 (-R\$ 66 milhões). Esse incremento é o efeito das seguintes variações:

|  | 2012               | 2011               | Var. %      |
|--|--------------------|--------------------|-------------|
| ICMS   | (785.912)          | (719.779)          | 9,2%        |
| COFINS   | (144.328)          | (140.547)          | 2,7%        |
| PIS  | (31.261)           | (29.689)           | 5,3%        |
| Quota Reserva Global de Reversão – RGR             | (43.056)           | (33.480)           | 28,6%       |
| Conta de Consumo de Combust. Fósseis – CCC         | (76.723)           | (105.734)          | -27,4%      |
| Programa de Eficiência Energética e P&D            | (22.628)           | (9.627)            | 135,0%      |
| Encargo de Capacidade/Aquisição Emergencial/Outros | (29.500)           | (27.749)           | 6,3%        |
| <b>Total - Deduções da Receita</b>                 | <b>(1.133.408)</b> | <b>(1.066.605)</b> | <b>6,3%</b> |

#### Variações relevantes

**ICMS (aumento de R\$ 66 milhões):** Esta variação reflete o crescimento da base de cálculo para apuração deste tributo. O percentual sobre a base de cálculo continua em linha com o ano de 2011.

**Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis – CCC (redução de R\$ 29 milhões):** A quota média mensal do encargo CCC vigente em 2011 era de R\$ 9,0 milhões. Em 2012, através da Resolução ANEEL 1.291 de 15 de maio de 2012, este encargo foi reduzido para uma média de R\$ 6,1 milhões mensais..

**Programa de Eficiência Energética e P&D (aumento de R\$ 13 milhões):** A variação observada é decorrente do ajuste positivo efetuado em dezembro de 2011 no valor de R\$ 13 milhões, tendo em vista a exclusão do subsídio baixa renda da base de cálculo de apuração dos valores a serem creditados ao programa de eficiência energética.

#### Custos do Serviço e Despesas Operacionais

Os custos e despesas operacionais em 2012 alcançaram -R\$ 2.351 milhões, um incremento de 17,2% em relação ao ano de 2011, de -R\$ 2.006 milhões (-R\$ 345 milhões). Este incremento é o efeito das seguintes variações:

|  | 2012               | 2011               | Var. %       |
|--|--------------------|--------------------|--------------|
| <b>Custos e despesas não gerenciáveis</b>              |                    |                    |              |
| Energia Elétrica Comprada para Revenda                 | (1.449.691)        | (1.197.409)        | 21,1%        |
| Taxa de Fiscalização da ANEEL                          | (4.561)            | (4.594)            | -0,7%        |
| Encargo do Uso da Rede Elétrica/Encargo do Sistema     | (159.613)          | (119.672)          | 33,4%        |
| <b>Total - Não gerenciáveis</b>                        | <b>(1.613.865)</b> | <b>(1.321.675)</b> | <b>22,1%</b> |
| <b>Custos e despesas gerenciáveis</b>                  |                    |                    |              |
| Pessoal  | (143.927)          | (114.754)          | 25,4%        |
| Material e Serviços de Terceiros                       | (230.507)          | (209.525)          | 10,0%        |
| Depreciação e Amortização                              | (114.567)          | (133.520)          | -14,2%       |
| Custo de Desativação de Bens                           | (17.687)           | (15.362)           | 15,1%        |
| Prov. para Créditos de Liquidação Duvidosa             | (21.717)           | (11.844)           | 83,4%        |
| Provisões para Contingências                           | (10.610)           | (6.509)            | 63,0%        |
| Despesa IFRIC-12 (Custo de Construção)                 | (169.089)          | (170.504)          | -0,8%        |
| Outras Despesas Operacionais                           | (29.195)           | (22.176)           | 31,7%        |
| <b>Total – Gerenciáveis</b>                            | <b>(737.299)</b>   | <b>(684.194)</b>   | <b>7,8%</b>  |
| <b>Total - Custos do Serviço e Despesa Operacional</b> | <b>(2.351.164)</b> | <b>(2.005.869)</b> | <b>17,2%</b> |

#### Variações relevantes

**Energia Elétrica comprada para Revenda (aumento de R\$ 253 milhões):** Este acréscimo deve-se (i) ao incremento de 5,6% no volume de energia comprada (+555 GWh), (ii) ao reajuste de preço dos contratos de compra de energia vigentes ocorridos entre os períodos, (iii) a uma maior tarifa média (mix) de compra de energia, devido à entrada de novos contratos, especialmente de térmicas, que possuem uma tarifa mais elevada e (iv) aumento do custo variável pago às térmicas despachadas para garantir o nível mínimo dos reservatórios.

**Encargo do Uso da Rede Elétrica/Encargo do Sistema – ESS (aumento de R\$ 40 milhões):** Este aumento decorre do reajuste contratual aplicado nos contratos de transmissão autorizado pela Resolução Homologatória nº 1.173, que reajustou as Receitas Anuais Permitidas das Transmissoras (RAP's) em média 4,5%, associado, ainda, ao incremento do volume de energia transportada sobre quais incidem os encargos e, também, ao maior despacho pelo ONS de usinas térmicas no período, tendo em vista a redução do nível dos reservatórios nacionais.

**Pessoal (aumento de R\$ 29 milhões):** o acréscimo verificado decorre basicamente da aplicação do reajuste salarial anual em média 7%, das despesas do Plano de Aposentadoria Espontânea realizado em 2012 em R\$ 8 milhões e do aumento de abono em função do dissídio/acordo coletivo em R\$ 2 milhões .

Excluindo-se o efeito do custo operacional - IFRIC 12, os custos e despesas gerenciáveis da Companhia, em 2012, alcançaram o montante de -R\$ 568 milhões, o que representa um incremento de 10,6% em relação ao ano anterior, cujo montante foi de -R\$ 514 milhões (-R\$ 54 milhões).

#### EBITDA e Margem EBITDA

Com base nas variações acima expostas, o EBITDA da Coelce no ano de 2012, atingiu o montante de R\$ 657 milhões, o que representa uma redução de 12,9% em relação ao ano de 2011, cujo montante foi de R\$ 755 milhões (-R\$ 98 milhões). A margem EBITDA da Companhia em 2012 foi de 22,71%, o que representa uma redução de 6,02 p.p. em relação a 2011, de 28,73%.

De acordo com a instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, a divulgação do cálculo do EBITDA e do EBIT deve ser acompanhada da conciliação dos valores que os compõem, constantes das demonstrações contábeis da companhia. De acordo com o artigo 10 da referida instrução, a mesma produz efeito somente nas divulgações a partir de 1º de janeiro de 2013. Assim, abaixo demonstramos a conciliação dos cálculos acima citados:

|   | 2012           | 2011           | Var. %        |
|---|----------------|----------------|---------------|
| <b>Lucro Líquido do Período</b>                       | <b>420.000</b> | <b>471.182</b> | <b>-10,9%</b> |
| (+) Tributo sobre o Lucro (Nota Explicativa 31)       | 180.626        | 105.594        | 71,1%         |
| (+) Resultado Financeiro (Nota Explicativa 30)        | (58.070)       | 44.567         | -230,3%       |
| (=) EBIT  | 542.556        | 621.343        | -12,7%        |
| (+) Depreciações e Amortizações (Nota Explicativa 29) | 114.567        | 133.520        | -14,2%        |
| (=) EBITDA  | 657.123        | 754.863        | -12,9%        |

## Resultado Financeiro

O resultado financeiro da Coelce, no ano de 2012, ficou em R\$ 58 milhões, uma evolução de R\$ 103 milhões em relação ao ano anterior, de -R\$ 45 milhões. Este incremento é o efeito líquido das seguintes variações:

|  | 2012             | 2011             | Var. %         |
|--|------------------|------------------|----------------|
| Receitas Financeiras                           |                  |                  |                |
| Renda de Aplicações Financeiras                | 36.696           | 22.108           | 66,0%          |
| Acréscimo Moratório sobre Conta de Energia     | 41.809           | 38.145           | 9,6%           |
| Receita Ativo Indenizável                      | 180.107          | 8.610            | -              |
| Outras   | 15.710           | 21.035           | -25,3%         |
| <b>Total - Receitas Financeiras</b>            | <b>274.322</b>   | <b>89.898</b>    | <b>205,1%</b>  |
| Despesas financeiras                           |                  |                  |                |
| Encargo de Dívidas                             | (78.597)         | (72.967)         | 7,7%           |
| Variações Monetárias                           | (27.208)         | (23.998)         | 13,4%          |
| IOF e IOC                                      | (370)            | (3.469)          | -89,3%         |
| Multas (ARCE, ANEEL e outras)                  | (52.383)         | -                | -              |
| Outras   | (57.694)         | (34.031)         | 69,5%          |
| <b>Total - Despesas Financeiras</b>            | <b>(216.252)</b> | <b>(134.465)</b> | <b>60,8%</b>   |
| <b>Total - Receitas e Despesas Financeiras</b> | <b>58.070</b>    | <b>(44.567)</b>  | <b>-230,3%</b> |

### Variações relevantes

**Receita do Ativo Indenizável (aumento de R\$ 172 milhões):** O incremento observado se deve, basicamente, ao registro contábil de um maior ativo e receita financeira no montante de R\$ 180 milhões, tendo em vista a mudança de metodologia de avaliação do ativo indenizável, após a promulgação da Lei 12.783 que tornou definitiva a Medida Provisória nº 579 de 11 de setembro de 2012. A nova metodologia passou a ter como base o Valor Novo de Reposição – VNR, adotando-se o banco de preços homologados pela ANEEL.

**Multas - ARCE, ANEEL e outras (aumento de R\$ 52 milhões):** As variações são reflexo dos seguintes itens: (i) multas recebidas em 2012, de aproximadamente R\$ 52 milhões, sendo R\$ 31 milhões de multas diversas aplica pela Agencia Reguladora do Estado do Ceará (ARCE), R\$ 6,8 decorre de multa de auto de infração de ICMS e R\$ 11,2 milhões refere-se a provisão de auto de infração emitido pela ANEEL (não-conformidade em processos detectados durante revisão tarifaria). As multas aplicadas pela ARCE são decorrentes de autos de infrações recebidos pela Coelce oriundos de ações fiscalizadoras, como por exemplo, em relação à medição dos indicadores de qualidade do fornecimento e ao cumprimento das metas dos programas de universalização e Luz para Todos na área de concessão da Companhia. Esses autos estão em fase de defesa pela Companhia.

**Outras Despesas Financeiras (aumento de R\$ 24 milhões):** As variações na rubrica de outras despesas financeiras são decorrentes basicamente de i) atualização financeira de passivo (diferimento de pagamento de compra de energia) no montante de R\$ 16 milhões e ii) atualização financeira de processos regulatórios no valor de R\$ 3,1 milhões.

### Lucro Líquido e Margem Líquida

Com base nos efeitos expostos anteriormente, a Coelce registrou em 2012 um lucro líquido de R\$ 420 milhões, valor 10,9% inferior ao registrado no ano de 2011, que foi de R\$ 471 milhões (-R\$ 51 milhões). A Margem Líquida em 2012 alcançou 14,51%.

## ENDIVIDAMENTO

### INDICADORES DE ENDIVIDAMENTO

|  | 2012    | 2011      | Var. % |
|--|---------|-----------|--------|
| Dívida bruta (R\$ mil)                                 | 971.918 | 1.123.992 | -13,5% |
| (-) Dívida Previdenciária (R\$ mil)                    | 18.147  | 28.546    | -36,4% |
| (-) Caixa, Equivalentes e Aplicações Financ. (R\$ mil) | 215.030 | 328.200   | -34,5% |
| Dívida líquida (R\$ mil)                               | 738.741 | 767.246   | -3,7%  |
| Dívida bruta / EBITDA(1)                               | 1,48    | 1,49      | -0,7%  |
| EBITDA(1) / Encargos de Dívida(1)                      | 8,36    | 10,35     | -19,2% |
| Dívida bruta / (Dívida bruta + PL)                     | 0,38    | 0,43      | -11,6% |
| Dívida líquida / (Dívida líquida + PL)                 | 0,32    | 0,34      | -5,9%  |

(1) EBITDA e Encargo de Dívida acumulado nos últimos 12 meses

A dívida bruta da Coelce encerrou o ano de 2012 em R\$ 972 milhões, uma redução de 13,5% em relação ao ano de 2011, que foi de R\$ 1.124 milhões (-R\$ 152 milhões). Esta redução está basicamente associada à amortização da 1ª parcela da 2ª tranche da 2ª emissão de debêntures da Companhia em julho de 2012, no montante de R\$ 60 milhões, e pela amortização dos empréstimos da companhia com o BNDES, que totalizou R\$ 77 milhões. A Coelce encerrou 2012 com o custo da dívida médio em 10,86% a.a., ou CDI + 2,44% a.a., custo este que reflete a composição do portfólio de empréstimos da Companhia, onde 39% são empréstimos firmados com bancos de fomento (BNB e BNDES) e com a Eletrobrás, oferecendo taxas abaixo da média praticada pelo mercado privado.

Em dezembro de 2012, a agência classificadora de risco de crédito corporativo Standard & Poor's procedeu com o upgrade da perspectiva do *rating* corporativo da Companhia de estável para positiva, estabelecendo-o em **brAA+ com perspectiva positiva**, refletindo a solidez creditícia atual e futura da Coelce.

## INVESTIMENTOS

### INVESTIMENTOS (R\$ MIL)

|  | 2012           | 2011           | Var. %        |
|--|----------------|----------------|---------------|
| Investimentos por Demanda                      | 144.377        | 141.436        | 2,1%          |
| Novas Conexões                                 | 84.578         | 94.957         | -10,9%        |
| Atendimento à Demanda                          | 59.799         | 46.479         | 28,7%         |
| Qualidade do Sistema Elétrico                  | 31.481         | 40.820         | -22,9%        |
| Programa Luz para Todos (PLPT)                 | 23.153         | 76.902         | -69,9%        |
| Combate às Perdas                              | 18.592         | 27.375         | -32,1%        |
| Outros   | 36.912         | 40.729         | -9,4%         |
| (-) Reversão de Provisão / Variação de Estoque | (7.320)        | (29.000)       | -74,8%        |
| <b>Total Investido</b>                         | <b>247.195</b> | <b>298.262</b> | <b>-17,1%</b> |
| Aportes / Subsídios                            | (64.346)       | (120.756)      | -46,7%        |
| <b>Investimento Líquido</b>                    | <b>182.849</b> | <b>177.506</b> | <b>3,0%</b>   |

Os investimentos realizados pela Coelce em 2012 alcançaram R\$ 247 milhões, um decréscimo de 17,1% (-R\$ 51 milhões) em relação ao ano anterior, cujo montante foi de R\$ 298 milhões. Esta redução está associada, basicamente, ao menor número de clientes conectados através do Programa Luz para Todos (PLPT) em 2012. Em 2012, foram conectados um total de 4,2 mil clientes, contra 15,4 mil no ano anterior.

O maior volume, em 2012, foi direcionado aos investimentos em novas conexões, que representou R\$ 85 milhões de todo o valor investido no período mencionado.

Excluindo os aportes e subsídios realizados, os investimentos líquidos realizados pela Coelce atingiram R\$ 183 milhões em 2012, montante 3,0% superior ao realizado em 2011, que foi de R\$ 178 milhões.

## RECONHECIMENTOS E PREMIAÇÕES

### Prêmio ABRADDE 2012

A Coelce foi classificada como a Melhor Distribuidora de Energia do Brasil e também a Melhor na Avaliação do Cliente, obtidos pela 4ª vez consecutiva. Ainda foi conquistado o prêmio de Melhor Distribuidora do Nordeste pela 7ª vez consecutiva, o 1º lugar do Brasil em Responsabilidade Social, pela segunda vez consecutiva, e 1º lugar em Qualidade da Gestão.

### PNQ 2011/2012

A Coelce foi reconhecida pelo Prêmio Nacional da Qualidade (PNQ) edição 2011, dentre as 41 empresas, como empresa premiada pela qualidade de sua gestão. Essa é a classificação máxima do PNQ, e significa que a companhia obteve pontuação considerada "excelente" em todos os critérios avaliados, e sendo reconhecida como uma empresa de classe mundial. O prêmio tem validade de dois anos consecutivos para a empresa vencedora.

### Prêmio Iberoamericano de Qualidade 2012

A Coelce recebeu um dos maiores reconhecimentos internacionais em gestão, o Prêmio Iberoamericano de Qualidade 2012. A companhia alcançou nível Ouro, que é o título máximo concedido pela Fundación Iberoamericana para la Gestión de la Calidad (Fundibeq), responsável pela avaliação das práticas de gestão de empresas da América Latina, Portugal e Espanha. Somente as premiadas no Prêmio Nacional da Qualidade - PNQ estão credenciadas a participar do Iberoamericano.

### ISE – Índice de Sustentabilidade Empresarial da BM&FBovespa

Pelo 7º ano consecutivo, a Coelce integra o Índice de Sustentabilidade Empresa (ISE), da BM&FBovespa. O ISE tem por objetivo refletir o retorno de uma carteira composta por ações de empresas com reconhecido comprometimento com a responsabilidade social e a sustentabilidade empresarial, e também atuar como promotor das boas práticas no meio empresarial brasileiro.

Ao todo, a carteira reúne 51 ações de 37 empresas, de 16 setores diferentes da economia. As companhias participantes da nova carteira do ISE foram selecionadas entre as empresas que responderam ao questionário desenvolvido pelo Centro de Estudos em Sustentabilidade (GVCes) da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV-EAESP).

### Certificado IBEF de Sustentabilidade

Pelo 2º ano consecutivo, a Coelce recebeu o certificado de Excelência em Sustentabilidade, concedido pelo Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças.

### 150 Melhores Empresas para se Trabalhar, pela Revista EXAME

A Coelce foi classificada pela 7ª vez consecutiva entre as 150 Melhores Empresas para se Trabalhar no Brasil.

### 100 Melhores Empresas para se Trabalhar, pela Great Place to Work pelo 5º ano consecutivo

Pela 5ª vez a Coelce permanece no seleto grupo 100 empresas consideradas um excelente lugar para se trabalhar no Brasil, promovido pela revista Época em parceria com o Instituto Great Place to Work (GPTW).

#### **Prêmio Empresário Melhor Amigo do Esporte**

A Coelce foi reconhecida, pela 3ª vez consecutiva, em 1º lugar com o "Prêmio Melhor Amigo do Esporte no Estado", iniciativa do Ministério dos Esportes que reconhece as empresas que aportaram recursos na área por meio da Lei de Incentivo ao Esporte.

#### **Prêmio Medalha Eloy Chaves**

Concedido pela ABCE – Associação Brasileira de Companhias de Energia Elétrica, anualmente, às empresas do setor elétrico que apresentam os menores índices de acidentes no trabalho. A Coelce conquistou o 3º lugar em Segurança do Trabalho.

#### **Prêmio Fiec por Desempenho Ambiental**

A Coelce foi um dos destaques do Prêmio Fiec em 2012, que reconhece empresas cujas práticas contribuem para a conservação do meio ambiente, a companhia foi premiada na categoria Educação Ambiental pelo trabalho desenvolvido com a Nave Coelce junto às comunidades. A Nave Coelce, plataforma móvel de educação ambiental, leva educação para o consumo consciente por meio de atividades sensoriais e de mostras de áudio e vídeo.

#### **Prêmio Pesquisa CIER**

Pela 4ª vez consecutiva a Coelce é premiada na Pesquisa CIER (Comisión de Integración Energética Regional), realizada em mais de 50 empresas em 14 países da América Latina. Em 2012 a Coelce recebeu Menção Especial pela maior evolução nos atributos de Responsabilidade Social (ISCAL).

#### **Prêmio Aberje**

Prêmio concedido pela Associação Brasileira de comunicação Empresarial (Aberje), que tem por objetivo discutir e promover, numa perspectiva local e global, a comunicação empresarial e organizacional como função administrativa, política, cultural e simbólica de gestão estratégica das organizações e de fortalecimento da cidadania. A Coelce conquistou em 2012 o 1º lugar na categoria "Comunicação de programas, projetos e ações culturais" com o case "Programa Luz nas Artes".

#### **Prêmio Delmiro Gouveia**

Realizado pela Fundação Demócrito Rocha e pelo Grupo de Comunicação O Povo, o prêmio contou com a participação de quase 300 organizações e homenageou as maiores e melhores empresas do Estado. Além do destaque em contratação de pessoas com deficiência, a Coelce conquistou o 2º lugar entre as maiores empresas do Ceará e a 3ª colocação na categoria Desempenho Social para as empresas com faturamento acima de R\$ 90 milhões.

#### **Prêmio Contribuintes**

A Coelce foi reconhecida em 2012 entre as maiores em arrecadação de ICMS no segmento de serviços do estado do Ceará (prêmio relativo a 2011). O prêmio é promovido pela Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará – Sefaz, em parceria com o Jornal Diário do Nordeste.

#### **Prêmio Nacional de Inovação**

Promovido pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e pelo Movimento Brasil Competitivo (MBC), com apoio da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). O prêmio, que visa o reconhecimento de empresas brasileiras que contribuem para o aumento da competitividade do país por meio da inovação, posicionou a Coelce como finalista na categoria Modelo de Negócio - Grande Empresa. A premiação ocorrerá em 2013.

#### **Prêmio Best Innovator - Revista Época**

A Coelce conquistou o 14º lugar no ranking das empresas brasileiras com melhores resultados na área de inovação, com destaque para os programas Deu Certo e a Bolsa Coelce de Inovações, que visam estimular práticas de melhoria contínua entre os colaboradores. A Companhia foi a única da região Nordeste e a melhor qualificada no ranking Best Innovator entre as concessionárias de energia elétrica do Brasil. A pesquisa foi realizada pela A.T. Kearney, empresa de consultoria empresarial norte-americana, com apoio da Época Negócios. Foram listadas 20 empresas das 80 inscritas e analisados os seguintes aspectos de inovação: estratégia, processos, organização e cultura, estrutura e resultados.

#### **RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL**

As práticas socioambientais para o cumprimento da Política de Sustentabilidade, adotadas pela Coelce, se fortaleceram em 2012. Foram investidos durante o ano mais de R\$ 23,5 milhões em projetos educacionais, culturais e de eficiência energética, que beneficiaram mais de 2,6 milhões de pessoas no Ceará.

Com os recursos aplicados permitiu-se oferecer aos cearenses programas de impacto relevante em suas vidas, especialmente para as comunidades de baixa renda, público-alvo destes projetos. Foram desenvolvidos com o montante aplicado, os seguintes programas: Troca Eficiente (troca de lâmpadas e geladeiras), Ecoelce (troca de resíduos recicláveis por crédito na conta de energia), Coelce nas Escolas, Energia Social (projeto de geração

de renda), Coelce nos Bairros, Baú de Leitura, Coelce Solidária (arrecadação de recursos para entidades sem fins lucrativos), entre outros. Além disso, a empresa manteve seus processos certificados pelas normas ISO 14001 e OHSAS 18001.

O impacto destas práticas reflete-se nos resultados dos atributos de Responsabilidade Social da pesquisa Abradee que, em 2012, posicionou a Coelce em 1º lugar pela 4ª vez consecutiva no Brasil, entre as distribuidoras de energia pesquisadas.

## RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES

---

Nos termos da Instituição CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, destacamos que a Companhia firmou contrato com a Ernst & Young Terco Auditores Independentes, para prestação de serviços de auditoria de suas Demonstrações Financeiras Anuais e revisões das suas informações trimestrais para um período de 5 (cinco) anos, assim como contratou alguns serviços relativos à revisão de informações financeiras constantes em relatórios de uso específico da empresa e suas contrapartes, tendo todos esses serviços a natureza de serviços de auditoria externa independente.

A Ernst & Young Terco não prestou à Companhia serviços não-relacionados à auditoria independente.

A política de atuação da Companhia, bem como das demais empresas do Grupo Endesa quanto à contratação de serviços não-relacionados à auditoria junto ao auditor independente, se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor independente.

## INFORMAÇÕES CORPORATIVAS

---

### Composição da Diretoria

- Abel Alves Rochinha – Diretor Presidente
- Teobaldo José Cavalcante Leal – Diretor de Relações com Investidores
- David Augusto de Abreu – Diretor Financeiro
- José Nunes de Almeida Neto – Diretor de Relações Institucionais e Comunicação
- Carlos Ewandro Naegele Moreira – Diretor de Recursos Humanos
- José Távora Batista – Diretor Técnico
- Olga Jovanna Carranza Salazar – Diretora Comercial
- Aurélio Ricardo Bustilho de Oliveira – Diretor de Planejamento e Controle
- José Alves de Mello Franco – Diretor de Regulação
- Cristine de Magalhães Marcondes – Diretora Jurídica
- Nelson Ribas Visconti – Diretor de Assessoria Tributária

### Composição do Conselho de Administração

#### Conselheiros Efetivos

- Mário Fernando de Melo Santos
- Marcelo Andrés Llévanes Rebolledo
- Gonzalo Manuel Vial Vial
- Nelson Ribas Visconti
- José Alves de Mello Franco
- Aurélio Ricardo Bustilho de Oliveira
- Cristián Eduardo Fierro Montes
- Jorge Parente Frota Júnior
- Francisco Honório Pinheiro Alves
- Fernando Antônio de Moura Avelino
- Renato Soares Sacramento

#### Conselheiros Suplentes

- Antônio Basílio Pires e Albuquerque
- Luciano Alberto Galasso Samaria
- Teobaldo José Cavalcante Leal
- José Caminha Alencar Araripe Júnior
- José Nunes de Almeida Neto
- José Távora Batista
- Juarez Ferreira de Paula
- Vlândia Viana Régis

### Composição do Conselho Fiscal

#### Conselheiros Efetivos

- Raimundo Francisco Padilha Sampaio
- Antonio Cleber Uchoa Cunha
- Sergio Queiroz Lyra

#### Conselheiros Suplentes

- Aldemir Ferreira de Paula Augusto
- José Aldro Luiz de Oliveira
- Luciana Menegassi Leocadio Silvestrini

**coelce**

uma empresa **endesa** brasil

**Contador Responsável**

Claudio Roberto Azevedo Ferreira – CRC-RJ 078103/O-1 S-CE

**Relações com Investidores**

Teobaldo José Cavalcante Leal – Diretor de Relações com Investidores

Isabel Alcântara – Responsável por Relações com Investidores

[www.coelce.com.br/ri.htm](http://www.coelce.com.br/ri.htm)

[investor@coelce.com.br](mailto:investor@coelce.com.br)

55 85 3453-4995

55 85 3453-4028

55 21 2613-7773

Fortaleza, 27 de Março de 2013.

**A Administração**

# **Demonstrações Financeiras**

## **Companhia Energética do Ceará - COELCE**

31 de dezembro de 2012  
com Relatório dos Auditores Independentes sobre as  
Demonstrações Financeiras

# Companhia Energética do Ceará - COELCE

## Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012

### Índice

|  |    |
|--|----|
| Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras ..... | 1  |
| Demonstrações financeiras auditadas  |    |
| Balanços patrimoniais.....   | 3  |
| Demonstrações do resultado .....   | 5  |
| Demonstrações do resultado abrangente .....                                    | 6  |
| Demonstrações das mutações do patrimônio líquido .....                         | 7  |
| Demonstrações dos fluxos de caixa.....   | 8  |
| Demonstrações do valor adicionado .....  | 9  |
| Notas explicativas às demonstrações financeiras .....                          | 10 |

## **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras**

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da  
**Companhia Energética do Ceará - COELCE**  
Fortaleza - CE

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Energética do Ceará - COELCE ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## **Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Energética do Ceará - COELCE em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## **Ênfase**

### ***Reapresentação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011***

Em 16 de março de 2012, emitimos relatório de auditoria sem modificações sobre as demonstrações financeiras da Companhia Energética do Ceará – COELCE. Conforme descrito na nota explicativa nº 2.22, essas demonstrações financeiras foram alteradas para corrigir a classificação de determinados instrumentos financeiros entre caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, e estão sendo ora reapresentadas. Conseqüentemente, nossa opinião considera essas alterações e substitui a opinião anteriormente emitida.

## **Outros assuntos**

### ***Demonstração do valor adicionado***

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

### ***Auditoria dos valores correspondentes a 1 de janeiro de 2011***

Os valores correspondentes ao balanço patrimonial levantado em 1 de janeiro de 2011 (31 de dezembro de 2010), apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 25 de março de 2011, que não conteve qualquer modificação.

Rio de Janeiro, 27 de março de 2013

ERNST & YOUNG TERCO  
Auditores Independentes S.S.  
CRC - 2SP 015.199/O-6 - F - CE

Márcio F. Ostwald  
Contador CRC - 1RJ 086.202/O-4 - S - CE

## Companhia Energética do Ceará - COELCE

Balancos patrimoniais  
31 de dezembro de 2012, 2011 e 1 de janeiro de 2011 (31 de dezembro de 2010)  
(Em milhares de reais)

|   | <u>Nota</u> | <u>31/12/2012</u>       | <u>31/12/2011</u><br>(reapresentado) | <u>01/01/2011</u>       |
|---|-------------|-------------------------|--------------------------------------|-------------------------|
| Ativo   |             |                         |                                      |                         |
| Circulante                                      |             |                         |                                      |                         |
| Caixa e equivalente de caixa                    | 4           | 152.715                 | 91.490                               | 52.771                  |
| Títulos e valores mobiliários                   | 5           | 62.315                  | 236.710                              | 51.499                  |
| Consumidores, concessionários e permissionários | 6           | 556.657                 | 502.836                              | 471.806                 |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa   | 6           | (92.371)                | (84.385)                             | (87.747)                |
| Subvenção de baixa renda                        | 7           | 50.191                  | 26.551                               | 40.008                  |
| Serviço em curso                                |             | 45.539                  | 31.295                               | 18.841                  |
| Estoques  |             | 2.326                   | 3.761                                | 4.597                   |
| Tributos a compensar                            | 8           | 56.747                  | 51.418                               | 43.167                  |
| Benefício fiscal - ágio incorporado             | 10          | 9.609                   | 10.500                               | 11.474                  |
| Cauções e depósitos                             | 9           | 21.634                  | 26.998                               | 17.568                  |
| Créditos Luz para Todos                         |             | -                       | -                                    | 13.837                  |
| Despesas pagas antecipadamente                  |             | 4.908                   | 3.029                                | 3.185                   |
| Outros créditos                                 | 11          | 34.960                  | 28.354                               | 42.270                  |
| Total do ativo circulante                       |             | <u>905.230</u>          | <u>928.557</u>                       | <u>683.276</u>          |
| Ativo não circulante                            |             |                         |                                      |                         |
| Consumidores, concessionários e permissionários | 6           | 23.688                  | 26.239                               | 29.966                  |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa   | 6           | (1.343)                 | (2.984)                              | (2.051)                 |
| Tributos a compensar                            | 8           | 24.448                  | 45.360                               | 61.819                  |
| Depósitos vinculados a litígios                 | 13          | 45.023                  | 46.076                               | 37.571                  |
| Cauções e depósitos                             | 9           | 32.949                  | 47.668                               | 28.462                  |
| Tributos diferidos                              | 12          | 116.521                 | 74.800                               | 73.585                  |
| Benefício fiscal - ágio incorporado             | 10          | 73.449                  | 83.059                               | 93.558                  |
| Despesas pagas antecipadamente                  |             | 1.424                   | 1.424                                | 1.423                   |
| Ativo indenizável (concessão)                   | 14          | 606.556                 | 203.980                              | 110.875                 |
| Ativo atuarial                                  |             | -                       | -                                    | 11.889                  |
| Outros créditos                                 | 11          | -                       | 280                                  | 280                     |
| Imobilizado                                     |             | 37.415                  | 36.155                               | 35.686                  |
| Intangível                                      | 15          | 1.695.128               | 1.862.354                            | 1.909.594               |
| Total do ativo não circulante                   |             | <u>2.655.258</u>        | <u>2.424.411</u>                     | <u>2.392.657</u>        |
| <br>  |             |                         |                                      |                         |
| Total do ativo                                  |             | <u><u>3.560.488</u></u> | <u><u>3.352.968</u></u>              | <u><u>3.075.933</u></u> |

|  | <u>Nota</u> | <u>31/12/2012</u> | <u>31/12/2011</u> | <u>01/01/2011</u> |
|--|-------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| Passivo e patrimônio líquido                                     |             |                   |                   |                   |
| Circulante   |             |                   |                   |                   |
| Fornecedores   | <b>16</b>   | <b>211.319</b>    | 179.891           | 246.720           |
| Empréstimos e financiamentos                                     | <b>18</b>   | <b>116.078</b>    | 166.160           | 162.137           |
| Debêntures   | <b>19</b>   | <b>71.539</b>     | 70.140            | 99.331            |
| Folha de pagamento   |             | <b>11.760</b>     | 4.690             | 14.829            |
| Obrigações fiscais   | <b>17</b>   | <b>95.134</b>     | 123.308           | 126.969           |
| Taxas regulamentares   | <b>21</b>   | <b>26.304</b>     | 30.713            | 34.954            |
| Participações dos colaboradores nos lucros                       |             | <b>9.420</b>      | 9.352             | 8.190             |
| Dividendos a pagar   | <b>25</b>   | <b>97.503</b>     | 93.111            | 92.842            |
| Contribuição de iluminação pública arrecadada                    |             | <b>8.359</b>      | 13.534            | 8.372             |
| Obrigações estimadas   |             | <b>9.755</b>      | 9.777             | 9.820             |
| Obrigações com benefícios pós-emprego                            | <b>23</b>   | <b>12.098</b>     | 11.418            | 10.752            |
| Partes relacionadas  | <b>20</b>   | <b>74.469</b>     | 70.992            | 104.793           |
| Programa de pesquisa, desenvolvimento e de eficiência energética | <b>21</b>   | <b>25.564</b>     | 28.854            | 48.906            |
| Provisão Luz para Todos  |             | <b>12.452</b>     | 12.452            | 12.452            |
| Provisão para riscos tributários, cíveis                         | <b>24</b>   | -                 | 17.060            | 12.232            |
| Outras obrigações  | <b>22</b>   | <b>11.257</b>     | 6.361             | 9.942             |
| Total do passivo circulante                                      |             | <b>793.011</b>    | 847.813           | 1.003.241         |
| Passivo não circulante   |             |                   |                   |                   |
| Fornecedores   | <b>16</b>   | <b>5.177</b>      | 4.771             | 4.114             |
| Obrigações fiscais   | <b>17</b>   | <b>17.208</b>     | 22.004            | 6.182             |
| Empréstimos e financiamentos                                     | <b>18</b>   | <b>285.059</b>    | 340.609           | 417.370           |
| Debêntures   | <b>19</b>   | <b>481.095</b>    | 518.537           | 164.071           |
| Tributos diferidos   | <b>12</b>   | <b>184.850</b>    | 53.863            | 26.908            |
| Obrigações com benefícios pós-emprego                            | <b>23</b>   | <b>70.898</b>     | 23.946            | 26.885            |
| Partes relacionadas  | <b>20</b>   | -                 | -                 | 2.710             |
| Programa de pesquisa, desenvolvimento e de eficiência energética | <b>21</b>   | <b>27.911</b>     | 11.483            | 5.566             |
| Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas         | <b>24</b>   | <b>84.122</b>     | 53.244            | 49.027            |
| Outras obrigações  | <b>22</b>   | <b>50.827</b>     | 5.676             | 13.045            |
| Total do passivo não circulante                                  |             | <b>1.207.147</b>  | 1.034.133         | 715.878           |
| Patrimônio líquido   |             |                   |                   |                   |
|  | <b>25</b>   |                   |                   |                   |
| Capital social   |             | <b>442.946</b>    | 442.946           | 442.946           |
| Reserva de capital   |             | <b>358.671</b>    | 358.671           | 358.671           |
| Reserva de lucros  |             | <b>641.729</b>    | 485.793           | 314.393           |
| Outros resultados abrangentes                                    |             | <b>(420)</b>      | -                 | -                 |
| Proposta de distribuição de dividendos adicionais                |             | <b>117.404</b>    | 183.612           | 240.804           |
| Total do patrimônio líquido                                      |             | <b>1.560.330</b>  | 1.471.022         | 1.356.814         |
| Total do passivo e patrimônio líquido e passivo                  |             | <b>3.560.488</b>  | 3.352.968         | 3.075.933         |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Companhia Energética do Ceará - COELCE

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto o lucro por ação expresso em reais)

|   | <b>Nota</b>    | <b>31/12/2012</b>  | <b>31/12/2011</b> |
|---|----------------|--------------------|-------------------|
| Receita líquida                                       | <b>27</b>      | <b>2.893.720</b>   | 2.627.212         |
| Custo do serviço                                      | <b>29</b>      | <b>(2.204.623)</b> | (1.901.117)       |
| Lucro operacional bruto                               |                | <b>689.097</b>     | 726.095           |
| Despesas operacionais                                 |                |                    |                   |
| Despesas com vendas                                   | <b>29</b>      | <b>(28.592)</b>    | (18.946)          |
| Despesas gerais e administrativas                     | <b>29</b>      | <b>(103.917)</b>   | (78.801)          |
| Outras despesas operacionais                          | <b>29</b>      | <b>(14.032)</b>    | (7.005)           |
| Total de despesas operacionais                        |                | <b>(146.541)</b>   | (104.752)         |
| Resultado do serviço público de energia elétrica      |                | <b>542.556</b>     | 621.343           |
| Resultado financeiro                                  |                |                    |                   |
| Receitas financeiras                                  | <b>30</b>      | <b>274.322</b>     | 89.898            |
| Despesas financeiras                                  | <b>30</b>      | <b>(216.252)</b>   | (134.465)         |
| Lucro antes do imposto de renda e contribuição social |                | <b>600.626</b>     | 576.776           |
| Imposto de renda e contribuição social – correntes    | <b>31</b>      | <b>(88.485)</b>    | (138.645)         |
| Imposto de renda e contribuição social – diferidos    | <b>12 e 31</b> | <b>(115.277)</b>   | (33.278)          |
| Incentivo fiscal                                      | <b>31</b>      | <b>33.636</b>      | 77.803            |
| Benefício fiscal - ágio incorporado                   |                | <b>(10.500)</b>    | (11.474)          |
| Lucro líquido do exercício                            |                | <b>420.000</b>     | 471.182           |
| Lucro por ação - básico e diluído                     |                | <b>5,39</b>        | 6,05              |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Companhia Energética do Ceará - COELCE

Demonstrações do resultado abrangente  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011  
(Em milhares de reais)

|  | <b>Nota</b>    | <b>31/12/2012</b> | <b>31/12/2011</b> |
|--|----------------|-------------------|-------------------|
| Lucro líquido do exercício                   |                | <b>420.000</b>    | 471.182           |
| Outros resultados abrangentes                |                |                   |                   |
| Obrigações com benefício pós-emprego         | <b>23 e 25</b> | <b>(50.069)</b>   | (24.060)          |
| Ganhos (perdas) com instrumentos financeiros | <b>25</b>      | <b>(420)</b>      | -                 |
| Resultado abrangente total do exercício      |                | <b>369.511</b>    | 447.122           |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Companhia Energética do Ceará - COELCE

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011  
(Em milhares de reais)

| Nota                                     | Reservas de capital |         |   |                        | Reservas de lucros |                        |                            |                               |                               |  |           | Recursos destinados a aumento de capital | Total     |
|--|---------------------|---------|---|------------------------|--------------------|------------------------|----------------------------|-------------------------------|-------------------------------|--|-----------|--|-----------|
|  | Capital social      | De ágio | Remuneração de bens e direitos constituídos com capital próprio | Incentivo fiscal-ADENE | Legal              | Incentivo fiscal-ADENE | Reforço de capital de giro | Outros resultados abrangentes | Lucros (prejuízos) acumulados | Proposta de distribuição de dividendos adicional | Subtotal  |  |           |
| Saldos em 1 de janeiro de 2011           | 442.946             | 221.188 | 31.160  | 106.323                | 48.845             | 230.833                | 34.715                     | -                             | -                             | 240.804  | 1.356.814 | -  | 1.356.814 |
| Aprovação de dividendos propostos        | -                   | -       | -   | -                      | -                  | -                      | -                          | -                             | -                             | (240.804)  | (240.804) | -  | (240.804) |
| Perda atuarial                           | -                   | -       | -   | -                      | -                  | -                      | -                          | (36.455)                      | -                             | -  | (36.455)  | -  | (36.455)  |
| Tributos diferidos                       | -                   | -       | -   | -                      | -                  | -                      | -                          | 12.395                        | -                             | -  | 12.395    | -  | 12.395    |
| Transferência para lucros acumulados     | -                   | -       | -   | -                      | -                  | -                      | -                          | 24.060                        | (24.060)                      | -  | -         | -  | -         |
| Lucro líquido do exercício               | -                   | -       | -   | -                      | -                  | -                      | -                          | -                             | 471.182                       | -  | 471.182   | -  | 471.182   |
| Dividendos expirados                     | -                   | -       | -   | -                      | -                  | -                      | -                          | -                             | 293                           | -  | 293       | -  | 293       |
| Reserva de lucros-incentivo fiscal-ADENE | -                   | -       | -   | -                      | -                  | 77.803                 | -                          | -                             | (77.803)                      | -  | -         | -  | -         |
| Dividendo mínimo obrigatório             | -                   | -       | -   | -                      | -                  | -                      | -                          | -                             | (92.403)                      | -  | (92.403)  | -  | (92.403)  |
| Dividendos adicionais propostos          | -                   | -       | -   | -                      | -                  | -                      | -                          | -                             | (183.612)                     | 183.612  | -         | -  | -         |
| Reserva de reforço de capital de giro    | -                   | -       | -   | -                      | -                  | -                      | 93.597                     | -                             | (93.597)                      | -  | -         | -  | -         |
| Saldos em 31 de dezembro de 2011         | 442.946             | 221.188 | 31.160  | 106.323                | 48.845             | 308.636                | 128.312                    | -                             | -                             | 183.612  | 1.471.022 | -  | 1.471.022 |
| Aprovação de dividendos propostos        | -                   | -       | -   | -                      | -                  | -                      | -                          | -                             | -                             | (183.612)  | (183.612) | -  | (183.612) |
| Perda atuarial                           | -                   | -       | -   | -                      | -                  | -                      | -                          | (75.862)                      | -                             | -  | (75.862)  | -  | (75.862)  |
| Transferência para lucros acumulados     | -                   | -       | -   | -                      | -                  | -                      | -                          | 50.069                        | (50.069)                      | -  | -         | -  | -         |
| Ajuste de Avaliação Patrimonial - Swap   | -                   | -       | -   | -                      | -                  | -                      | -                          | (637)                         | -                             | -  | (637)     | -  | (637)     |
| Tributos diferidos                       | -                   | -       | -   | -                      | -                  | -                      | -                          | 26.010                        | -                             | -  | 26.010    | -  | 26.010    |
| Lucro líquido do exercício               | -                   | -       | -   | -                      | -                  | -                      | -                          | -                             | 420.000                       | -  | 420.000   | -  | 420.000   |
| Reserva de lucros-incentivo fiscal-ADENE | -                   | -       | -   | -                      | -                  | 33.636                 | -                          | -                             | (33.636)                      | -  | -         | -  | -         |
| Dividendo mínimo obrigatório             | -                   | -       | -   | -                      | -                  | -                      | -                          | -                             | (96.591)                      | -  | (96.591)  | -  | (96.591)  |
| Dividendos adicionais propostos          | -                   | -       | -   | -                      | -                  | -                      | -                          | -                             | (117.404)                     | 117.404  | -         | -  | -         |
| Reserva de reforço de capital de giro    | -                   | -       | -   | -                      | -                  | -                      | 122.300                    | -                             | (122.300)                     | -  | -         | -  | -         |
| Saldos em 31 de dezembro de 2012         | 442.946             | 221.188 | 31.160  | 106.323                | 48.845             | 342.272                | 250.612                    | (420)                         | -                             | 117.404  | 1.560.330 | -  | 1.560.330 |

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras.

# Companhia Energética do Ceará - COELCE

## Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

|   | 31/12/2012       | 31/12/2011<br>(Reapresentado) |
|---|------------------|-------------------------------|
| Fluxo de caixa das atividades operacionais                        |                  |                               |
| Lucro líquido do exercício  | 420.000          | 471.182                       |
| Ajustes por   |                  |                               |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa                     | 21.717           | 11.844                        |
| Depreciação e amortização   | 114.567          | 133.520                       |
| Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas           | 25.160           | 15.531                        |
| Juros e variações monetárias                                      | 109.848          | 93.257                        |
| Receita de ativo indenizável                                      | (180.107)        | (8.610)                       |
| Baixas de intangível em serviço                                   | 3.963            | 5.955                         |
| Tributos diferidos  | 115.277          | 33.278                        |
| Benefício fiscal - ágio incorporado                               | 10.500           | 11.474                        |
| Resultado atuarial  | (7.798)          | (11.819)                      |
| Provisão para perdas em estoques                                  | (166)            | 485                           |
| Outros  | -                | 2.795                         |
|   | <b>632.961</b>   | <b>758.892</b>                |
| (Aumento) redução nos ativos operacionais                         |                  |                               |
| Consumidores, concessionários e permissionários                   | (66.642)         | (41.587)                      |
| Consumidores de baixa renda                                       | (23.640)         | 13.457                        |
| Tributos a compensar  | 15.583           | 8.208                         |
| Estoques  | 1.601            | 351                           |
| Despesas pagas antecipadamente                                    | (1.879)          | (3.003)                       |
| Créditos luz para todos   | -                | 13.837                        |
| Cauções e depósitos   | 20.083           | (28.636)                      |
| Depósitos vinculados a litígios                                   | 1.614            | (5.922)                       |
| Outros  | (20.570)         | 1.473                         |
| Aumento (redução) nos passivos operacionais                       |                  |                               |
| Obrigações trabalhistas   | 7.116            | (8.977)                       |
| Fornecedores  | 31.834           | (67.223)                      |
| Obrigações fiscais  | (32.970)         | 12.161                        |
| Taxas regulamentares  | (4.409)          | (4.241)                       |
| Partes relacionadas   | 3.477            | (29.693)                      |
| Obrigações com benefícios pós-emprego                             | (10.035)         | (7.892)                       |
| Programas de pesquisa, desenvolvimento e de eficiência energética | 12.463           | (13.010)                      |
| Pagamento de riscos tributários, cíveis e trabalhistas            | (11.342)         | (6.486)                       |
| Outros  | 44.872           | (5.831)                       |
| Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais                | <b>600.117</b>   | <b>585.878</b>                |
| Fluxo de caixa das atividades de investimentos                    |                  |                               |
| Adições no intangível e imobilizado                               | (175.035)        | (177.200)                     |
| Títulos e valores mobiliários                                     | 174.395          | (185.211)                     |
| Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento          | <b>(640)</b>     | <b>(362.411)</b>              |
| Fluxo de caixa das atividades de financiamento                    |                  |                               |
| Emissão de debêntures   | -                | 400.000                       |
| Pagamentos de debêntures  | (60.449)         | (90.500)                      |
| Captação de empréstimos e financiamentos                          | 57.594           | 83.571                        |
| Pagamento de empréstimos e financiamentos                         | (156.999)        | (155.184)                     |
| Pagamentos de juros de empréstimos e financiamentos               | (43.838)         | (52.475)                      |
| Pagamentos de juros de debêntures                                 | (45.340)         | (23.675)                      |
| Pagamento contrato dívida Faelce                                  | (13.409)         | (13.841)                      |
| Pagamento de dividendos   | (275.811)        | (332.644)                     |
|   | <b>(538.252)</b> | <b>(184.748)</b>              |
| Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa         | <b>61.225</b>    | <b>38.719</b>                 |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício              | 91.490           | 52.771                        |
| Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício               | 152.715          | 91.490                        |
| Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa         | <b>61.225</b>    | <b>38.719</b>                 |

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras.

# Companhia Energética do Ceará - COELCE

Demonstrações do valor adicionado  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011  
(Em milhares de reais)

|  | Nota | 31/12/2012         | 31/12/2011  |
|--|------|--------------------|-------------|
| Geração de riquezas                                |      |                    |             |
| Receitas   |      |                    |             |
| Venda de energia e serviços                        | 27   | 3.856.641          | 3.522.767   |
| Receitas relativas à construção de ativos próprios | 27   | 169.089            | 170.504     |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa      | 29   | (21.717)           | (11.844)    |
| Outras receitas                                    | 27   | 30.590             | 36.001      |
| Total de receitas                                  |      | <b>4.034.603</b>   | 3.717.428   |
| Insumos adquiridos de terceiros                    |      |                    |             |
| Compra de energia                                  | 29   | (1.449.691)        | (1.197.409) |
| Encargos de uso da rede elétrica                   | 29   | (129.519)          | (112.489)   |
| Custo de construção                                | 29   | (169.089)          | (170.504)   |
| Material e serviços de terceiros                   | 29   | (230.507)          | (209.525)   |
| Outras despesas operacionais                       |      | (42.435)           | (33.796)    |
| Total de insumos adquiridos de terceiros           |      | <b>(2.021.241)</b> | (1.723.723) |
| (=) Valor adicionado bruto                         |      | 2.013.362          | 1.993.705   |
| (-) Depreciação e amortização                      | 29   | (114.567)          | (133.520)   |
| (=) Valor adicionado líquido                       |      | 1.898.795          | 1.860.185   |
| (+) Valor adicionado recebido em transferência     |      |                    |             |
| Receita financeira                                 | 30   | 274.322            | 89.898      |
| (=) Valor adicionado a distribuir                  |      | <b>2.173.117</b>   | 1.950.083   |
| Distribuição do valor adicionado                   |      |                    |             |
| Pessoal  |      |                    |             |
| Remunerações                                       |      | 102.834            | 82.681      |
| FGTS   |      | 5.675              | 6.472       |
| Outros encargos sociais                            |      | 6.851              | 6.876       |
| Previdência privada                                |      | 6.259              | 6.068       |
| Auxílio-alimentação                                |      | 14.317             | 13.563      |
| Convênio assistencial e outros benefícios          |      | 9.519              | 8.595       |
| Participação nos resultados                        |      | 10.559             | 10.894      |
|  |      | <b>156.014</b>     | 135.149     |
| Impostos, taxas e contribuições                    |      |                    |             |
| Federal  |      | 616.039            | 558.742     |
| Estadual   |      | 785.931            | 719.803     |
| Municipal  |      | 1.490              | 1.171       |
| (-) Incentivos fiscais                             |      | (33.636)           | (77.803)    |
|  |      | <b>1.369.824</b>   | 1.201.913   |
| Remuneração de capitais de terceiros               |      |                    |             |
| Juros e variações monetárias                       |      | 105.805            | 96.851      |
| Outras despesas financeiras                        |      | 110.447            | 37.614      |
| Aluguéis   |      | 11.027             | 7.374       |
|  |      | <b>227.279</b>     | 141.839     |
| Remuneração de capitais próprios                   |      |                    |             |
| Dividendo mínimo obrigatório                       | 25   | 96.591             | 92.403      |
| Dividendos adicionais                              | 25   | 117.404            | 183.612     |
| Reserva de Incentivo fiscal- ADENE                 | 25   | 33.636             | 77.803      |
| Reserva de reforço de capital de giro              | 25   | 122.300            | 93.597      |
| Perda atuarial                                     | 25   | 50.069             | 23.767      |
|  |      | <b>420.000</b>     | 471.182     |
| Total do valor adicionado distribuído              |      | <b>2.173.117</b>   | 1.950.083   |

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras

# **Companhia Energética do Ceará - COELCE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012, 2011 e 1 de janeiro de 2011 (31 de dezembro de 2010)

(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

## **1. Informações gerais**

A Companhia Energética do Ceará - COELCE ("Companhia"), sociedade por ações de capital aberto registrada na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros com sede na Rua Padre Valdevino, nº 150, Fortaleza, Ceará, controlada pela Investluz S.A. (ambas as empresas do Grupo Endesa), é uma concessionária do serviço público de energia elétrica, destinada a pesquisar, estudar, planejar, construir e explorar a distribuição de energia elétrica, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME.

A Companhia tem como área de concessão todo o Estado do Ceará. A concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica se deu por meio do Contrato de Concessão de Distribuição nº 01/1998, de 13 de maio de 1998, da ANEEL, com vencimento para maio de 2028.

Conforme descrito na Nota 2.22, a Companhia efetuou correções de determinadas classificações em seu balanço patrimonial, as quais impactaram a demonstração dos fluxos de caixa. Essas modificações em relação às demonstrações financeiras anteriormente emitidas não causaram alterações no patrimônio líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2011, nem no resultado do exercício findo naquela data.

A autorização para emissão destas demonstrações financeiras ocorreu em reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de março de 2013.

## **2. Principais políticas contábeis**

### **2.1. Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

## **Companhia Energética do Ceará - COELCE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2012, 2011 e 1 de janeiro de 2011 (31 de dezembro de 2010)  
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### **2. Principais políticas contábeis--Continuação**

#### **2.1. Declaração de conformidade--Continuação**

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB - *International Accounting Standards Board*.

#### **2.2. Base de elaboração**

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido nas normas.

#### **2.3. Conversão de saldos e transações em moeda estrangeira**

As demonstrações financeiras são preparadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

Na elaboração das demonstrações financeiras da Companhia, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data de transação e a data das demonstrações financeiras são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

## **Companhia Energética do Ceará - COELCE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2012, 2011 e 1 de janeiro de 2011 (31 de dezembro de 2010)  
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### **2. Principais políticas contábeis--Continuação**

#### **2.4. Informações por segmento**

O Pronunciamento Técnico CPC 22 - Informações por segmento ("CPC 22"), requer que os segmentos operacionais sejam identificados com base nos relatórios internos sobre os componentes da Companhia que sejam regularmente revisados pelo mais alto tomador de decisões (*"chief operating decision maker"*), com o objetivo de alocar recursos aos segmentos, bem como avaliar suas performances. A Administração efetuou a análise e concluiu que a Companhia opera com um único segmento - distribuição de energia - não sendo aplicável a divulgação específica de uma nota explicativa de "informações por segmento".

#### **2.5. Reconhecimento de receita**

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

Os serviços de distribuição de energia elétrica são medidos através da entrega de energia elétrica ocorrida em um determinado período. Essa medição ocorre de acordo com o calendário de leitura estabelecido pela Companhia. O faturamento dos serviços de distribuição de energia elétrica é, portanto, efetuado de acordo com esse calendário de leitura, sendo a receita de serviços registrada na medida em que as faturas são emitidas. Com a finalidade de adequar as leituras ao período de competência, os serviços prestados entre a data da leitura e o encerramento de cada mês são registrados através de estimativa.

##### **2.5.1. Receita não faturada**

Corresponde à receita de fornecimento de energia elétrica, entregue mas não faturada ao consumidor, e à receita de utilização da rede de distribuição não faturada, calculada em base estimada, referente ao período após a medição mensal e até o último dia do mês.

## **Companhia Energética do Ceará - COELCE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2012, 2011 e 1 de janeiro de 2011 (31 de dezembro de 2010)  
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### **2. Principais políticas contábeis--Continuação**

#### **2.5. Reconhecimento de receita--Continuação**

##### 2.5.2. Receita de construção

A Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão ("ICPC 01") estabelece que o concessionário de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 (R1) - Contratos de construção ("CPC 17") (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 (R1) - Receitas ("CPC 30") (serviços de operação - fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão.

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

##### 2.5.3. Receita de juros

A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

## Companhia Energética do Ceará - COELCE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2012, 2011 e 1 de janeiro de 2011 (31 de dezembro de 2010)  
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### 2. Principais políticas contábeis--Continuação

#### 2.6. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

##### 2.6.1. Ativo financeiro

##### **Reconhecimento inicial e mensuração**

Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda, ou derivativos classificados como instrumentos de *hedge* eficazes, conforme a situação. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de consumidores, concessionários e permissionários, concessão de serviço público (ativo indenizável) e cauções.

##### **Mensuração subsequente**

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

##### Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

## Companhia Energética do Ceará - COELCE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2012, 2011 e 1 de janeiro de 2011 (31 de dezembro de 2010)  
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### 2. Principais políticas contábeis--Continuação

#### 2.6. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

##### 2.6.1. Ativo financeiro--Continuação

###### Investimentos mantidos até o vencimento

Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.

###### Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros seria imaterial.

###### Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis; (b) investimentos mantidos até o vencimento; ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado.

## Companhia Energética do Ceará - COELCE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2012, 2011 e 1 de janeiro de 2011 (31 de dezembro de 2010)  
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### 2. Principais políticas contábeis--Continuação

#### 2.6. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

##### 2.6.1. Ativo financeiro--Continuação

##### **Mensuração subsequente--Continuação**

##### Ativos financeiros disponíveis para venda--Continuação

Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente no resultado do período.

Quando o investimento é desreconhecido ou quando for determinada perda por redução ao valor recuperável, os ganhos ou as perdas cumulativos anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes devem ser reconhecidos no resultado.

##### Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- ▶ Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- ▶ A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasso”; e (i) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

## Companhia Energética do Ceará - COELCE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2012, 2011 e 1 de janeiro de 2011 (31 de dezembro de 2010)  
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### 2. Principais políticas contábeis--Continuação

#### 2.6. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

##### 2.6.1. Ativo financeiro--Continuação

##### **Mensuração subsequente--Continuação**

##### Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse, e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com o ativo.

Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados com base nos direitos e obrigações que a Companhia manteve.

O envolvimento contínuo na forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo valor contábil original do ativo ou pela máxima contraprestação que puder ser exigida da Companhia, dos dois o menor.

##### 2.6.1.1. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

## **Companhia Energética do Ceará - COELCE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2012, 2011 e 1 de janeiro de 2011 (31 de dezembro de 2010)  
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### **2. Principais políticas contábeis--Continuação**

#### **2.6. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação**

##### 2.6.1. Ativo financeiro--Continuação

##### **Mensuração subsequente--Continuação**

##### 2.6.1.2. Consumidores, concessionários e permissionários

As contas a receber de consumidores, concessionários e permissionários referem-se aos créditos de fornecimento de energia faturada, não faturada e energia comercializada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE até a data do balanço e contabilizadas pelo regime de competência; sendo demonstradas pelo valor de realização. Os montantes a receber são registrados com base nos valores nominais e não são ajustados a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não apresentarem um efeito relevante nas demonstrações financeiras.

##### 2.6.1.3. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

É calculada com base nos valores de consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias, consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias, consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias, bem como através de análise criteriosa para clientes com débitos relevantes. Está reconhecida em valor julgado pela Administração da Companhia como suficiente para atender às perdas prováveis na realização dos créditos.

## **Companhia Energética do Ceará - COELCE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2012, 2011 e 1 de janeiro de 2011 (31 de dezembro de 2010)  
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### **2. Principais políticas contábeis--Continuação**

#### **2.6. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação**

##### **2.6.2. Redução do valor recuperável de ativos financeiros**

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (“um evento de perda” incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou do grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

##### **2.6.3. Passivos financeiros**

#### **Reconhecimento inicial e mensuração**

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de *hedge*, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, contas garantia (conta-corrente com saldo negativo), empréstimos e financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos.

## **Companhia Energética do Ceará - COELCE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2012, 2011 e 1 de janeiro de 2011 (31 de dezembro de 2010)  
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### **2. Principais políticas contábeis--Continuação**

#### **2.6. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação**

##### 2.6.3. Passivos financeiros--Continuação

###### **Mensuração subsequente**

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

###### Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado.

## Companhia Energética do Ceará - COELCE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2012, 2011 e 1 de janeiro de 2011 (31 de dezembro de 2010)  
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### 2. Principais políticas contábeis--Continuação

#### 2.6. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

##### 2.6.3. Passivos financeiros--Continuação

##### **Mensuração subsequente--Continuação**

##### Mantidos para negociação

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios de contabilização de *hedge* definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 38 ("CPC 38"), a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* efetivos. Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

##### Empréstimos, financiamentos e debêntures

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos e debêntures sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

##### Desreconhecimento (baixa) dos passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

## **Companhia Energética do Ceará - COELCE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2012, 2011 e 1 de janeiro de 2011 (31 de dezembro de 2010)  
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### **2. Principais políticas contábeis--Continuação**

#### **2.6. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação**

##### 2.6.4. Instrumentos financeiros - apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

##### 2.6.5. Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado; ou outros modelos de avaliação.

#### **2.7. Instrumentos financeiros derivativos**

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos representados por contratos de *swap* de taxa de juros, visando exclusivamente proteção contra o risco da variação da taxa sobre os empréstimos e financiamentos e as debêntures, os quais estão indexados ao CDI. Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos ao valor justo, sendo ganhos ou perdas reconhecidos no resultado imediatamente. A Nota 33 inclui informações mais detalhadas sobre os instrumentos derivativos contratados pela Companhia.

A Companhia não tem contratos derivativos com fins comerciais e especulativos.

## **Companhia Energética do Ceará - COELCE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2012, 2011 e 1 de janeiro de 2011 (31 de dezembro de 2010)  
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### **2. Principais políticas contábeis--Continuação**

#### **2.8. Ativo indenizável (concessão)**

Em 11 de janeiro de 2013, foi promulgada a Lei nº 12.783 (“Lei nº 12.783/13”) que tornou definitiva a Medida Provisória nº 579 de 11 de setembro de 2012 (“MP nº 579/12”), que dispõe sobre a prorrogação e licitação das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais, sobre a modicidade tarifária, e dá outras providências.

A partir da publicação da Lei nº 12.783/13, as concessões de distribuição de energia elétrica alcançadas pelo art. 22 da Lei nº 9.074 de 7 de julho de 1995 (“Lei nº 9.074/95”), poderão ser prorrogadas, a critério do poder concedente, uma única vez, pelo prazo de até 30 anos. Adicionalmente, a Lei nº 12.783/13 prevê que o Governo, na sua qualidade de concedente, use para a determinação da indenização do valor dos investimentos dos bens reversíveis ainda não amortizados ou não depreciados com base no Valor Novo de Reposição (“VNR”), adotando-se o banco de dados da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e o banco de preços homologados pela ANEEL.

Este novo fato causou uma mudança significativa nos critérios a serem considerados para valorização e classificação dos bens reversíveis ainda não amortizados ou depreciados quando do término da concessão.

Anteriormente, a Companhia adotava o valor residual contábil (custo histórico) como metodologia para cálculo do valor indenizatório e, como consequência, como base para o cálculo dos efeitos da adoção da ICPC 01 e ICPC 17 e da Orientação Técnica OCPC 05 - Contrato de concessão (“OCPC 05”). Este ativo financeiro, representado pelo valor indenizatório da Companhia, encontrava-se classificado como “empréstimos e recebíveis” e como consequência da promulgação da Lei nº 12.783/13, este instrumento financeiro passou a ser classificado como “disponível para venda”.

Considerando a natureza prospectiva do referido assunto, decorrente de novo posicionamento por parte do órgão regulador imposto pela Lei nº 12.783/13, a Administração da Companhia procedeu o recálculo do ativo indenizável da Companhia levando em consideração o VNR dos bens ao final da concessão, sendo o impacto consolidado divulgado na receita financeira no montante de R\$ 180.107.

## **Companhia Energética do Ceará - COELCE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2012, 2011 e 1 de janeiro de 2011 (31 de dezembro de 2010)  
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### **2. Principais políticas contábeis--Continuação**

#### **2.8. Ativo indenizável (concessão)--Continuação**

Adicionalmente, a referida Lei extingue a arrecadação da Conta Consumo de Combustível - CCC e Reserva Global de Reversão - RGR, além de reduzir a arrecadação da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE em 75%.

#### **2.9. Imobilizado**

Os itens que compõem o ativo imobilizado da Companhia são apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

#### **2.10. Ativo intangível**

Compreende o direito de uso da infraestrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado), de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1) - Ativo intangível ("CPC 04"), a ICPC 01 e a OCPC 05.

## **Companhia Energética do Ceará - COELCE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2012, 2011 e 1 de janeiro de 2011 (31 de dezembro de 2010)  
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### **2. Principais políticas contábeis--Continuação**

#### **2.10. Ativo intangível--Continuação**

O ativo intangível está sendo amortizado de forma não linear e limitado ao prazo remanescente do contrato de concessão da Companhia ou vida útil do bem relacionado, dos dois o menor. Esse ativo intangível é avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

#### **2.11. Provisão para redução ao provável valor de realização dos ativos não financeiros**

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, não foi identificada necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável.

#### **2.12. Provisões**

##### Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

## **Companhia Energética do Ceará - COELCE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2012, 2011 e 1 de janeiro de 2011 (31 de dezembro de 2010)  
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### **2. Principais políticas contábeis--Continuação**

#### **2.12. Provisões--Continuação**

##### Geral--Continuação

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

##### **Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas**

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

#### **2.13. Impostos**

##### **2.13.1. Imposto de renda e contribuição social - correntes**

A despesa de imposto de renda e contribuição social é calculada de acordo com as bases legais tributárias vigentes. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela do lucro que exceder R\$ 240 no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável. O imposto de renda e a contribuição social são reconhecidos pelo regime de competência.

## **Companhia Energética do Ceará - COELCE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2012, 2011 e 1 de janeiro de 2011 (31 de dezembro de 2010)  
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### **2. Principais políticas contábeis--Continuação**

#### **2.13. Impostos--Continuação**

##### **2.13.1. Imposto de renda e contribuição social - correntes--Continuação**

A Companhia goza de incentivos fiscais (benefício ADENE) com redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis, calculado sobre o lucro da exploração, referente às suas atividades de distribuição até o ano-base de 2016. Os valores correspondentes à redução do imposto de renda são contabilizados como redução das correspondentes despesas de impostos no resultado do exercício e posteriormente transferido para o patrimônio líquido na conta “Reserva de Incentivo Fiscal”.

Para o cálculo do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro corrente, a Companhia adota o Regime Tributário de Transição - RTT, que permite expurgar os efeitos decorrentes das mudanças promovidas pelas Leis nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007 (“Lei nº 11.638/07”), e pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009 (“Lei 11.941/09”), da base de cálculo desses tributos.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

##### **2.13.2. Impostos diferidos**

Os impostos diferidos ativos atribuíveis a diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social são registrados no pressuposto de realização futura, baseado nas projeções de resultados preparados pela Administração da Companhia.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada anualmente e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

## **Companhia Energética do Ceará - COELCE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2012, 2011 e 1 de janeiro de 2011 (31 de dezembro de 2010)  
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### **2. Principais políticas contábeis--Continuação**

#### **2.13. Impostos--Continuação**

##### **2.13.2. Impostos diferidos--Continuação**

Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas de impostos conhecidas aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. Dada a incerteza inerente às estimativas, o lucro tributável futuro poderá ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando do montante do ativo fiscal a ser registrado.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados quando a compensação é permitida por Lei.

Impostos diferidos relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também são reconhecidos no patrimônio líquido, e não na demonstração de resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

#### **2.14. Taxas regulamentares**

Por atuar em um setor regulado, a Companhia está sujeita ao pagamento de algumas taxas regulamentares, que são registradas e demonstradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas. As principais taxas regulamentares aplicáveis à Companhia são as seguintes:

##### **2.14.1. Reserva Global de Reversão (RGR)**

Refere-se à provisão dos valores a serem pagos à Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, calculadas à base de 2,5% sobre o saldo de imobilizado (sem a aplicação da ICPC 01, conforme definido pela ANEEL), limitada a 3% da receita bruta de operações com energia elétrica. Tais valores são regulamentados em bases anuais através de despachos emitidos pela Superintendência de Fiscalização Econômica Financeira (SFF) da ANEEL (Vide Nota 2.8).

## **Companhia Energética do Ceará - COELCE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2012, 2011 e 1 de janeiro de 2011 (31 de dezembro de 2010)  
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### **2. Principais políticas contábeis--Continuação**

#### **2.14. Taxas regulamentares--Continuação**

##### **2.14.2. Conta Consumo de Combustível (CCC)**

Parcela da receita tarifária paga pelas distribuidoras, nos sistemas interligados com dupla destinação: pagar as despesas com o combustível usado nas térmicas que são acionadas para garantir as incertezas hidrológicas; e subsidiar parte das despesas com combustível nos sistemas isolados para permitir que as tarifas elétricas naqueles locais tenham níveis semelhantes aos praticados nos sistemas interligados (Vide Nota 2.8)

##### **2.14.3. Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)**

Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica. Os valores a serem pagos também são definidos pela ANEEL (Vide Nota 2.8).

##### **2.14.4. Programas de Eficiência Energética (PEE) - Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE)**

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as distribuidoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida regulatória (ROL Regulatória) para aplicação nesses programas.

##### **2.14.5. Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)**

Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a distribuição de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário.

## **Companhia Energética do Ceará - COELCE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2012, 2011 e 1 de janeiro de 2011 (31 de dezembro de 2010)  
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### **2. Principais políticas contábeis--Continuação**

#### **2.14. Taxas regulamentares--Continuação**

##### **2.14.6. Encargo do Serviço do Sistema - ESS**

Representa o custo incorrido para manter a confiabilidade e a estabilidade do Sistema Interligado Nacional para o atendimento do consumo de energia elétrica no Brasil. Esse custo é apurado mensalmente pela CCEE e é pago pelos agentes da categoria consumo aos agentes de geração.

#### **2.15. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes**

São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas (passivos).

#### **2.16. Participação nos resultados**

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em uma fórmula que leva em consideração o alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício. O valor atribuído a essa participação é registrado como despesa operacional.

#### **2.17. Distribuição de dividendos**

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes ("CPC 25") e na Interpretação Técnica ICPC 08 (R1) - Contabilização da proposta de pagamento de dividendos ("ICPC 08"), as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual seja distribuído a título de dividendos, após destinação para reserva legal.

## **Companhia Energética do Ceará - COELCE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2012, 2011 e 1 de janeiro de 2011 (31 de dezembro de 2010)  
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### **2. Principais políticas contábeis--Continuação**

#### **2.17. Distribuição de dividendos--Continuação**

Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais, a Companhia registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como “dividendo adicional proposto” no patrimônio líquido.

#### **2.18. Benefícios de aposentadoria pós-emprego**

A Companhia patrocina planos de previdência do tipo benefício definido a certos empregados, além de benefício de assistência médica pós-emprego, os quais requerem que contribuições sejam feitas a fundos administrados separadamente dos fundos próprios da Companhia.

Os compromissos atuariais com os planos de benefícios de pensão e aposentadoria são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável, sendo os custos correspondentes reconhecidos durante o período aquisitivo dos empregados, em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 33 - Benefícios a empregados (“CPC 33”). O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final. Adicionalmente, são utilizadas outras premissas atuariais, tais como hipóteses biológicas e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuição dos empregados.

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria e os compromissos atuariais relacionados ao plano de assistência médica são reconhecidos em outros resultados abrangentes, em conformidade com as regras do CPC 33, baseando-se em cálculo atuarial elaborado por atuário independente, conforme detalhes divulgados na Nota 23.

## Companhia Energética do Ceará - COELCE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2012, 2011 e 1 de janeiro de 2011 (31 de dezembro de 2010)  
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### 2. Principais políticas contábeis--Continuação

#### 2.19. Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa ("CPC 03"), bem como as demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do valor adicionado ("CPC 09").

#### 2.20. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2012

Alguns pronunciamentos técnicos e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") foram revisados e têm a sua adoção obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2012. Dada a natureza das modificações que foram realizadas e as operações da Companhia e de suas controladas, a adoção desses pronunciamentos e interpretações mencionados abaixo não produziram efeitos relevantes nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

► CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação ("CPC 40")

A revisão do CPC 40 contempla as alterações feitas pelo IASB - *International Accounting Standards Board* após a edição desse pronunciamento, o qual ainda inclui algumas compatibilizações de texto com o propósito de deixar claro que a intenção é produzir os mesmos reflexos contábeis introduzidos pela aplicação do IFRS 7 - *Financial Instruments: Disclosures* ("IFRS 7").

► ICPC 08 (R1) - Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos ("ICPC 08").

A revisão da ICPC 08 tem como objetivo complementar o documento original emitido pelo CPC em 2009, abordando em mais detalhes as previsões contidas na legislação societária brasileira em relação à contabilização da proposta de pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio aos acionistas ou sócios.

## Companhia Energética do Ceará - COELCE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2012, 2011 e 1 de janeiro de 2011 (31 de dezembro de 2010)  
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### 2. Principais políticas contábeis--Continuação

#### 2.20. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2012--Continuação

- ▶ CPC 18 (R1) - Investimento em Coligada e em Controlada ("CPC 18").

A revisão do CPC 18 contempla as alterações feitas pelo IASB - International Accounting Standards Board após a edição desse pronunciamento, o qual ainda inclui algumas compatibilizações de texto com o propósito de deixar claro que a intenção é produzir os mesmos reflexos contábeis introduzidos pela aplicação do IAS 28 - Investments in Associates. Alteração relevante trata do reconhecimento de resultados de transações entre controlada e controladora constante nos itens 22A, 22B e 22C, também tratado no ICPC 09, comentado abaixo.

- ▶ ICPC 09 (R1) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial ("ICPC 09").

A revisão da ICPC 09 é decorrente da revisão do Pronunciamento Técnico CPC 18.

- ▶ CPC 17 (R1) - Contratos de Construção ("CPC 17").

A revisão do CPC 17 contempla as alterações feitas pelo IASB - International Accounting Standards Board após a edição desse pronunciamento, o qual ainda inclui algumas compatibilizações de texto com o propósito de deixar claro que a intenção é produzir os mesmos reflexos contábeis introduzidos pela aplicação do IAS 11 - Construction Contracts.

- ▶ CPC 30 (R1) - Receitas ("CPC 30").

A revisão do CPC 30 contempla as alterações feitas pelo IASB - International Accounting Standards Board após a edição desse pronunciamento, o qual ainda inclui algumas compatibilizações de texto com o propósito de deixar claro que a intenção é produzir os mesmos reflexos contábeis introduzidos pela aplicação do IAS 18 - Revenue.

## **Companhia Energética do Ceará - COELCE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2012, 2011 e 1 de janeiro de 2011 (31 de dezembro de 2010)  
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### **2. Principais políticas contábeis--Continuação**

#### **2.20. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2012--Continuação**

- ▶ CPC 35 (R2) - Demonstrações Separadas ("CPC 35").

A revisão do CPC 35 contempla as alterações feitas pelo IASB - International Accounting Standards Board após a edição desse pronunciamento, o qual ainda inclui algumas compatibilizações de texto com o propósito de deixar claro que a intenção é produzir os mesmos reflexos contábeis introduzidos pela aplicação do IAS 27 - Separate Financial Statements.

#### **2.21. Novos pronunciamentos ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2012**

Listamos a seguir os pronunciamentos que ainda não haviam entrado em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia. A Administração da Companhia pretende adotar tais pronunciamentos quando os mesmos entrarem em vigor.

- ▶ CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados ("CPC 33").

A revisão do CPC 33 contempla substancialmente as alterações introduzidas no texto do IAS 19 - Employee Benefits, emitido pelo IASB - International Accounting Standards Board, que passa a vigorar em ou a partir de 1 de janeiro de 2013. O objetivo deste pronunciamento é estabelecer a contabilização e a divulgação dos benefícios concedidos aos empregados. Para tanto, o pronunciamento requer que a entidade reconheça: (a) um passivo quando o empregado prestou o serviço em troca de benefícios a serem pagos no futuro; e (b) uma despesa quando a entidade se utiliza do benefício econômico proveniente do serviço recebido do empregado em troca de benefícios a esse empregado.

## **Companhia Energética do Ceará - COELCE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2012, 2011 e 1 de janeiro de 2011 (31 de dezembro de 2010)  
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### **2. Principais políticas contábeis--Continuação**

#### **2.21. Novos pronunciamentos ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2012** --Continuação

- ▶ CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto ("CPC 18").

A revisão do CPC 18 contempla substancialmente as alterações introduzidas no texto do IAS 28 - Investments in Associates, emitido pelo IASB - International Accounting Standards Board, que passa a vigorar em ou a partir de 1 de janeiro de 2013. O objetivo deste pronunciamento é prescrever a contabilização de investimentos em coligadas e em controladas, além de definir os requisitos para a aplicação do método da equivalência patrimonial quando da contabilização de investimentos em coligadas, em controladas e em empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures).

- ▶ CPC 45 - Divulgações de Participações em Outras Entidades ("CPC 45").

O CPC 45 contempla substancialmente a convergência com o texto do IFRS 12 - Disclosure of Interests in Other Entities, emitido pelo IASB - International Accounting Standards Board, que passa a vigorar em ou a partir de 1 de janeiro de 2013. O objetivo deste pronunciamento é orientar a entidade quanto à forma de divulgação de informações sobre sua participação em outras entidades. Dessa forma, permite-se aos usuários das demonstrações financeiras avaliarem os riscos inerentes a essas participações e seus efeitos sobre sua a posição patrimonial e financeira, o seu desempenho financeiro e seus respectivos fluxos de caixa.

- ▶ CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas ("CPC 36").

A revisão do CPC 36 contempla substancialmente as alterações introduzidas no texto do IAS 27 - Consolidated and Separate Financial Statements, que resultou na edição pelo IASB - Internacional Accounting Standards Board do IFRS 10 - Consolidated Financial Statements, que passa a vigorar em ou a partir de 1 de janeiro de 2013. O objetivo deste pronunciamento é estabelecer princípios para apresentação e elaboração de demonstrações financeiras consolidadas quando uma entidade controla uma ou mais outras entidades.

## **Companhia Energética do Ceará - COELCE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2012, 2011 e 1 de janeiro de 2011 (31 de dezembro de 2010)  
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### **2. Principais políticas contábeis--Continuação**

#### **2.21. Novos pronunciamentos ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2012** --Continuação

- ▶ CPC 46 - Mensuração do Valor Justo ("CPC 46").

O CPC 46 contempla substancialmente a convergência com o texto do IFRS 13 - Fair Value Measurement, emitido pelo IASB - International Accounting Standards Board, que passa a vigorar em ou a partir de 1 de janeiro de 2013. O objetivo deste pronunciamento é (i) definir valor justo; (ii) estabelecer em um único pronunciamento uma estrutura para a mensuração do valor justo; e (iii) estabelecer divulgações sobre mensurações do valor justo.

#### **2.22. Reapresentação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011**

Durante o quarto trimestre do exercício de 2012, a Companhia identificou erros na classificação de certos instrumentos financeiros entre caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, para os quais o balanço patrimonial e a demonstração dos fluxos de caixa foram corrigidos. A Administração da Companhia concluiu, baseada em uma reavaliação do assunto, que certos instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa no balanço patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2011 e que havia sido reportado anteriormente, deveriam ser registrados como títulos e valores mobiliários, e que certos títulos e valores mobiliários deveriam ser registrados como caixa e equivalentes de caixa, para estarem em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Esses valores foram determinados para 31 de dezembro de 2011 e para 1 de janeiro de 2011 (equivalente aos saldos de 31 de dezembro de 2010), de forma a demonstrar o ajuste do erro no início do mais antigo período comparativo apresentado.

Como demonstrado na tabela abaixo, esses ajustes resultaram em uma diminuição do saldo de caixa e equivalentes de caixa e em um aumento no saldo dos títulos e valores mobiliários no balanço patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2011.

## Companhia Energética do Ceará - COELCE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2012, 2011 e 1 de janeiro de 2011 (31 de dezembro de 2010)  
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### 2. Principais políticas contábeis--Continuação

#### 2.22. Reapresentação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011--Continuação

##### Balanco patrimonial

|                               | 31 de dezembro de 2011       |          |               | 1 de janeiro de 2011 (31 de dezembro de 2010) |         |               |
|-------------------------------|------------------------------|----------|---------------|---|---------|---------------|
|                               | Anteriormente<br>apresentado | Ajustes  | Reapresentado | Anteriormente<br>apresentado                  | Ajustes | Reapresentado |
| Caixa e equivalentes de caixa | 187.476                      | (95.986) | 91.490        | 52.771  | -       | 52.771        |
| Títulos e valores mobiliários | 140.724                      | 95.986   | 236.710       | 51.499  | -       | 51.499        |

Esses ajustes também foram refletidos na demonstração dos fluxos de caixa correspondente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, conforme demonstrado na tabela abaixo.

##### Demonstração dos fluxos de caixa

|   | 31 de dezembro de 2011     |          |               |
|---|----------------------------|----------|---------------|
|   | Anteriormente<br>Publicado | Ajustes  | Reapresentado |
| Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento | (266.425)                  | (95.986) | (362.411)     |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício  | 52.771                     | -        | 52.771        |
| Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício   | 187.476                    | (95.986) | 91.490        |

As Notas 4 e 5 estão sendo reapresentadas com o objetivo de demonstrar os saldos modificados e as respectivas divulgações ajustadas após a correção do erro mencionado anteriormente.

As referidas reclassificações não produziram impacto nos demais saldos do ativo (circulante e não circulante), passivo (circulante e não circulante), patrimônio líquido (incluindo as suas mutações), demonstrações do resultado e do resultado abrangente.

## **Companhia Energética do Ceará - COELCE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2012, 2011 e 1 de janeiro de 2011 (31 de dezembro de 2010)  
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### **3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas**

#### **Julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras.

#### **Estimativas e premissas**

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo período financeiro, são discutidas a seguir:

## Companhia Energética do Ceará - COELCE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2012, 2011 e 1 de janeiro de 2011 (31 de dezembro de 2010)  
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### 3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas --Continuação

#### Estimativas e premissas--Continuação

##### Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

##### Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

##### Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização das contas a receber, levando em consideração as perdas históricas e uma avaliação individual das contas a receber com riscos de realização. A provisão é constituída com base nos valores a receber de consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias, consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias, consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias, bem como através de análise criteriosa para os clientes com débitos relevantes.

## **Companhia Energética do Ceará - COELCE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2012, 2011 e 1 de janeiro de 2011 (31 de dezembro de 2010)  
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### **3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas** --Continuação

#### **Estimativas e premissas--Continuação**

##### Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época dos resultados tributáveis futuros. Dado a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Imposto de renda diferido ativo é reconhecido na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto de renda diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

##### Benefícios pós-emprego

O custo do plano de aposentadoria com benefícios definidos e outros benefícios de assistência médica pós-emprego, e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data-base. Para mais detalhes sobre as premissas utilizadas vide Nota 23.

## Companhia Energética do Ceará - COELCE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2012, 2011 e 1 de janeiro de 2011 (31 de dezembro de 2010)  
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### 4. Caixa e equivalentes de caixa

|  | <u>31/12/2012</u> | <u>31/12/2011</u><br>(Reapresentado) | <u>01/01/2011</u> |
|--|-------------------|--------------------------------------|-------------------|
| Caixa e contas correntes bancárias     | <b>47.405</b>     | 18.129                               | 19.997            |
| Aplicações financeiras                 | <b>105.310</b>    | 73.361                               | 32.774            |
| Total de caixa e equivalentes de caixa | <b>152.715</b>    | 91.490                               | 52.771            |

O excedente de caixa da Companhia é aplicado de forma conservadora em ativos financeiros de baixo risco, sendo os principais instrumentos financeiros representados por CDBs (Certificados de Depósitos Bancários) e operações compromissadas. Os investimentos têm alta liquidez, sendo prontamente conversíveis em recursos disponíveis de acordo com as necessidades de caixa da Companhia. As aplicações financeiras da Companhia buscam rentabilidade compatível às variações do CDI.

Em 31 de dezembro de 2012, 2011 e em 1 de janeiro de 2011, as aplicações financeiras são compostas da seguinte forma:

|  | <u>31/12/2012</u> | <u>31/12/2011</u><br>(Reapresentado) | <u>01/01/2011</u> |
|--|-------------------|--------------------------------------|-------------------|
| Aplicações diretas                     |                   |                                      |                   |
| CDB - Certificado de Depósito Bancário | <b>53.846</b>     | -                                    | 20.018            |
| Operações compromissadas               | <b>572</b>        | 527                                  | -                 |
| Fundos de investimentos não exclusivos | -                 | -                                    | 4.109             |
| Total de aplicações diretas            | <b>54.418</b>     | 527                                  | 24.127            |
| Fundos exclusivos                      |                   |                                      |                   |
| CDB - Certificado de Depósito Bancário | <b>36.957</b>     | 31.763                               | 8.436             |
| Operações compromissadas               | <b>13.935</b>     | 41.071                               | -                 |
| Fundos de investimentos não exclusivos | -                 | -                                    | 211               |
| Total de fundos exclusivos             | <b>50.892</b>     | 72.834                               | 8.647             |
| Total de aplicações financeiras        | <b>105.310</b>    | 73.361                               | 32.774            |

As aplicações financeiras podem ser resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão em um valor conhecido de caixa e com risco insignificante de seu valor. Dada a natureza e característica das aplicações financeiras, as mesmas já estão reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida ao resultado.

## Companhia Energética do Ceará - COELCE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2012, 2011 e 1 de janeiro de 2011 (31 de dezembro de 2010)  
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### 5. Títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2012, 2011 e em 1º de janeiro de 2011, as aplicações financeiras classificadas como títulos e valores mobiliários são compostas da seguinte forma:

|   | <u>31/12/2012</u> | <u>31/12/2011</u><br>(Reapresentado) | <u>01/01/2011</u> |
|---|-------------------|--------------------------------------|-------------------|
| Fundos de investimentos não exclusivos          | <u>332</u>        | 1.220                                | -                 |
| Total de fundos de investimentos não exclusivos | <u>332</u>        | 1.220                                | -                 |
| Fundos de investimentos exclusivos              |                   |                                      |                   |
| Títulos públicos                                | <u>35.335</u>     | 94.384                               | 27.194            |
| Fundos de investimentos exclusivos              | <u>20.363</u>     | 135.842                              | -                 |
| CDB - Certificado de Depósito Bancário          | -                 | -                                    | -                 |
| Operações compromissadas                        | -                 | -                                    | 20.085            |
| Outros  | <u>6.285</u>      | 5.264                                | 4.220             |
| Total de fundos de investimentos exclusivos     | <u>61.983</u>     | 235.490                              | 51.499            |
| Total de títulos e valores mobiliários          | <u>62.315</u>     | 236.710                              | 51.499            |

Através de fundos exclusivos, a Companhia aplica seus excedentes de caixa em títulos públicos pós-fixados e pré-fixados, além de outros instrumentos tradicionais de renda fixa com baixo risco de crédito e alta liquidez. Esses investimentos possuem vencimento superiores a 90 dias, mas que não excedem um ano, e são classificados como títulos e valores mobiliários.

## Companhia Energética do Ceará - COELCE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2012, 2011 e 1 de janeiro de 2011 (31 de dezembro de 2010)  
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### 6. Consumidores, concessionários e permissionários

#### a) Análise das contas a receber e demonstrativo do saldo da provisão para créditos de liquidação duvidosa

| Classe de consumidores                            | Saldos         |                      |                             | Valor bruto    |                |                |
|---|----------------|----------------------|-----------------------------|----------------|----------------|----------------|
|   | Vincendos      | Vencidos até 90 dias | Vencidos há mais de 90 dias | 31/12/2012     | 31/12/2011     | 01/01/2011     |
| Circulante  |                |                      |                             |                |                |                |
| Residencial                                       | 76.686         | 48.953               | 20.001                      | 145.640        | 134.673        | 118.140        |
| Industrial  | 16.780         | 5.779                | 1.363                       | 23.922         | 22.881         | 23.050         |
| Comercial   | 31.275         | 14.493               | 8.427                       | 54.195         | 51.535         | 40.936         |
| Rural   | 18.527         | 8.053                | 3.138                       | 29.718         | 27.231         | 25.098         |
| Poder público                                     | 17.056         | 7.125                | 97                          | 24.278         | 25.201         | 28.425         |
| Iluminação pública                                | 3.006          | 554                  | 98                          | 3.658          | 7.352          | 5.831          |
| Serviço público                                   | 7.532          | 828                  | -                           | 8.360          | 7.312          | 7.498          |
| <b>Subtotal</b>                                   | <b>170.862</b> | <b>85.785</b>        | <b>33.124</b>               | <b>289.771</b> | <b>276.185</b> | <b>248.978</b> |
| Comercialização na CCEE                           | 31.715         | -                    | -                           | 31.715         | -              | -              |
| Encargo emergencial (c)                           | -              | -                    | 2.473                       | 2.473          | 2.475          | 2.477          |
| Créditos junto a clientes com ações judiciais (d) | -              | -                    | 63.303                      | 63.303         | 61.215         | 66.537         |
| Consumidores livres                               | 15.752         | -                    | -                           | 15.752         | 10.210         | 6.657          |
| Parcelamento de débitos (e)                       | 17.059         | -                    | -                           | 17.059         | 21.594         | 26.229         |
| Fornecimento não faturado (f)                     | 133.754        | -                    | -                           | 133.754        | 119.210        | 109.913        |
| Outros créditos                                   | 2.182          | 861                  | (213)                       | 2.830          | 11.947         | 11.015         |
| <b>Subtotal</b>                                   | <b>371.324</b> | <b>86.646</b>        | <b>98.687</b>               | <b>556.657</b> | <b>502.836</b> | <b>471.806</b> |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa (g) | -              | -                    | -                           | (92.371)       | (84.385)       | (87.747)       |
| <b>Total circulante</b>                           | <b>371.324</b> | <b>86.646</b>        | <b>98.687</b>               | <b>464.286</b> | <b>418.451</b> | <b>384.059</b> |
| Não circulante                                    |                |                      |                             |                |                |                |
| Comercialização na CCEE (b)                       | -              | -                    | 15.289                      | 15.289         | 15.289         | 15.289         |
| Parcelamento de débitos (e)                       | 8.399          | -                    | -                           | 8.399          | 10.950         | 14.677         |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa (g) | -              | -                    | -                           | (1.343)        | (2.984)        | (2.051)        |
| <b>Total não circulante</b>                       | <b>8.399</b>   | <b>-</b>             | <b>15.289</b>               | <b>22.345</b>  | <b>23.255</b>  | <b>27.915</b>  |

## Companhia Energética do Ceará - COELCE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2012, 2011 e 1 de janeiro de 2011 (31 de dezembro de 2010)  
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### 6. Consumidores, concessionários e permissionários--Continuação

a) Análise das contas a receber e demonstrativo do saldo da provisão para créditos de liquidação duvidosa--Continuação

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é a seguinte

|                                 |                               |
|---------------------------------|-------------------------------|
| Saldo em 1 de janeiro de 2011   | <u>(89.798)</u>               |
| (Adições) reversões             | (11.856)                      |
| Baixas                          | 14.285                        |
| Saldo em 31 de dezembro de 2011 | <u><b>(87.369)</b></u>        |
| (Adições) reversões             | <b>(21.717)</b>               |
| Baixas                          | <b>15.372</b>                 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2012 | <u><u><b>(93.714)</b></u></u> |

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída com base nos critérios estabelecidos pela legislação regulatória aliada à análise dos riscos de perdas dos valores vencidos de clientes, questões judiciais e um percentual sobre dívidas parceladas. É considerada suficiente pela Companhia para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber.

## Companhia Energética do Ceará - COELCE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2012, 2011 e 1 de janeiro de 2011 (31 de dezembro de 2010)  
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### 6. Consumidores, concessionários e permissionários--Continuação

#### b) Comercialização no âmbito da CCEE

| <u>Câmara de Comercialização de<br/>Energia Elétrica</u> | <u>31/12/2012</u> | <u>31/12/2011</u> | <u>01/01/2011</u> |
|--|-------------------|-------------------|-------------------|
| Valor em litígio - Liminares (*)                         | <b>12.917</b>     | 12.917            | 12.917            |
| Valores com a exigibilidade suspensa (**)                | <b>2.372</b>      | 2.372             | 2.372             |
| Total  | <b>15.289</b>     | 15.289            | 15.289            |

(\*) O montante de R\$ 12.917, registrado no não circulante, permanece em aberto, decorrente das liminares para suspensão de pagamento nas datas previstas de liquidação financeira das transações no âmbito da CCEE.

(\*\*) O montante de R\$ 2.372, registrado no não circulante, referente à venda de energia efetuadas na liquidação financeira especial AES SUL (R\$ 2.031) e DFESA (R\$ 341) no âmbito da CCEE ainda encontram-se pendente de recebimento.

A Administração da Companhia não constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa por entender que os valores serão integralmente recebidos, seja dos devedores que questionaram os créditos judicialmente ou de outras empresas que vierem a ser indicadas pela CCEE.

#### c) Encargo emergencial

O encargo de aquisição emergencial vigorou temporariamente durante os meses de janeiro e fevereiro de 2004 e o encargo de capacidade emergencial foi cobrado desde março de 2002 até 22 de dezembro de 2005. A partir de 23 de dezembro de 2005 o mesmo teve sua cobrança suspensa, conforme Resolução Normativa ANEEL nº 204, de 22 de dezembro de 2005.

A Companhia repassa mensalmente os valores arrecadados de inadimplência.

#### d) Créditos junto a clientes com ações judiciais

O montante de R\$ 63.303 em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 61.215 em 31 de dezembro de 2011 e R\$ 66.537 em 1 de janeiro de 2011) refere-se a créditos junto a clientes com ações judiciais. Este montante inclui R\$ 26.774 (R\$ 21.762 em 31 de dezembro de 2011 e R\$ 24.103 em 1 de janeiro de 2011) relativos às contas a receber de diversos consumidores que questionam a legalidade e pleiteiam a restituição de valores envolvidos na majoração da tarifa de energia elétrica, ocorrida na vigência do Plano Cruzado.

## **Companhia Energética do Ceará - COELCE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2012, 2011 e 1 de janeiro de 2011 (31 de dezembro de 2010)  
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### **6. Consumidores, concessionários e permissionários--Continuação**

d) Créditos junto a clientes com ações judiciais--Continuação

Esses consumidores obtiveram, por meio de medidas judiciais, o direito de compensar os créditos pleiteados com as faturas de energia elétrica, sem, contudo, terem o mérito da questão transitado em julgado. A Companhia mantém provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$ 52.812 em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 49.458 em 2011 e R\$ 46.930 em 1 de janeiro de 2011), julgado suficiente para cobrir eventuais perdas em relação a essas ações.

e) Parcelamento de débitos

Os parcelamentos de débitos correspondem a contratos firmados entre a Companhia e seus clientes para a renegociação de contas de energia em atraso. Esses valores são cobrados nas contas de energia, com multa e juros de 1% a.m. calculados pro-rata e correção monetária com base na variação do IGPM. Após referida atualização montante a ser parcelado, retirando a parcela da entrada, se houver, é aplicado os juros do parcelamento acordado na negociação sendo esse no máximo de 1,8% a.m. O prazo médio de faturamento é de 43 dias.

f) Fornecimento não faturado

Corresponde à receita de fornecimento de energia elétrica, entregue e não faturada ao consumidor, calculada em base estimada, referente ao período após a medição mensal e até o último dia do mês. O saldo em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 133.754 (R\$ 119.210 em 31 de dezembro de 2011 e R\$ 109.913 em 1 de janeiro de 2011).

### **7. Consumidores de baixa renda**

A Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, estabeleceu as diretrizes para enquadramento na subclasse residencial baixa renda, da unidade consumidora com consumo mensal inferior a 80kWh, tendo o Decreto nº 4.336, de 15 de agosto de 2002, ampliado a regulamentação de enquadramento, para unidades consumidoras com consumo mensal entre 80 e 220 kWh, também segundo diretrizes da própria Lei nº 10.438/02.

## **Companhia Energética do Ceará - COELCE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2012, 2011 e 1 de janeiro de 2011 (31 de dezembro de 2010)  
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### **7. Consumidores de baixa renda--Continuação**

Com o advento da Lei nº 12.212, de 20 de janeiro de 2010, regulamentada pela Resolução Normativa ANEEL nº 407/2010, e posteriormente pela Resolução Normativa ANEEL nº 414/2010, foram estabelecidos os novos critérios para o recebimento da Tarifa Social de Energia Elétrica pelos consumidores de baixa renda. De acordo com a nova regulamentação, não há mais qualquer critério de enquadramento por consumo, podendo obter o subsídio de baixa renda apenas aqueles que estejam cadastrados nos Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), ou consumidores que recebam o Benefício de Prestação Continuada - BPC.

Com base nas Resoluções Normativas ANEEL nº 407/2010 e nº 414/2010, fica estabelecido que a Eletrobras repassará mensalmente às distribuidoras o montante de subvenção para recompor os descontos concedidos aos consumidores de baixa renda enquadrados nos critérios das antigas Resoluções normativas ANEEL nº 246/2002 e nº 485/2004, subvenção essa advinda da conta de desenvolvimento energético - CDE. Em virtude dos critérios estabelecidos pelas resoluções mencionadas e calendário de recadastramento dos clientes que tem direito a receber o benefício, o saldo a receber em 31 de dezembro 2012 é R\$ 50.191 (R\$ 26.551 em 31 de dezembro de 2011, e R\$ 40.008 em 1 de janeiro de 2011), relativo às subvenções dos meses de novembro e dezembro de 2012, como também o saldo de R\$ 12.920 (R\$ 38.760 conforme a resolução homologatória nº 1.301, de 26 de junho de 2012), referentes aos recursos da CDE que a Eletrobras deverá repassar em duodécimos até o dia 10 de cada mês, relativo ao ajuste compensatório correspondente à reversão da "Previsão Subsídio Baixa Renda" concedida anteriormente e sua substituição pelos respectivos valores definitivos do subsídio.

A referida subvenção é calculada mensalmente pela distribuidora e submetida à ANEEL para aprovação e homologação através de Despacho, após o qual ocorre o repasse.

## Companhia Energética do Ceará - COELCE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2012, 2011 e 1 de janeiro de 2011 (31 de dezembro de 2010)  
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### 8. Tributos a compensar

|  | 31/12/2012    |                | 31/12/2011 |                | 01/01/2011 |                |
|--|---------------|----------------|------------|----------------|------------|----------------|
|  | Circulante    | Não circulante | Circulante | Não circulante | Circulante | Não circulante |
| Imposto de renda e contribuição social | 16.069        | -              | 13.957     | -              | 8.802      | -              |
| ICMS                                   | 26.868        | 23.877         | 25.346     | 42.824         | 24.789     | 56.334         |
| ICMS parcelamento                      | 10.485        | 571            | 8.520      | 2.536          | 5.571      | 5.485          |
| PIS e COFINS                           | 2.635         | -              | 2.785      | -              | 3.031      | -              |
| Outros tributos                        | 690           | -              | 810        | -              | 974        | -              |
| Total de tributos a compensar          | <b>56.747</b> | <b>24.448</b>  | 51.418     | 45.360         | 43.167     | 61.819         |

O montante de imposto de renda a compensar refere-se –a retenções de IRRF sobre aplicações financeiras, a retenções de órgãos públicos (Lei nº 9.430/96) e o saldo do imposto de renda antecipado relativo aos anos calendários de 2006 a 2009.

O saldo de contribuição social a compensar refere-se ao valor do saldo da CSLL antecipado relativo aos anos calendários de 2006 e 2007, além de valores retidos por órgãos públicos, conforme Lei nº 9.430/96.

O saldo de ICMS refere-se basicamente aos créditos vinculados à aquisição de bens do ativo permanente (conforme conceito estabelecido na legislação fiscal), os quais estão sendo compensados mensalmente à razão de 1/48 avos.

O saldo de ICMS parcelamento ativo refere-se principalmente ao crédito de diferencial de alíquota do ativo imobilizado, objeto dos Autos de Infração nºs 2008.03699-4, 2007.01902-8 e 2006.25755-6 e da Confissão Espontânea de Débito conforme protocolo nº 096.40949-5, cujos montantes somam R\$ 11.056 e foram incluídos no parcelamento previsto no “REFIS do Ceará - 2009” através do Termo de Concessão nº 197588 e conforme Nota 17.

## Companhia Energética do Ceará - COELCE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2012, 2011 e 1 de janeiro de 2011 (31 de dezembro de 2010)  
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### 9. Cauções e depósitos

| Instituição               | Tipo de aplicação     | 31/12/2012    |                | 31/12/2011    |                | 01/01/2011    |                |
|---------------------------|-----------------------|---------------|----------------|---------------|----------------|---------------|----------------|
|                           |                       | Circulante    | Não circulante | Circulante    | Não circulante | Circulante    | Não circulante |
| BNB FI Curto Prazo        | Fundo de investimento | -             | -              | -             | 54             | -             | 51             |
| Bradesco Premium          |                       | -             | -              | -             | 18.560         | -             | 16.838         |
| Itaú-Unibanco Previdência | Fundo de investimento | -             | -              | -             | 39             | -             | 36             |
| Itaú-Unibanco TOP DI      | Fundo de investimento | 21.314        | -              | 26.678        | -              | -             | -              |
| Bradesco Firenze          | Fundo de investimento | -             | -              | -             | -              | -             | -              |
| Banco do Brasil           | Fundo de investimento | -             | -              | -             | -              | 17.408        | -              |
| Bradesco                  | CDB                   | -             | 104            | -             | 98             | -             | 245            |
| Itaú                      | CDB                   | -             | 575            | -             | 539            | -             | 497            |
| Banco do Brasil           | CDB                   | -             | 9.004          | -             | 8.321          | -             | 7.457          |
| BNB                       | CDB                   | -             | 18.804         | -             | 17.359         | -             | -              |
| Banco do Brasil           | Título do Tesouro EUA | -             | 4.442          | -             | 2.678          | -             | 3.318          |
| Caixa                     | Caução                | 320           | -              | 320           | -              | 160           | -              |
| Outros                    |                       | -             | 20             | -             | 20             | -             | 20             |
| <b>Total</b>              |                       | <b>21.634</b> | <b>32.949</b>  | <b>26.998</b> | <b>47.668</b>  | <b>17.568</b> | <b>28.462</b>  |

As aplicações e depósitos em garantia em 31 de dezembro de 2012 correspondem a aplicações e valores vinculados a contratos de aquisição de energia elétrica. O saldo aplicado no Itaú FI Unibanco TOP DI refere-se a recursos retidos de fornecedores, para constituição de garantias à empresa, conforme cláusulas contratuais. Os valores em garantias são aplicados em fundos de investimento de renda fixa.

### 10. Benefício fiscal - ágio incorporado

#### Ágio de incorporação da controladora

O ágio oriundo da operação de incorporação de sua controladora Distriluz Energia Elétrica S.A., aprovada em Assembleia Geral Extraordinária de 27 de setembro de 1999 está fundamentado nos resultados futuros durante o prazo de concessão e vem sendo amortizado no prazo compreendido entre a data da incorporação até 31 de dezembro de 2027, em proporções mensais a sua rentabilidade projetada, conforme determinação da Resolução nº 269, de 15 de setembro de 1999, da ANEEL, conforme demonstrado abaixo:

| Ano  | Fator de amortização | Ano  | Fator de amortização | Ano  | Fator de amortização |
|------|----------------------|------|----------------------|------|----------------------|
| 2013 | 0,03642              | 2020 | 0,01958              | 2027 | 0,1053               |
| 2014 | 0,03333              | 2021 | 0,01792              | -    | -                    |
| 2015 | 0,03051              | 2022 | 0,01640              | -    | -                    |
| 2016 | 0,02792              | 2023 | 0,01501              | -    | -                    |
| 2017 | 0,02555              | 2024 | 0,01374              | -    | -                    |
| 2018 | 0,02338              | 2025 | 0,01257              | -    | -                    |

## **Companhia Energética do Ceará - COELCE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2012, 2011 e 1 de janeiro de 2011 (31 de dezembro de 2010)  
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### **10. Benefício fiscal - ágio incorporado--Continuação**

#### **Ágio de incorporação da controladora--Continuação**

Em 26 de abril de 2004, a Superintendência de Fiscalização Financeira da ANEEL emitiu Relatório de Acompanhamento de Fiscalização, alegando que a reserva de ágio formada na incorporação da sociedade Distriluz não teria por contrapartida ativos com substância econômica, e desta forma, seguindo a Instrução CVM nº 349/01, determinou que somente deveria ficar registrado em conta de patrimônio líquido da Companhia (reserva de ágio) a parcela correspondente ao benefício fiscal advindo da amortização do ágio, por entender que apenas esta parcela possui substância econômica.

Tendo em vista a conclusão dos entendimentos com Agência Nacional de energia Elétrica - ANEEL, a Companhia, para a substituição do mecanismo de Desdobramento e Resgate de Ações, após afastados os riscos de questionamentos fiscais, societários e de descumprimentos de *covenants* financeiros com instituições financeiras, e após ratificação dos devidos ajustes contábeis pela ANEEL, emitida através do Ofício nº 584/05, de 14 de abril de 2005, a Assembleia Geral Extraordinária, de 28 de abril de 2005, aprovou a proposta do Conselho de Administração da Companhia de cumprir as recomendações do Órgão Regulador.

Desta forma, as operações de desdobramentos e resgate de ações da Companhia para compensar aos acionistas pela redução do lucro decorrente da amortização do ágio, oriundo da incorporação da sociedade Distriluz, interrompidas em 2003, foram substituídas pelas disposições previstas na Instrução CVM nº 319/99, alterada pela Instrução nº 349/01, que consistem na constituição de uma provisão sobre o ágio a amortizar em contrapartida da reserva de ágio (reserva de capital) no montante que não se constitui benefício fiscal para a Companhia. Para recompor o resultado de cada exercício, será feita reversão da provisão na mesma proporção da amortização da parcela do ágio do respectivo exercício.

A Administração procedeu o recálculo do ágio considerando o momento de aquisição da Companhia para recompor os efeitos da constituição da reserva do ágio.

## Companhia Energética do Ceará - COELCE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2012, 2011 e 1 de janeiro de 2011 (31 de dezembro de 2010)  
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### 10. Benefício fiscal - ágio incorporado--Continuação

#### Ágio de incorporação da controladora--Continuação

Em abril de 2005, foi constituída uma provisão sobre o ágio a amortizar em contrapartida da reserva de ágio (reserva de capital) no montante que não se constitui benefício fiscal para a Companhia, conforme determina a Instrução CVM nº 349/2001.

| Benefício fiscal - ágio incorporado  | 31/12/2012       | 31/12/2011 | 01/01/2011 |
|--------------------------------------|------------------|------------|------------|
| Ágio da incorporação                 | <b>775.960</b>   | 775.960    | 775.960    |
| Amortização acumulada                | <b>(530.938)</b> | (500.053)  | (466.308)  |
| Provisão sobre o ágio                | <b>(429.365)</b> | (429.365)  | (429.365)  |
| Reversão da provisão sobre o ágio    | <b>267.401</b>   | 247.017    | 224.745    |
| Saldo                                | <b>83.058</b>    | 93.559     | 105.032    |
|                                      | -                |            |            |
| Circulante                           | <b>9.609</b>     | 10.500     | 11.474     |
| Não circulante                       | <b>73.449</b>    | 83.059     | 93.558     |
|                                      | -                |            |            |
| Reserva de capital                   | 31/12/2012       | 31/12/2011 | 01/01/2011 |
| Ágio da incorporação                 | <b>775.960</b>   | 775.960    | 775.960    |
| (-) Desdobramento e resgate de ações | <b>(125.407)</b> | (125.407)  | (125.407)  |
| Provisão sobre o ágio                | <b>(429.365)</b> | (429.365)  | (429.365)  |
| Saldo                                | <b>221.188</b>   | 221.188    | 221.188    |

Com a adoção do novo procedimento, em 30 de abril de 2005, a reserva de ágio registrada no patrimônio líquido da Companhia foi reduzida em R\$ 429.365, com efeito de R\$ 242.976 para a Companhia.

## Companhia Energética do Ceará - COELCE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2012, 2011 e 1 de janeiro de 2011 (31 de dezembro de 2010)  
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### 11. Outros créditos

|                              | 31/12/2012 | 31/12/2011 | 01/01/2011 |
|------------------------------|------------|------------|------------|
| Alienação de bens e direitos | 1.656      | 1.641      | 1.482      |
| Convênios de arrecadação     | 8.175      | 6.041      | 4.085      |
| Desativação em curso         | -          | -          | 2          |
| Serviços a terceiros         | 5.220      | 5.606      | 12.573     |
| Cheques devolvidos           | 768        | 788        | 1.210      |
| Créditos de fornecedores     | 6.039      | 6.206      | 7.215      |
| Adiantamentos a empregados   | 2.761      | 2.073      | 3.036      |
| Adiantamentos a fornecedores | 610        | 724        | 9.144      |
| Aluguel                      | 1.834      | 1.406      | 488        |
| Bônus resíduo                | 1.047      | 802        | 645        |
| Revenda de materiais         | 3.787      | -          | -          |
| Outros                       | 3.063      | 3.347      | 2.670      |
| Total                        | 34.960     | 28.634     | 42.550     |
| Circulante                   | 34.960     | 28.354     | 42.270     |
| Não circulante               | -          | 280        | 280        |

### 12. Tributos diferidos

A Companhia reconheceu imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias, bem como sobre prejuízos fiscais, cuja composição e origem estão demonstrados a seguir:

|   | Imposto de Renda |            |            | Contribuição Social |            |            | Total      |            |            |
|---|------------------|------------|------------|---------------------|------------|------------|------------|------------|------------|
|   | 31/12/2012       | 31/12/2011 | 01/01/2011 | 31/12/2012          | 31/12/2011 | 01/01/2011 | 31/12/2012 | 31/12/2011 | 01/01/2011 |
| Ativo   |                  |            |            |                     |            |            |            |            |            |
| Diferenças temporárias                                  |                  |            |            |                     |            |            |            |            |            |
| Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas | 21.031           | 17.576     | 15.314     | 7.571               | 6.327      | 5.513      | 28.602     | 23.903     | 20.827     |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa           | 23.428           | 21.842     | 22.449     | 8.434               | 7.863      | 8.082      | 31.862     | 29.705     | 30.531     |
| Provisão para obsolescência de estoque                  | 169              | 1.040      | 1.040      | 61                  | 374        | 374        | 229        | 1.414      | 1.414      |
| Despesa diferida PIS/COFINS                             | -                | 773        | 1.209      | -                   | 278        | 899        | -          | 1.051      | 2.108      |
| Perda plano de pensão                                   | 28.079           | 9.114      | 3.570      | 10.109              | 3.281      | 1.286      | 38.188     | 12.395     | 4.856      |
| Provisão ICMS   | -                | 878        | 4.895      | -                   | 316        | 1.763      | -          | 1.194      | 6.658      |
| Provisão Multa ARCE                                     | 12.745           | 1.520      | 1.685      | 4.588               | 547        | 607        | 17.334     | 2.067      | 2.292      |
| Outras provisões  | 225              | 2.258      | 3.835      | 81                  | 813        | 1.064      | 306        | 3.071      | 4.899      |
| Total   | 85.677           | 55.001     | 53.997     | 30.844              | 19.799     | 19.588     | 116.521    | 74.800     | 73.585     |

## Companhia Energética do Ceará - COELCE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2012, 2011 e 1 de janeiro de 2011 (31 de dezembro de 2010)  
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### 12. Tributos diferidos--Continuação

|  | Imposto de Renda |            |            | Contribuição Social |            |            | Total      |            |            |
|--|------------------|------------|------------|---------------------|------------|------------|------------|------------|------------|
|  | 31/12/2012       | 31/12/2011 | 01/01/2011 | 31/12/2012          | 31/12/2011 | 01/01/2011 | 31/12/2012 | 31/12/2011 | 01/01/2011 |
| Passivo  |                  |            |            |                     |            |            |            |            |            |
| Diferenças temporárias                                 |                  |            |            |                     |            |            |            |            |            |
| Correção monetária especial (CME) e complementar (CMC) | 911              | 1.088      | 1.019      | 1.687               | 1.923      | 1.894      | 2.598      | 3.011      | 2.913      |
| Desreconhecimento de passivo regulatório               | 88.549           | 36.956     | 8.933      | 29.543              | 10.969     | 3.216      | 118.092    | 47.925     | 12.149     |
| Atuarial - Fundo de Pensão                             | -                | -          | 6.542      | -                   | -          | 2.355      | -          | -          | 8.897      |
| Ativo indenizável (concessão)                          | 46.928           | 1.903      | 2.168      | 17.232              | 1.024      | 781        | 64.160     | 2.927      | 2.949      |
| Total  | 136.388          | 39.947     | 18.662     | 48.462              | 13.916     | 8.246      | 184.850    | 53.863     | 26.908     |

A movimentação dos saldos referentes aos tributos diferidos está assim apresentada:

|                                    | Ativo    | Passivo  |
|------------------------------------|----------|----------|
| Saldo em 1 de janeiro de 2011      | 73.585   | 26.908   |
| Adições do resultado do exercício  | 35.073   | 60.174   |
| Reduções do resultado do exercício | (33.858) | (33.219) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2011    | 74.800   | 53.863   |
| Adições do resultado do exercício  | 15.964   | 142.758  |
| Reduções do resultado do exercício | (254)    | (11.771) |
| Outros resultados abrangentes      | 26.011   | -        |
| Saldo em 31 de dezembro de 2012    | 116.521  | 184.850  |

Estudos técnicos de viabilidade indicam a recuperação dos valores de imposto de renda e da contribuição social, nos parâmetros determinados pelo Pronunciamento Técnico CPC 32 - Tributos sobre o lucro ("CPC 32"), os quais correspondem às melhores estimativas da Administração, cuja expectativa de realização de créditos fiscais está apresentada a seguir:

| Ano de realização | 31/12/2012 | 31/12/2011 | 01/01/2011 |
|-------------------|------------|------------|------------|
| 2011              | -          | -          | 17.427     |
| 2012              | -          | 13.346     | 6.490      |
| 2013              | 14.212     | 5.673      | 6.490      |
| 2014              | 8.310      | 5.673      | 6.490      |
| 2015              | 4.242      | 5.673      | 6.489      |
| 2016              | 5.504      | 5.673      | 6.489      |
| 2017 a 2019       | 19.309     | 11.346     | 6.489      |
| 2020 a 2022       | 64.944     | 27.416     | 17.220     |
| Total             | 116.521    | 74.800     | 73.585     |

## Companhia Energética do Ceará - COELCE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2012, 2011 e 1 de janeiro de 2011 (31 de dezembro de 2010)  
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### 12. Tributos diferidos--Continuação

As projeções utilizadas para estabelecer o prazo de realização estão sujeitas a alterações periódicas.

### 13. Depósitos vinculados a litígios

|              | <u>31/12/2012</u> | <u>31/12/2011</u> | <u>01/01/2011</u> |
|--------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| Trabalhistas | <b>14.192</b>     | 26.747            | 26.773            |
| Cíveis       | <b>21.210</b>     | 14.180            | 7.503             |
| Fiscais      | <b>9.621</b>      | 5.149             | 3.295             |
| Total        | <b>45.023</b>     | 46.076            | 37.571            |

### 14. Ativo indenizável (concessão)

O Contrato de Concessão de Distribuição nº 01/98 - ANEEL, de 13 de maio de 1998 e aditivos posteriores, celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a COELCE (Concessionária - Operador), respectivamente, regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica pela Companhia, onde:

- ▶ O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem (classe de consumidores) os serviços devem ser prestados;
- ▶ O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e à melhoria da qualidade no atendimento aos consumidores, e o operador tem como obrigação, na entrega da concessão, devolver a infraestrutura nas mesmas condições em que a recebeu na assinatura desses contratos. Para cumprir com essas obrigações, são realizados investimentos constantes durante todo o prazo da concessão. Portanto, os bens vinculados à concessão podem ser repostos, algumas vezes, até o final da concessão;

## Companhia Energética do Ceará - COELCE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2012, 2011 e 1 de janeiro de 2011 (31 de dezembro de 2010)  
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### 14. Ativo indenizável (concessão)--Continuação

- ▶ Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização; e
- ▶ O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da ICPC 01 (R1) e do OCPC 05, os quais fornecem orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, abrangendo:

- a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e
- b) Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível em virtude de a sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição, que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado e intangível da Companhia é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

A Lei nº12.783/13, dentre outras deliberações, determinou que a indenização a ser paga pelo poder concedente pela reversão dos bens atrelados ao serviço público de distribuição de energia será baseada no VNR não amortizado até o término da concessão.

## Companhia Energética do Ceará - COELCE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2012, 2011 e 1 de janeiro de 2011 (31 de dezembro de 2010)  
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### 14. Ativo indenizável (concessão)--Continuação

Considerando a natureza prospectiva do referido assunto, decorrente de novo posicionamento por parte do órgão regulador imposto pela Lei nº12.783/13, a Administração da Companhia procedeu ao recálculo do ativo indenizável levando em consideração o VNR dos bens ao final da concessão. O efeito da atualização do cálculo ao final do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foi reconhecido em contrapartida ao resultado do exercício na rubrica de resultado financeiro no montante de R\$ 180.107.

A movimentação dos saldos referentes ao ativo indenizável (concessão) está assim apresentada:

|  |                 |
|--|-----------------|
| Saldo em 1 de janeiro de 2011            | 110.875         |
| Transferências do ativo intangível       | 84.495          |
| Receitas financeiras - ativo indenizável | 8.610           |
| Saldo em 31 de dezembro de 2011          | <b>203.980</b>  |
| Transferências do ativo intangível       | <b>222.469</b>  |
| Receitas financeiras - ativo indenizável | <b>180.107</b>  |
| Saldo em 31 de dezembro de 2012          | <b>606. 556</b> |

A concessão de distribuição da Companhia não é onerosa. Desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao poder concedente.

### 15. Intangível

O intangível, por natureza, está constituído da seguinte forma:

|                             | 31/12/2012       |                       |                      | 31/12/2011       | 01/01/2011       |
|-----------------------------|------------------|-----------------------|----------------------|------------------|------------------|
|                             | Custo            | Amortização acumulada | Obrigações especiais | Valor líquido    | Valor líquido    |
| Em serviço                  |                  |                       |                      |                  |                  |
| Direito de uso da concessão | 3.613.070        | (1.540.344)           | (617.553)            | 1.455.173        | 1.602.993        |
| Software                    | 74.632           | (68.045)              | -                    | 6.587            | 6.665            |
| Em curso                    |                  |                       |                      |                  |                  |
| Direito de uso da concessão | 406.839          | -                     | (196.715)            | 210.124          | 287.823          |
| Software                    | 23.244           | -                     | -                    | 23.244           | 12.113           |
| Total                       | <b>4.117.785</b> | <b>(1.608.389)</b>    | <b>(814.268)</b>     | <b>1.695.128</b> | <b>1.909.594</b> |

O ativo intangível em curso refere-se, substancialmente, a obras de expansão do sistema de distribuição de energia elétrica.

## Companhia Energética do Ceará - COELCE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2012, 2011 e 1 de janeiro de 2011 (31 de dezembro de 2010)  
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### 15. Intangível--Continuação

A movimentação dos saldos do intangível está demonstrada a seguir:

|   | Em serviço       |                       |                      | Em curso         |                |                      | Total          |                  |
|---|------------------|-----------------------|----------------------|------------------|----------------|----------------------|----------------|------------------|
|   | Custo            | Amortização acumulada | Obrigações especiais | Valor líquido    | Custo          | Obrigações especiais |                | Valor líquido    |
| Saldo em 1 de janeiro de 2011           | 3.556.669        | (1.345.136)           | (656.220)            | 1.555.313        | 390.501        | (36.220)             | 354.281        | 1.909.594        |
| Adições                                 | -                | -                     | -                    | -                | 291.259        | (120.755)            | 170.504        | 170.504          |
| Baixas                                  | (32.586)         | 26.631                | -                    | (5.955)          | -              | -                    | -              | (5.955)          |
| Amortização                             | -                | (160.504)             | 33.210               | (127.294)        | -              | -                    | -              | (127.294)        |
| Transferências                          | 343.693          | -                     | (10.148)             | 333.545          | (343.693)      | 10.148               | (333.545)      | -                |
| Transferências para o ativo indenizável | (84.495)         | -                     | -                    | (84.495)         | -              | -                    | -              | (84.495)         |
| Saldo em 31 de dezembro de 2011         | <b>3.783.281</b> | <b>(1.479.009)</b>    | <b>(633.158)</b>     | <b>1.671.114</b> | <b>338.067</b> | <b>(146.827)</b>     | <b>191.240</b> | <b>1.862.354</b> |
| Adições                                 | -                | -                     | -                    | -                | 233.436        | (64.347)             | 169.089        | 169.089          |
| Baixas                                  | (14.529)         | 10.566                | -                    | (3.963)          | -              | -                    | -              | (3.963)          |
| Amortização                             | -                | (139.947)             | 30.064               | (109.883)        | -              | -                    | -              | (109.883)        |
| Transferências                          | 141.419          | -                     | (14.459)             | 126.960          | (141.419)      | 14.459               | (126.960)      | -                |
| Transferências para o ativo indenizável | (222.469)        | -                     | -                    | (222.469)        | -              | -                    | -              | (222.469)        |
| Saldo em 31 de dezembro de 2012         | <b>3.687.702</b> | <b>(1.608.390)</b>    | <b>(617.553)</b>     | <b>1.461.759</b> | <b>430.084</b> | <b>(196.715)</b>     | <b>233.369</b> | <b>1.695.128</b> |

A agência reguladora ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa razoável/adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens do setor elétrico.

A Administração da Companhia entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar a vida útil estimada de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura de distribuição. Assim sendo, esses bens devem ser amortizados individualmente, respeitando a vida útil de cada um deles, limitada ao prazo de vencimento da concessão. Como resultado da utilização desse critério de amortização, o total do ativo intangível será sempre amortizado de forma não linear.

A Resolução Normativa ANEEL nº 474, de 7 de fevereiro de 2012, estabeleceu novas taxas de depreciação para os ativos em serviço outorgado no setor elétrico, com vigência a partir de 1 de janeiro de 2012, determinando alteração na vida útil-econômica dos bens integrantes da infraestrutura de distribuição.

## **Companhia Energética do Ceará - COELCE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2012, 2011 e 1 de janeiro de 2011 (31 de dezembro de 2010)  
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### **15. Intangível--Continuação**

Anteriormente à edição desta resolução, a vida útil média do conjunto de ativos da Companhia era em torno de 22 anos, e passou a ser em torno de 27 anos (o que corresponde ao acréscimo de 5 anos em relação à vida útil econômica média anterior).

Considerando esse aumento da vida útil, houve uma diminuição da amortização e o consequente aumento da parcela residual da infraestrutura que a Companhia espera receber como indenização ao final do período da Concessão. Como consequência, houve uma redistribuição da infraestrutura que é classificada no ativo intangível e no ativo financeiro, em decorrência da adoção da ICPC 01 (R1) e da OCPC05.

A Companhia realizou os cálculos para determinar a nova estimativa de valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da Concessão e do montante atribuível ao ativo intangível. Considerando os aspectos econômicos, regulatórios e o melhor entendimento técnico-contábil, essa remensuração da infraestrutura resultou, até 31 de dezembro de 2012, na reclassificação de R\$ 222.469 da conta de ativo intangível para o ativo indenizável, sem alterar os demais procedimentos contábeis decorrentes da adoção da ICPC01 e da OCPC05.

#### **Obrigações especiais vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica**

As obrigações especiais vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na atividade de distribuição. Em conformidade com o ofício nº 1.314/2007-SFF/ANEEL, de 27 de junho de 2007, que determina que tal registro seja iniciado somente a partir da segunda revisão tarifária da Companhia, a amortização começou a ser registrada em abril de 2009, haja vista que a referida revisão foi realizada em março de 2009.

As obrigações vinculadas à concessão estão sendo amortizadas, desde o 2º ciclo, às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infraestrutura, com base em uma taxa média de 4,46%.

Ao final da concessão, o valor residual das obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica será deduzido do ativo financeiro de indenização e retirado do seu ativo, de forma que fique evidente a contabilização dos ativos pertencentes à União, que ficaram, durante o contrato de concessão, sob administração da concessionária.

## **Companhia Energética do Ceará - COELCE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2012, 2011 e 1 de janeiro de 2011 (31 de dezembro de 2010)  
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### **15. Intangível--Continuação**

#### **Programa de universalização**

Em 26 de abril de 2002, foi sancionada a Lei Federal nº 10.438 que dispõe acerca de diversos temas importantes para o setor de energia elétrica, tais como a criação do PROINFA, a CDE (Conta de Desenvolvimento Energético) e discorre, ainda, sobre a universalização do serviço público de distribuição de energia elétrica e estabelece que seu atendimento seja regulamentado por Resoluções editadas pela ANEEL.

Em 29 de abril de 2003, foi editada a Resolução ANEEL nº 223, que estabelece as condições gerais para elaboração do plano de universalização de energia elétrica e que foi alterada pela Resolução normativa 368/2009, acrescentando o Art. 18-B que trata das condições de antecipação de obras com recursos aportados pelo consumidor, visando ao atendimento de novas unidades consumidoras ou aumento de carga, sem ônus para os interessados. Pela Resolução, a Companhia tinha o ano de 2013, como limite para que atendesse todas as solicitações de pedidos de ligação com extensão de rede, sendo elaborado um cronograma anual por município. Com a criação do Programa Luz Para Todos, a Companhia optou por antecipar as metas de universalização.

A Companhia avaliou a recuperação do valor contábil dos ativos intangíveis utilizando o conceito do Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos ("CPC 01").

## Companhia Energética do Ceará - COELCE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2012, 2011 e 1 de janeiro de 2011 (31 de dezembro de 2010)  
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### 16. Fornecedores

|   | <u>31/12/2012</u>     | <u>31/12/2011</u>     | <u>01/01/2011</u>     |
|---|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| Suprimento e transporte de energia                          |                       |                       |                       |
| Geradoras - Energia Livre                                   | <b>5.177</b>          | 4.771                 | 4.114                 |
| Cia Hidroelétrica do São Francisco - Chesf                  | <b>11.573</b>         | 11.384                | 13.982                |
| Furnas Centrais Elétricas S.A.                              | <b>18.061</b>         | 13.008                | 17.708                |
| Companhia Energética de São Paulo- CESP                     | <b>7.989</b>          | 5.754                 | 7.441                 |
| Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. -<br>ELETRONORTE | <b>5.222</b>          | 4.437                 | 5.888                 |
| Copel Geração S.A- COPEL                                    | <b>4.800</b>          | 3.349                 | 4.269                 |
| CEMIG - Geração e Transmissão S.A                           | <b>4.947</b>          | 3.831                 | 5.053                 |
| Duke Energy Inter. Ger. Parapanema                          | <b>1.627</b>          | 1.182                 | 1.541                 |
| CEEE - Companhia Estadual de Energia Elétrica               | <b>1.146</b>          | 1.069                 | 1.363                 |
| Tractebel Energia S. A.                                     | <b>3.033</b>          | 2.438                 | 3.579                 |
| Encargo de Uso da Rede                                      | <b>14.759</b>         | -                     | -                     |
| Câmara de Comercialização de Energia Elétrica<br>- CCEE     | -                     | 3.567                 | -                     |
| Contratos por disponibilidade/quantidade                    | <b>64.433</b>         | 18.607                | 12.482                |
| Outros fornecedores   | <b>18.224</b>         | 20.007                | 20.719                |
| Materiais e serviços  | <b>55.505</b>         | 91.258                | 152.695               |
| <b>Total</b>  | <b><u>216.496</u></b> | <b><u>184.662</u></b> | <b><u>250.834</u></b> |
| <br>  |                       |                       |                       |
| Circulante  | <b>211.319</b>        | 179.891               | 246.720               |
| Não circulante  | <b>5.177</b>          | 4.771                 | 4.114                 |

### 17. Obrigações fiscais

|   | <u>31/12/2012</u>    |                           |                       | <u>31/12/2011</u>     |                           |                       | <u>01/01/2011</u>     |                           |                       |
|---|----------------------|---------------------------|-----------------------|-----------------------|---------------------------|-----------------------|-----------------------|---------------------------|-----------------------|
|   | <u>Circulante</u>    | <u>Não<br/>circulante</u> | <u>Total</u>          | <u>Circulante</u>     | <u>Não<br/>circulante</u> | <u>Total</u>          | <u>Circulante</u>     | <u>Não<br/>circulante</u> | <u>Total</u>          |
| Imposto de renda - IRPJ e<br>contribuição social - CSLL             | <b>6.472</b>         | -                         | <b>6.472</b>          | -                     | -                         | -                     | -                     | -                         | -                     |
| Imposto sobre circulação de<br>mercadorias e serviços -<br>ICMS     | <b>61.829</b>        | -                         | <b>61.829</b>         | 89.148                | -                         | 89.148                | 78.463                | -                         | 78.463                |
| REFIS - Parcelamento ICMS   | <b>2.594</b>         | -                         | <b>2.594</b>          | 3.830                 | 2.474                     | 6.304                 | 3.842                 | 6.182                     | 10.024                |
| REFIS IV - Federal<br>(Previdenciário)                              | <b>1.588</b>         | <b>17.208</b>             | <b>18.796</b>         | 1.650                 | 19.530                    | 21.180                | 17.011                | -                         | 17.011                |
| CSLL  | -                    | -                         | -                     | -                     | -                         | -                     | 3.656                 | -                         | 3.656                 |
| IRPJ  | -                    | -                         | -                     | -                     | -                         | -                     | 442                   | -                         | 442                   |
| Contribuição para<br>financiamento da<br>seguridade social - COFINS | <b>12.107</b>        | -                         | <b>12.107</b>         | 13.307                | -                         | 13.307                | 11.849                | -                         | 11.849                |
| Programa de integração social<br>- PIS                              | <b>2.629</b>         | -                         | <b>2.629</b>          | 2.890                 | -                         | 2.890                 | 2.827                 | -                         | 2.827                 |
| Imposto sobre serviços - ISS  | <b>2.284</b>         | -                         | <b>2.284</b>          | 3.031                 | -                         | 3.031                 | 4.258                 | -                         | 4.258                 |
| PIS/COFINS/IRRF/CSRF<br>(Retidos na Fonte)                          | <b>1.260</b>         | -                         | <b>1.260</b>          | 1.914                 | -                         | 1.914                 | 1.552                 | -                         | 1.552                 |
| Outros tributos e contribuições                                     | <b>4.371</b>         | -                         | <b>4.371</b>          | 7.538                 | -                         | 7.538                 | 3.069                 | -                         | 3.069                 |
| <b>Total</b>  | <b><u>95.134</u></b> | <b><u>17.208</u></b>      | <b><u>112.342</u></b> | <b><u>123.308</u></b> | <b><u>22.004</u></b>      | <b><u>145.312</u></b> | <b><u>126.969</u></b> | <b><u>6.182</u></b>       | <b><u>133.151</u></b> |

## Companhia Energética do Ceará - COELCE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2012, 2011 e 1 de janeiro de 2011 (31 de dezembro de 2010)  
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### 17. Obrigações fiscais--Continuação

A movimentação dos saldos de parcelamento especial está demonstrada a seguir:

|                  | 31/12/2012 |         |         | 31/12/2011 |         |         |
|------------------|------------|---------|---------|------------|---------|---------|
|                  | REFIS      | REFERJ  | Total   | REFIS      | REFERJ  | Total   |
| Saldo inicial    | 21.180     | 6.304   | 27.484  | 17.010     | 10.024  | 27.034  |
| (-) Pagamentos   | (3.649)    | (4.712) | (8.361) | (1.020)    | (4.465) | (5.485) |
| (+) Atualização  | 1.265      | 1.002   | 2.268   | 5.190      | 745     | 5.935   |
| Saldo final      | 18.796     | 2.594   | 21.390  | 21.180     | 6.304   | 27.484  |
| Circulante       | 1.588      | 2.594   | 4.182   | 1.650      | 3.830   | 5.480   |
| Não circulante   | 17.208     | -       | 17.208  | 19.530     | 2.474   | 22.004  |
| Total do passivo | 18.796     | 2.594   | 21.390  | 21.180     | 6.304   | 27.484  |

Em 30 de novembro de 2009, a Companhia optou pelo parcelamento de débitos instituído pela Lei nº 11.941/2009 (“REFIS IV”), na modalidade “Débitos Administrados pela RFB - Parcelamento de Dívidas Não Parceladas Anteriormente - Previdenciários”, sendo providenciado o pagamento da 1ª parcela na mesma data.

Foram somente débitos previdenciários, tanto os controlados nos Autos de Infração nºs 35.863.572-1, 35.863.573-0 e nas NFLDs nºs 35.784.931-0, 35.784.934-5, 35.784.936-1, 35.784.937-0, 35.784.939-6, 35.784.940-0, 35.784.943-4, 35.784.944-2, 35.784.947-7, 35.784.949-3, 35.784.950-7, 35.784.933-7, 35.784.935-3, 35.784.938-8, 35.784.941-8, 35.784.942-6, 35.784.945-0 e 35.784.948-5, bem como valores espontaneamente confessados a título de “Contribuição ao INCRA” de fevereiro de 2005 a outubro de 2008. O montante total da dívida desses processos administrativos e débito espontaneamente confessado, incluídos no “REFIS IV”, perfaziam originalmente o valor de R\$ 33.129. Tal valor foi alterado pelos seguintes motivos:

- Ao se aplicar o prazo decadencial do lançamento de contribuições previdenciárias (Súmula Vinculante do STF nº 08 c/c art. 103-A da Constituição Federal de 1988, arts. 100, I e 150, §4º do CTN e Parecer Normativo PGFN/CAT nº 1.617/2008), o montante foi reduzido para R\$ 24.237 (principal de R\$ 10.727, multas de R\$ 2.633 e juros de R\$ 10.877);
- Em sequência, ao se aplicar os benefícios do “REFIS IV” para a modalidade de “pagamento em 30 (trinta) parcelas”, o montante foi reduzido para R\$ 17.566, sendo de principal R\$ 10.727, multas de R\$ 313 e juros de R\$ 6.526;
- Decisões exaradas na via administrativa, de modo que o montante foi reduzido para R\$ 17.436, sendo de principal R\$ 10.702, multas de R\$ 312 e juros de R\$ 6.421.

## **Companhia Energética do Ceará - COELCE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2012, 2011 e 1 de janeiro de 2011 (31 de dezembro de 2010)  
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### **17. Obrigações fiscais--Continuação**

As parcelas mensais do parcelamento são contadas desde 30 de novembro de 2009, vencendo a cada último dia útil do mês-calendário e sofrem correção pela Taxa SELIC acumulada desde novembro de 2009.

Nesses termos, conforme previsão legal, em 30 de junho de 2011, consolidou-se o "REFIS IV" e optou-se pela modalidade de pagamento do débito em 180 meses. Em decorrência dessa opção, o valor consolidado total passou de R\$ 17.436 para R\$ 19.817. O saldo do parcelamento em 31 de dezembro de 2012 era de R\$ 18.796, sendo R\$ 1.588 registrados no passivo circulante e R\$ 17.208 no não circulante.

Ressalve-se que conforme a Lei nº 11.941/2009 e Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 02/2011, é possível a antecipação total do saldo do valor parcelado, aplicando-lhe os benefícios adicionais da modalidade de pagamento "à vista", o que implicaria em adicional redução do montante total da dívida.

Por fim, a Lei nº 11.941/2009 impõe como condição essencial para a manutenção da opção pelo "REFIS IV" somente o pagamento regular das parcelas do próprio parcelamento (máximo atraso de duas parcelas vencidas no seu curso ou de uma parcela vencida quando pagas todas as demais), não havendo conhecimento de qualquer risco iminente de perda desse regime especial de pagamento.

Em 31 de dezembro de 2009 a concessionária protocolou junto à Secretaria da Fazenda Estadual o seu "pedido de opção" pelo "REFIS do Ceará - 2009" de acordo com a Lei nº 14.505 de 18 de Novembro de 2009, conforme protocolo nº 096.40951-7 e Termo de Concessão nº 197588.

O montante da dívida incluída no REFIS-CE foi de R\$ 57.121, sendo de principal R\$ 13.933, multa de R\$ 12.807 e juros de R\$ 30.381, proveniente de débitos fiscais junto a Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará - SEFAZ. Com a anistia, o montante total da dívida passou a ser de R\$ 14.048, sendo de principal R\$ 13.933, multa de R\$ 48 e juros de R\$ 67. Foi realizado o pagamento à vista no valor de R\$ 138, referente ao pedido de pagamento parcial dos Autos de Infração nºs 2006.25711-6 e 2005.21894-3 conforme protocolo nº 096.40951-7. Para os demais valores foi concedido o parcelamento através do Termo de Concessão nº 197588 a ser amortizado em 45 parcelas mensais e sucessivas com os devidos acréscimos previstos na referida lei e com vencimento da primeira parcela em 30 de dezembro de 2009 e as demais a cada 30 dias devidamente corrigidas pelo IPCA - Índice de Preço ao Consumidor. Desses R\$ 14.048, R\$ 11.056 é matéria de crédito conforme Nota 8.

# Companhia Energética do Ceará - COELCE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2012, 2011 e 1 de janeiro de 2011 (31 de dezembro de 2010)  
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

## 18. Empréstimos e financiamentos

As principais informações a respeito dos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira e nacional são:

|   | 31/12/2012   |                |                 | 31/12/2011   |                |                 | 01/01/2011   |                |                 |
|---|--------------|----------------|-----------------|--------------|----------------|-----------------|--------------|----------------|-----------------|
|   | Principal    |                | Não Circulantes | Principal    |                | Não Circulantes | Principal    |                | Não Circulantes |
|   | Encargos     | Circulantes    |                 | Encargos     | Circulantes    |                 | Encargos     | Circulantes    |                 |
| Moeda estrangeira   |              |                |                 |              |                |                 |              |                |                 |
| União Federal - Bônus de Capitalização (i)                  | 7            | 284            | 142             | 11           | 261            | 391             | 14           | 232            | 579             |
| União Federal - Bônus de Desconto (i)                       | 8            | -              | 2.332           | 7            | -              | 2.141           | 6            | -              | 1.901           |
| União Federal - Bônus de Conversão da Dívida (i)            | -            | -              | -               | 1            | 146            | -               | 1            | 259            | 130             |
| União Federal - Bônus ao Par (i)                            | 44           | -              | 3.342           | 40           | -              | 3.067           | 36           | -              | 2.725           |
| Banco Europeu de Investimentos (ii)                         | -            | -              | -               | 661          | 15.632         | -               | 828          | 13.885         | 13.885          |
| <b>Total moeda estrangeira</b>                              | <b>59</b>    | <b>284</b>     | <b>5.816</b>    | <b>720</b>   | <b>16.039</b>  | <b>5.599</b>    | <b>885</b>   | <b>14.376</b>  | <b>19.220</b>   |
| Moeda nacional  |              |                |                 |              |                |                 |              |                |                 |
| Eletrobrás (iii)  | 15           | 13.338         | 74.858          | 17           | 15.647         | 83.477          | 16           | 16.487         | 72.961          |
| União Federal - Lei 8.727 (Caixa Econômica Federal) (iv)    | 3            | 287            | 76              | 5            | 259            | 362             | 7            | 231            | 613             |
| União Federal - Lei 8.727 (Eletrobras) (iv)                 | 114          | 11.008         | 2.931           | 183          | 9.308          | 13.040          | 237          | 7.949          | 21.101          |
| Banco do Brasil (BB Fat Fomentar)                           | 10           | 5.343          | 891             | 18           | 5.048          | 5.889           | 24           | 4.758          | 10.310          |
| Banco do Nordeste - FNE (v)                                 | 455          | 33.667         | 151.574         | 299          | 30.369         | 132.179         | 149          | 27.539         | 109.423         |
| BNDES Finem 2007 (Sindicalizado) (vi)                       | 337          | 49.106         | 49.106          | 605          | 49.105         | 98.212          | 810          | 49.105         | 147.318         |
| BNDES PEC (vii)   | 9            | 2.328          | -               | 147          | 27.936         | 2.327           | 5.582        | 22.917         | 27.083          |
| <b>Total moeda nacional</b>                                 | <b>943</b>   | <b>115.077</b> | <b>279.436</b>  | <b>1.274</b> | <b>137.672</b> | <b>335.486</b>  | <b>6.825</b> | <b>128.986</b> | <b>388.809</b>  |
| Custos de transação dos custos de transação                 | -            | (285)          | (193)           | -            | (364)          | (476)           | -            | (364)          | (841)           |
| <b>Total moeda nacional líquido dos custos de transação</b> | <b>943</b>   | <b>114.792</b> | <b>279.243</b>  | <b>1.274</b> | <b>137.308</b> | <b>335.010</b>  | <b>6.825</b> | <b>128.622</b> | <b>387.968</b>  |
| <b>Total sem efeito do Swap</b>                             | <b>1.002</b> | <b>115.076</b> | <b>285.059</b>  | <b>1.994</b> | <b>153.347</b> | <b>340.609</b>  | <b>7.710</b> | <b>142.998</b> | <b>407.188</b>  |
| Resultado das operações de Swap                             | -            | -              | -               | -            | 10.819         | -               | -            | 11.429         | 10.182          |
| <b>Total de empréstimos e financiamentos</b>                | <b>1.002</b> | <b>115.076</b> | <b>285.059</b>  | <b>1.994</b> | <b>164.166</b> | <b>340.609</b>  | <b>7.710</b> | <b>154.427</b> | <b>417.370</b>  |

|  | Início     | Vencimento | Tipo de amortização | Garantias                       | Encargos financeiros       |
|--|------------|------------|---------------------|---------------------------------|----------------------------|
| Moeda estrangeira  |            |            |                     |                                 |                            |
| União Federal - Bônus de Capitalização (i)               | 15/08/1997 | 10/04/2014 | Semestral           | Recebíveis e conta reserva      | USD + 8,2% a.a.            |
| União Federal - Bônus de Desconto (i)                    | 15/08/1997 | 11/04/2024 | Ao Final            | Recebíveis e conta reserva      | USD + Libor + 1,0125% a.a. |
| União Federal - Bônus de Conversão da Dívida (i)         | 15/08/1997 | 12/04/2012 | Semestral           | Recebíveis e conta reserva      | USD + Libor + 1,075% a.a.  |
| União Federal - Bônus ao Par (i)                         | 15/08/1997 | 11/04/2024 | Ao Final            | Recebíveis e conta reserva      | USD + 6,2% a.a.            |
| Banco Europeu de Investimentos (ii)                      | 28/05/2002 | 15/06/2012 | Anual               | Fiança bancária                 | USD + 5,49% a.a.           |
| Moeda nacional   |            |            |                     |                                 |                            |
| Eletrobras (iii)   | 03/03/2000 | 30/09/2023 | Mensal              | Recebíveis e nota promissória   | 6,95% a.a.                 |
| União Federal - Lei 8.727 (Caixa Econômica Federal) (iv) | 30/06/1994 | 01/03/2014 | Mensal              | Recebíveis                      | TR + 10,028% a.a.          |
| União Federal - Lei 8.727 (Eletrobras) (iv)              | 30/06/1994 | 01/03/2014 | Mensal              | Recebíveis                      | IGPM + 10,028% a.a.        |
| Banco do Brasil (BB Fat Fomentar)                        | 23/01/2007 | 18/02/2014 | Mensal              | Fiança bancária                 | TJLP + 4,5% a.a.           |
| Banco do Nordeste - FNE (v)                              | 29/12/2004 | 15/03/2019 | Mensal              | Fiança bancária e conta Reserva | 10% a.a.                   |
| BNDES Finem 2007 (Sindicalizado) (vi)                    | 28/04/2008 | 15/12/2014 | Mensal              | Recebíveis e conta reserva      | TJLP + 3,7% a.a.           |
| BNDES PEC (vii)  | 15/01/2010 | 15/01/2013 | Mensal              | -                               | TJLP + 5,5% a.a.           |

## **Companhia Energética do Ceará - COELCE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2012, 2011 e 1 de janeiro de 2011 (31 de dezembro de 2010)  
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### **18. Empréstimos e financiamentos--Continuação**

- (i) União Federal (Agente financeiro: Banco do Brasil) - dívida de médio e longo prazo (DMLPs) - Confissão de dívida a União Federal em 15 de agosto de 1997. O contrato está dividido em 7 (sete) subcréditos (três deles já liquidados), remunerados a base de variação cambial (dólares norte-americanos).
- (ii) Banco Europeu de Investimentos - (BEI) - Financiamento para o plano de investimentos 2001/2002 da Companhia, contratado em 28 de maio de 2002 conforme Acordo de Cooperação Decreto-Lei nº 1609/95. A operação foi liquidada em 15 de Junho 2012.
- (iii) Eletrobras - Empréstimo contratado para cobertura financeira dos custos diretos das obras do programa de eletrificação rural, que integra o programa de universalização do acesso e uso de energia elétrica - Luz Para Todos, do Ministério das Minas e Energia - MME, com recursos originários da RGR e CDE.
- (iv) União Federal - Lei 8.727- Cessão de crédito, que fez a Eletrobras e a Caixa Econômica Federal à União Federal.
- (v) Banco do Nordeste do Brasil - Programa de incentivo as fontes alternativas de energia (Proinfra) - A Companhia celebrou contrato com o Banco do Nordeste do Brasil para o financiamento de inversões fixas, através de recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)/Proinfra.
- (vi) BNDES FINEM: Financiamento para o plano de investimento 2007/2009 da Companhia contratado em 28 de abril de 2008, no montante total de R\$ 330.000, junto ao sindicato liderado pelo Unibanco, com repasse de recursos do BNDES.
- (vii) BNDES PEC: Empréstimo captado devido à necessidade de capital de giro da Companhia.

## Companhia Energética do Ceará - COELCE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2012, 2011 e 1 de janeiro de 2011 (31 de dezembro de 2010)  
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### 18. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Na operação de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, contratado em 2008, a Companhia comprometeu-se a cumprir certas obrigações, durante a vigência do contrato, as quais foram adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2012, quais sejam:

| Obrigações Especiais Financeiras  | Banco       | Índice |
|---|-------------|--------|
| Dívida (com swap e fornecedores) / ativo total (máximo)   | BEI         | 0,7    |
| LAJIDA/Encargos da dívida (mínimo)  | BEI         | 3,0    |
| Endividamento financeiro líquido/LAJIDA (máximo)  | BNDES/FINEM | 3,5    |
| Endividamento financeiro líquido/endividamento financeiro líquido + Patrimônio líquido (máximo) | BNDES/FINEM | 0,6    |

O principal dos empréstimos e financiamentos a longo prazo, excluindo os efeitos dos custos de transação, tem sua curva de amortização distribuída da seguinte forma:

|           | 31/12/2012     | 31/12/2011 | 01/01/2011 |
|-----------|----------------|------------|------------|
| 2012      | -              | -          | 146.951    |
| 2013      | -              | 114.215    | 110.961    |
| 2014      | <b>125.205</b> | 116.518    | 105.704    |
| 2015      | <b>31.992</b>  | 20.889     | 7.634      |
| 2016      | <b>31.719</b>  | 20.616     | 7.362      |
| 2017      | <b>30.901</b>  | 19.798     | 29.417     |
| 2018      | <b>30.309</b>  | 19.205     | -          |
| Após 2018 | <b>35.126</b>  | 29.844     | -          |
|           | <b>285.252</b> | 341.085    | 408.029    |

Composição dos empréstimos e financiamentos por tipo de moeda e indexador (sem os efeitos de custos de transação):

| Moeda (equivalente em R\$) / indexador | 31/12/2012     | %             | 31/12/2011 | %      | 01/01/2011 | %      |
|--|----------------|---------------|------------|--------|------------|--------|
| Moeda estrangeira                      |                |               |            |        |            |        |
| Dólares norte-americano                | <b>6.159</b>   | <b>100,00</b> | 22.358     | 100,00 | 34.481     | 100,00 |
| Moeda nacional                         |                |               |            |        |            |        |
| IGP-M                                  | <b>14.053</b>  | <b>3,55</b>   | 22.531     | 4,75   | 29.287     | 5,58   |
| TJLP                                   | <b>107.130</b> | <b>27,09</b>  | 189.287    | 39,90  | 267.907    | 51,07  |
| RGR                                    | <b>88.211</b>  | <b>22,31</b>  | 99.141     | 20,90  | 89.464     | 17,05  |
| TR                                     | <b>366</b>     | <b>0,09</b>   | 626        | 0,13   | 851        | 0,16   |
| R\$ Fixo                               | <b>185.696</b> | <b>46,96</b>  | 162.847    | 34,32  | 137.111    | 26,14  |
|  | <b>395.456</b> | <b>100,00</b> | 474.432    | 100,00 | 524.620    | 100,00 |
| Total moeda nacional                   | <b>401.615</b> |               | 496.790    |        | 559.101    |        |

## Companhia Energética do Ceará - COELCE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2012, 2011 e 1 de janeiro de 2011 (31 de dezembro de 2010)  
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### 18. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Os saldos em moeda estrangeira detidos pela Companhia referem-se aos contratos de DMLP - dívida de médio e longo prazo, contratados junto com a União Federal, tendo o Banco do Brasil S.A. como agente financeiro. Embora sua exposição cambial não seja anulada por instrumentos de *hedge*, o percentual desprotegido está dentro do limite estipulado na política de riscos financeiros da Companhia, representando apenas 1,54% da dívida total, na posição de 31 de dezembro de 2012.

Variação das moedas/indexadores da dívida acumulados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e em 31 de dezembro de 2011:

| <b>Moeda/indexador</b> | <b>31/12/2012</b> | <b>31/12/2011</b> |
|------------------------|-------------------|-------------------|
| Dólar norte-americano  | <b>8,94%</b>      | 12,58%            |
| INPC                   | <b>6,20%</b>      | 6,08%             |
| IPCA                   | <b>5,84%</b>      | 6,50%             |
| IGP-M                  | <b>7,82%</b>      | 5,10%             |
| TJLP                   | <b>5,75%</b>      | 6,00%             |
| CDI                    | <b>8,40%</b>      | 11,64%            |
| TR                     | <b>0,29%</b>      | 1,21%             |
| Libor                  | <b>0,69%</b>      | 0,47%             |

## Companhia Energética do Ceará - COELCE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2012, 2011 e 1 de janeiro de 2011 (31 de dezembro de 2010)  
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### 18. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Mutação de empréstimos e financiamentos sem os efeitos dos custos de captação:

|  | Moeda Nacional   |                  | Moeda Estrangeira |                |
|--|------------------|------------------|-------------------|----------------|
|  | Circulante       | Não circulante   | Circulante        | Não circulante |
| Saldo em 1 de janeiro de 2011          | 135.811          | 388.809          | 26.690            | 29.402         |
| Captações                              | 4.155            | 79.416           | -                 | -              |
| Encargos provisionados                 | 42.730           | -                | 1.552             | -              |
| Encargos pagos                         | (42.410)         | -                | (10.065)          | -              |
| Variação monetária e cambial           | -                | 2.327            | -                 | 1.739          |
| Transferências                         | 135.066          | (135.066)        | 26.408            | (26.408)       |
| Resultado Swap                         | -                | -                | 1.771             | 867            |
| Amortizações                           | (136.406)        | -                | (18.778)          | -              |
| <b>Saldo em 31 de dezembro de 2011</b> | <b>138.946</b>   | <b>335.486</b>   | <b>27.578</b>     | <b>5.600</b>   |
| Captações                              | -                | <b>57.594</b>    | -                 | -              |
| Encargos provisionados                 | <b>33.607</b>    | -                | <b>468</b>        | -              |
| Encargos pagos                         | <b>(33.941)</b>  | -                | <b>(9.897)</b>    | -              |
| Variação monetária e cambial           | -                | <b>1.714</b>     | -                 | <b>2.190</b>   |
| Transferências                         | <b>115.358</b>   | <b>(115.358)</b> | <b>1.974</b>      | <b>(1.974)</b> |
| Resultado Swap                         | -                | -                | <b>(731)</b>      | -              |
| Amortizações                           | <b>(137.950)</b> | -                | <b>(19.049)</b>   | -              |
| <b>Saldo em 31 de dezembro de 2012</b> | <b>116.020</b>   | <b>279.436</b>   | <b>343</b>        | <b>5.816</b>   |

### 19. Debêntures

|                                 | 31/12/2012    |               |                 | 31/12/2011    |               |                 | 01/01/2011    |               |                 |
|---------------------------------|---------------|---------------|-----------------|---------------|---------------|-----------------|---------------|---------------|-----------------|
|                                 | Principal     |               | Não circulantes | Principal     |               | Não circulantes | Principal     |               | Não circulantes |
|                                 | Encargos      | Circulantes   |                 | Encargos      | Circulantes   |                 | Encargos      | Circulantes   |                 |
| 1ª Série 2ª Emissão             | -             | -             | -               | -             | -             | -               | 4.757         | 90.500        | -               |
| 2ª Série 2ª Emissão             | 4.175         | 62.214        | 62.214          | 5.985         | 58.937        | 117.875         | 5.671         | -             | 166.086         |
| 1ª Série 3ª Emissão             | 1.679         | -             | 104.000         | 2.517         | -             | 104.000         | -             | -             | -               |
| 2ª Série 3ª Emissão             | 4.353         | -             | 316.280         | 4.124         | -             | 299.580         | -             | -             | -               |
| (-) Custo de transação          | -             | (1.069)       | (1.849)         | -             | (1.423)       | (2.918)         | -             | (1.597)       | (2.015)         |
| Total sem efeito de swap        | <b>10.207</b> | <b>61.145</b> | <b>480.645</b>  | <b>12.626</b> | <b>57.514</b> | <b>518.537</b>  | <b>10.428</b> | <b>88.903</b> | <b>164.071</b>  |
| Resultado das operações de swap | -             | 187           | 450             | -             | -             | -               | -             | -             | -               |
| Total de debêntures             | <b>10.207</b> | <b>61.332</b> | <b>481.095</b>  | <b>12.626</b> | <b>57.514</b> | <b>518.537</b>  | <b>10.428</b> | <b>88.903</b> | <b>164.071</b>  |

## Companhia Energética do Ceará - COELCE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2012, 2011 e 1 de janeiro de 2011 (31 de dezembro de 2010)  
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### 19. Debêntures--Continuação

Mutação de debêntures:

|                                  | Circulante | Não circulante |
|----------------------------------|------------|----------------|
| Em 1 de janeiro de 2011          | 99.331     | 164.071        |
| Captação                         | -          | 400.000        |
| Correção monetária               | -          | 14.307         |
| Amortizações                     | (90.500)   | -              |
| Transferências                   | 58.938     | (58.938)       |
| Encargos provisionados           | 25.872     | -              |
| Encargos Pagos                   | (23.675)   | -              |
| Custo de Transação               | (494)      | (1.894)        |
| Transferência custo de transação | (991)      | 991            |
| Apropriação custo de transação   | 1.659      | -              |
| 31 de dezembro de 2011           | 70.140     | 518.537        |
| Captação                         | -          | -              |
| Correção monetária               | -          | 24.765         |
| Amortizações                     | (60.449)   | -              |
| Transferências                   | 63.726     | (63.726)       |
| Encargos provisionados           | 42.922     | -              |
| Encargos Pagos                   | (45.340)   | -              |
| Transferência custo de transação | (1.069)    | 1.069          |
| Apropriação custo de transação   | 1.423      | -              |
| Resultado das operações de Swap  | 186        | 450            |
| 31 de dezembro de 2012           | 71.539     | 481.095        |

Características das emissões:

| Características        | 2ª emissão - 1ª Série  | 2ª emissão - 2ª Série  |
|------------------------|--|--|
| Conversibilidade       | Debêntures simples, não conversíveis em ações                      | Debêntures simples, não conversíveis em ações                      |
| Espécie                | Quirografária  | Quirografária  |
| Tipo e forma           | Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados | Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados |
| Quantidade de títulos  | 9.050 debêntures simples   | 15.450 debêntures simples  |
| Valor nominal          | R\$ 10.000,00  | R\$ 10.000,00  |
| Data de emissão        | 15 de julho de 2009  | 15 de julho de 2009  |
| Vencimento inicial     | 15 de julho de 2011  | 15 de julho de 2012  |
| Vencimento final       | 15 de julho de 2011  | 15 de julho de 2014  |
| Atualização monetária  | Sem atualização  | IPCA   |
| Repactuação            | Não haverá   | Não haverá   |
| Remuneração            | CDI+0,95%a.a.  | 7,5%a.a.   |
| Exigibilidade de juros | Semestral  | Anual  |
| Amortizações           | Parcela única  | Em três parcelas anuais  |
| Data das amortizações  | 2011   | 2012, 2013 e 2014  |

## Companhia Energética do Ceará - COELCE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2012, 2011 e 1 de janeiro de 2011 (31 de dezembro de 2010)  
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### 19. Debêntures--Continuação

| Características        | 3ª emissão - 1ª Série  | 3ª emissão - 2ª Série  |
|------------------------|--|--|
| Conversibilidade       | Debêntures simples, não conversíveis em ações                      | Debêntures simples, não conversíveis em ações                      |
| Espécie                | Quirografária  | Quirografária  |
| Tipo e forma           | Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados | Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados |
| Quantidade de títulos  | 10.400 debêntures simples  | 29.600 debêntures simples  |
| Valor nominal          | R\$ 10.000,00  | R\$ 10.000,00  |
| Data de emissão        | 15 de outubro de 2011  | 15 de outubro de 2011  |
| Vencimento inicial     | 15 de outubro de 2015  | 15 de outubro de 2016  |
| Vencimento final       | 15 de outubro de 2016  | 15 de outubro de 2018  |
| Atualização monetária  | Sem atualização  | IPCA   |
| Repactuação            | Não haverá   | Não haverá   |
| Remuneração            | CDI+0,97%aa  | 6,85%aa  |
| Exigibilidade de juros | Semestral  | Anual  |
| Amortizações           | Em duas parcelas Anuais  | Em três parcelas anuais  |
| Data das amortizações  | 2015 e 2016  | 2016, 2017 e 2018  |

#### 2ª Emissão

A emissão foi realizada em 15 de julho de 2009, com 24.500 (vinte e quatro mil e quinhentas) debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, da espécie quirografária, em duas séries, com valor nominal unitário de R\$ 10 na data de emissão, no montante total de R\$ 245.000, colocadas através de oferta pública de distribuição.

A primeira série foi emitida com 9.050 (nove mil e cinquenta) debêntures, sem correção monetária, com remuneração em CDI mais 0,95% a.a., exigíveis semestralmente e amortização única ao final do segundo ano, realizada em 15 de julho de 2011.

A segunda série foi emitida com 15.450 (quinze mil quatrocentos e cinquenta) debêntures, com correção monetária pela variação do IPCA, com remuneração de 7,5% a.a., exigíveis anualmente e amortizadas em 03 (três) parcelas anuais em 15 de julho de 2012, 15 de julho de 2013 e 15 de julho de 2014.

De acordo com a escritura de emissão das debêntures, a Companhia está sujeita à manutenção de determinados índices financeiros, calculados trimestralmente, com base em suas Informações trimestrais. Até 31 de dezembro de 2012, a Companhia vem cumprindo com a manutenção dos referidos índices, na avaliação de sua Administração.

## Companhia Energética do Ceará - COELCE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2012, 2011 e 1 de janeiro de 2011 (31 de dezembro de 2010)  
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### 19. Debêntures--Continuação

#### 3ª Emissão

A 3ª emissão de debêntures foi realizada em 15 de outubro de 2011, com 40.000 (quarenta mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, da espécie quirografária, em duas séries, com valor nominal unitário de R\$ 10 na data de emissão, no montante total de R\$ 400.000, colocadas através de oferta pública de distribuição.

A primeira série foi emitida com 10.400 (dez mil e quatrocentos) debêntures, sem correção monetária, com remuneração em CDI mais 0,97% a.a., exigíveis semestralmente e amortizadas em 02 (duas) parcelas anuais em 15 de outubro de 2015 e 2016.

A segunda série foi emitida com 29.600 (vinte e nove mil e seiscentos) debêntures, com correção monetária pela variação do IPCA, com remuneração de 6,85% a.a., exigíveis anualmente e amortizadas em 03 (três) parcelas anuais em 15 de outubro de 2016, 2017 e 2018.

De acordo com a escritura de emissão das debêntures, a Companhia está sujeita à manutenção de determinados índices financeiros, calculados trimestralmente, com base em suas Informações trimestrais. Em 31 dezembro de 2012, a Companhia cumpriu com a manutenção dos referidos índices, na avaliação de sua Administração.

| Obrigações especiais financeiras           | Índice |
|--|--------|
| Dívida financeira líquida/EBITDA (máximo)  | 2,50   |
| EBITDA/Despesa financeira líquida (mínimo) | 2,75   |

Curva de amortização do longo prazo das debêntures:

|                        | 2014   | 2015   | 2016    | 2017    | Após 2017 | Total   |
|------------------------|--------|--------|---------|---------|-----------|---------|
| 2ª série - 2ª emissão  | 62.214 | -      | -       | -       | -         | 62.214  |
| 1ª série - 3ª emissão  | -      | 52.000 | 52.000  | -       | -         | 104.000 |
| 2ª série - 3ª emissão  | -      | -      | 105.417 | 105.417 | 105.446   | 316.280 |
| (-) Custo de transação | (651)  | (377)  | (357)   | (253)   | (211)     | (1.849) |
| Total a amortizar      | 61.563 | 51.623 | 157.060 | 105.164 | 105.235   | 480.645 |

## Companhia Energética do Ceará - COELCE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2012, 2011 e 1 de janeiro de 2011 (31 de dezembro de 2010)  
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### 20. Partes relacionadas

A Companhia mantém operações com partes relacionadas que pertencem ao mesmo grupo econômico, cujos montantes, natureza das transações e efeitos nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012, 2011 e em 1 de janeiro de 2011 estão demonstrados a seguir:

| Empresas                                    | Ref   | Natureza da operação | 30/12/2012         |                        |                |                    |            | 31/12/2011         |                        |                |                    |            | 01/01/2011         |                        |                |                    |               |
|---|-------|----------------------|--------------------|------------------------|----------------|--------------------|------------|--------------------|------------------------|----------------|--------------------|------------|--------------------|------------------------|----------------|--------------------|---------------|
|   |       |                      | Passivo circulante | Passivo não circulante | Despesa        | Despesa financeira | Intangível | Passivo circulante | Passivo não circulante | Despesa        | Receita financeira | Intangível | Passivo circulante | Passivo não circulante | Despesa        | Receita financeira | Intangível    |
| Endesa Fortaleza - CGTF                     | (a.1) | Compra de energia    | 73.704             | -                      | 467.286        | 9.462              | -          | 69.428             | -                      | 469.523        | 967                | -          | 101.644            | 2.710                  | 479.547        | 1.765              | -             |
| Endesa Cachoeira - CDSA                     | (a.2) | Compra de energia    | 468                | -                      | 3.840          | -                  | -          | 453                | -                      | 3.801          | -                  | -          | 181                | -                      | 3.641          | -                  | -             |
| Companhia de Interconexão Energética - CIEN |       | Encargo de uso       | 297                | -                      | 2.597          | -                  | -          | 259                | -                      | 1.672          | -                  | -          | -                  | -                      | -              | -                  | -             |
| Fundação Coelce de Seguridade Social-FAELCE | (b.1) | Confissão de dívida  | 12.098             | 6.049                  | -              | -                  | -          | 12.270             | 17.128                 | -              | -                  | -          | 10.752             | 26.885                 | -              | -                  | -             |
| Fundação Coelce de Seguridade Social-FAELCE | (b.2) | Plano de pensão      | -                  | 64.849                 | 5.684          | -                  | 574        | -                  | 6.818                  | 5.404          | -                  | 664        | 237                | -                      | 4.034          | -                  | 4.924         |
| Synapsis Brasil S.A. CAM Brasil             |       | Prestação de Serviço | -                  | -                      | -              | -                  | -          | -                  | -                      | -              | -                  | -          | 1.785              | -                      | 14.297         | -                  | 3.551         |
| Multiserviços Ltda.                         |       | Prestação de Serviço | -                  | -                      | -              | -                  | -          | -                  | -                      | -              | -                  | -          | 946                | -                      | 3.265          | -                  | 4.837         |
|   |       |                      | <b>86.567</b>      | <b>70.898</b>          | <b>479.407</b> | <b>9.462</b>       | <b>574</b> | <b>82.410</b>      | <b>23.946</b>          | <b>480.400</b> | <b>967</b>         | <b>664</b> | <b>115.545</b>     | <b>29.595</b>          | <b>504.784</b> | <b>1.765</b>       | <b>13.312</b> |
| (-) Plano de pensão Partes relacionadas     |       |                      | 12.098             | 70.898                 | -              | -                  | -          | 11.418             | (23.946)               | -              | -                  | -          | 10.752             | 26.885                 | -              | -                  | -             |
|   |       |                      | <b>74.469</b>      | <b>-</b>               | <b>479.407</b> | <b>9.462</b>       | <b>574</b> | <b>70.992</b>      | <b>-</b>               | <b>480.400</b> | <b>967</b>         | <b>664</b> | <b>104.793</b>     | <b>2.710</b>           | <b>504.784</b> | <b>1.765</b>       | <b>13.312</b> |

## Companhia Energética do Ceará - COELCE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2012, 2011 e 1º de janeiro de 2011

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### 20. Partes relacionadas--Continuação

As principais condições relacionadas às transações entre as partes relacionadas estão descritas a seguir:

#### a) Compra de energia

##### a.1) Central Geradora Termelétrica S.A. - CGTF

Em 31 de agosto de 2001, a Companhia e a Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. - CGTF ("CGTF") celebraram contrato de compra e venda de energia elétrica de quantidade anual de energia equivalente a 2.690 GWh por período de 20 anos, iniciado a partir de 27 de dezembro de 2003.

Atualmente as garantias deste contrato são:

- ▶ Instrumento de Remuneração Contratual por Prestação de Serviços de Depositário Qualificado e Outras Avenças - firmado com o Banco Bradesco S.A., relativo à gestão de garantias por meio de vinculação de recebíveis tarifários (50% da garantia exigida) Contrato Bilateral assinado entre a Companhia e CGTF; e
- ▶ Contrato de Prestação de Garantia Fidejussória - firmado com União de Bancos Brasileiros S.A., relativo à fiança para complementação de garantia (50%) contratada em favor da CGTF.

O contrato com a CGTF foi firmado conforme condições regulamentares e devidamente homologado pela ANEEL.

Os gastos no exercício com este contrato montou totalizaram até 31 de dezembro de 2012 o valor de R\$ 467.286 (R\$ 469.523 em 31 de dezembro 2011 e R\$479.547 em 1 de janeiro de 2011).

##### a.2) Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A. - CDSA

A Companhia participou do 2º Leilão para Compra de Energia Elétrica Proveniente de Empreendimentos de Geração Existentes ("2º LEILÃO"), no dia 2 de abril de 2005, promovido pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, conforme o edital de Leilão nº 001/2005, realizado nos termos da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, da Portaria MME nº 231, de 30 de setembro de 2004, da Resolução Normativa ANEEL nº 147, de 23 de fevereiro de 2005.

## Companhia Energética do Ceará - COELCE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2012, 2011 e 1º de janeiro de 2011

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### 20. Partes relacionadas--Continuação

#### a) Compra de energia--Continuação

##### a.2) Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A. - CDSA--Continuação

O Leilão, citado acima, resultou em contrato de compra e venda de energia elétrica, entre as partes, com potência associada, tendo início o suprimento em 1 de janeiro de 2008 e término no dia 31 de dezembro de 2015, com energia assegurada de 4,039 MWMédios.

Até 31 de dezembro de 2012 esse contrato totalizou um montante de R\$ 3.840 (R\$ 3.801 em 31 de dezembro de 2011 e R\$ 479 em 1 de janeiro de 2011) em gastos com energia elétrica.

#### b) Obrigações com plano de pensão

##### b.1) Contrato de dívida - FAELCE

A Companhia é patrocinadora do fundo de pensão administrado pela Fundação Coelce de Seguridade Social - FAELCE.

Em 30 de junho de 1999 a Companhia celebrou com a FAELCE um contrato tendo por objeto a consolidação da dívida no valor de R\$ 46.600, correspondendo os saldos devedores dos termos de compromisso firmados em 31 de dezembro de 1992, em 23 de maio de 1996 e em 31 de janeiro de 1997.

Em 30 de junho de 2007 foi assinado um terceiro aditivo com o valor da dívida atualizada em R\$ 62.200, conforme Resolução CGPC nº 17/96 do Ministério da Previdência e Assistência Social, com prazo para pagamento total de 14 parcelas semestrais e sucessivas, iniciando em 31 de dezembro de 2007 e terminando em 30 de junho de 2014. Até 31 de dezembro de 2012 a Companhia amortizou 11 parcelas, permanecendo um saldo devedor de R\$ 18.147 (R\$ 29.398 em 31 de dezembro de 2011 e R\$ 45.609 em 1 de janeiro de 2011).

Em garantia da operação, a Companhia cedeu à FAELCE os direitos creditórios que possui ou venha a possuir, representados pela arrecadação das contas de energia elétrica efetivamente realizadas. A FAELCE poderá sacar da conta corrente bancária da Companhia, até o montante das parcelas da dívida vencidas e não pagas, após 45 dias da verificação da inadimplência da Companhia, se lhe convier.

## Companhia Energética do Ceará - COELCE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2012, 2011 e 1º de janeiro de 2011

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### 20. Partes relacionadas--Continuação

#### b) Obrigações com plano de pensão--Continuação

##### b.2) Plano de pensão - FAELCE

A Companhia, como mantenedora da FAELCE, realiza repasses mensais destinados à manutenção financeira da FAELCE e aportes para reserva atuarial dos planos previdenciários dos funcionários da Companhia, classificados como “Benefício Definido” e “Contribuição Definida”.

O total de gastos em 31 de dezembro de 2012 foi R\$ 6.258 (R\$ 6.068 em 31 de dezembro de 2011 e R\$ 8.958 em 1 de janeiro de 2011) sendo R\$ 5.684 (R\$ 5.404 em 31 de dezembro de 2011 e R\$ 4.634 em 1 de janeiro de 2011) como despesa operacional do resultado da Companhia e R\$ 574 (R\$ 664 em 31 de dezembro de 2011 e R\$ 4.924 em 1 de janeiro de 2011) capitalizados ao ativo intangível.

O saldo de R\$ 64.849 (R\$ 6.818 em 31 de dezembro de 2011 e R\$ 237 em 1 de janeiro de 2011) corresponde ao valor da contribuição da Companhia (patrocinadora) aos planos de pensão, vide Nota 23.

#### Remuneração da administração

A remuneração total do conselho de administração e dos administradores da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foi de R\$ 8.670 (R\$ 6.844 em 31 de dezembro de 2011 e R\$ 7.178 em 1 de janeiro de 2011). A Companhia mantém ainda benefícios usuais de mercado para rescisões de contratos de trabalho.

### 21. Taxas regulamentares

|   | 31/12/2012 |                | 31/12/2011 |                | 01/01/2011 |                |
|---|------------|----------------|------------|----------------|------------|----------------|
|   | Circulante | Não circulante | Circulante | Não circulante | Circulante | Não circulante |
| Reserva global de reversão - RGR          | 10.480     | -              | 12.838     | -              | 18.330     | -              |
| Conta consumo de combustível - CCC        | 5.012      | -              | 9.157      | -              | 8.119      | -              |
| Conta de desenvolvimento energético - CDE | 5.477      | -              | 4.571      | -              | 4.347      | -              |
| Encargo de Energia de Reserva - EER       | 1.133      | -              | -          | -              | -          | -              |
| Encargos ex-isolados RN 410               | 1.360      | -              | 1.298      | -              | 1.302      | -              |
| Encargos emergenciais                     | 2.466      | -              | 2.469      | -              | 2.489      | -              |
| Taxa de fiscalização                      | 376        | -              | 380        | -              | 367        | -              |
| Total                                     | 26.304     | -              | 30.713     | -              | 34.954     | -              |

## Companhia Energética do Ceará - COELCE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2012, 2011 e 1º de janeiro de 2011

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### 21. Taxas regulamentares--Continuação

Conforme Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, as concessionárias e permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica estão obrigadas a destinar, anualmente, um por cento (1%) de sua receita operacional líquida (definida nos termos da ANEEL) para os Programas de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico e de Eficiência Energética, distribuído de acordo com os percentuais determinados pela ANEEL.

As resoluções ANEEL nº 504, de 14 de agosto de 2012 e nº 300 de 12 de fevereiro de 2008 aprovaram os Manuais do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento e de Eficiência Energética, que estabelecem as diretrizes e orientações na elaboração dos projetos de P&D e EE. As principais mudanças provenientes dos novos manuais são: a possibilidade de submissão de projetos a qualquer época do ano, tornando o processo contínuo; a ênfase na avaliação final dos projetos, aumentando assim a responsabilidade da concessionária na aplicação do investimento; a adoção de um plano de investimento e um plano de gestão dos programas, tendo recursos destinados para tal; além da abertura do programa de P&D para as demais etapas do ciclo de inovação (cabeça de série, lote pioneiro e inserção no mercado).

A Companhia contabiliza as despesas referentes aos Programas de Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento conforme seu período de competência, permanecendo os valores registrados e corrigidos pela SELIC até a efetiva realização.

O saldo negativo de MME se refere a valores pagos a maior e que poderão ser compensados posteriormente.

|  | 31/12/2012 |                | 31/12/2011 |                | 01/01/2011 |                |
|--|------------|----------------|------------|----------------|------------|----------------|
|  | Circulante | Não circulante | Circulante | Não circulante | Circulante | Não circulante |
| Programa de Eficiência Energética                                  | 14.339     | 15.262         | 16.604     | 4.083          | 29.917     | -              |
| Programa de Pesquisa e Desenvolvimento                             | 11.019     | 12.649         | 12.465     | 7.400          | 14.641     | 5.566          |
| Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT | 387        | -              | 106        | -              | 3.148      | -              |
| Ministério de Minas e Energia- MME                                 | (181)      | -              | (321)      | -              | 1.200      | -              |
| Total  | 25.564     | 27.911         | 28.854     | 11.483         | 48.906     | 5.566          |

## Companhia Energética do Ceará - COELCE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2012, 2011 e 1º de janeiro de 2011

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### 22. Outras obrigações

|                          | <u>31/12/2012</u> | <u>31/12/2011</u> | <u>01/01/2011</u> |
|--------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| Arrecadação de terceiros | 558               | 1.044             | 4.381             |
| Adiantamento de clientes | 3.837             | 2.226             | 1.777             |
| Empréstimos compulsórios | 392               | 392               | 392               |
| Devolução prefeituras    | 2.817             | 4.388             | 5.968             |
| Multas parceladas        | 53.425            | 3.507             | 8.443             |
| Outros                   | 1.055             | 480               | 2.026             |
| Total                    | <u>62.084</u>     | <u>12.037</u>     | <u>22.987</u>     |
| Circulante               | 11.257            | 6.361             | 9.942             |
| Não circulante           | 50.827            | 5.676             | 13.045            |

### 23. Obrigações com benefícios pós-emprego

A Companhia é patrocinadora de fundo de pensão, administrado pela Fundação COELCE de Seguridade Social - FAELCE, entidade fechada de previdência privada complementar, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos. A Fundação administra dois planos de benefícios, sendo um na modalidade de benefício definido (Plano BD), que tem por finalidade principal complementar os benefícios a que têm direito auferir, como segurados de previdência social, os empregados da Companhia, e um na modalidade de contribuição definida (Plano CD), que tem por objetivo conceder um benefício em função da reserva acumulada em nome do participante.

Os planos administrados pela Companhia têm as seguintes principais características:

a) Plano de Contribuição Definida (CD)

Para o Plano CD a Companhia contribui mensalmente com o mesmo valor que o participante efetua. O valor da contribuição varia em função da remuneração, tendo seu cálculo definido com base nas alíquotas 2,5%, 4,0% e 9,0%, aplicadas “em cascata”.

b) Plano de Benefício Definido (BD)

O plano BD tem o regime financeiro de capitalização para os benefícios de aposentadoria, pensão e auxílios.

## Companhia Energética do Ceará - COELCE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2012, 2011 e 1º de janeiro de 2011

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### 23. Obrigações com benefícios pós-emprego--Continuação

#### b) Plano de Benefício Definido (BD)--Continuação

O custeio do plano de benefícios é coberto por contribuições dos participantes e da patrocinadora. Para o Plano BD a Companhia contribui mensalmente com a taxa de 4,45% da folha de remuneração de todos os seus empregados e dirigentes participantes, para cobertura do custo normal e com taxa de 2,84% sobre o quociente (não inferior à unidade) entre o número de empregados e dirigentes participantes da FAELCE, existentes em 31 de julho de 1997, e o número de empregados participantes existentes no mês de competência da contribuição suplementar amortizante, estando prevista a vigência dessa contribuição suplementar durante 22 anos e 6 meses, a contar de julho de 1997. Além desse percentual, a patrocinadora é responsável pelo pagamento das despesas administrativas da atividade previdencial da referida entidade.

Os benefícios do plano compreendem:

- ▶ Complementação de aposentadoria por invalidez;
- ▶ Complementação de aposentadoria por tempo de contribuição;
- ▶ Complementação de aposentadoria por idade;
- ▶ Complementação de aposentadoria especial;
- ▶ Complementação de auxílio reclusão;
- ▶ Complementação de pensão por morte;
- ▶ Complementação de abono anual.

O cálculo matemático relativo aos benefícios de complementação de aposentadorias e pensões do Plano BD adota o método da unidade de crédito projetada.

Em 30 de junho de 1999 foi firmado contrato de dívida consolidando todos os débitos provenientes de retenções e atrasos nos repasses de obrigações e encargos financeiros pela Companhia. Em 30 de junho de 2007 foi assinado um terceiro aditivo, conforme resolução CGPC nº 17/96 do Ministério da Previdência e Assistência Social, sob as seguintes condições:

- ▶ Prazo para pagamento total: 14 parcelas semestrais e sucessivas, iniciando em 31 de dezembro de 2007 e terminando em 30 de junho de 2014. Até 31 de dezembro de 2012, a companhia realizou 11 parcelas de amortizações, ficando um saldo de R\$ 18.147 (R\$ 29.398 em 31 de dezembro de 2011 e R\$ 45.609 em 1 de janeiro de 2011).

## Companhia Energética do Ceará - COELCE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2012, 2011 e 1º de janeiro de 2011

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### 23. Obrigações com benefícios pós-emprego--Continuação

#### b) Plano de Benefício Definido (BD)--Continuação

- ▶ Pagamento dos juros: mensais e sucessivos, corrigidos pelo INPC.
- ▶ Amortização do principal: semestral calculado sobre o saldo devedor de cada mês, depois da aplicação da correção monetária pelo INPC.

#### c) Plano de Assistência Médica

O plano de saúde, administrado pela Unimed Fortaleza, é regido por contrato que prevê cláusula de reajuste periódico das contribuições ao plano em função da sinistralidade do grupo. O custeio é determinado per capita com base em tabela, segregada em 10 faixas etárias, de acordo com o critério permitido pela ANS.

O plano pode ser segregado em 3 grupos distintos e que compartilham a mesma apólice:

- ▶ Ativos - o plano é extensivo aos empregados e seus dependentes. O custo cobrado pela administradora do plano, é parcialmente coberto pela empresa, observada a proporção contributiva estipulada em função de faixa salarial atingida. Pelo fato de serem contributivos por empregado, geram benefício de permanência vitalícia após 10 anos de vínculo, conforme Lei 9.656.
- ▶ Aposentados Lei 9.656 - grupo que exerceu o direito de permanência no plano, desde que mantido às próprias expensas, conforme Lei 9.656. O custo é cobrado diretamente pela Unimed, administradora do plano, conforme as regras do plano.
- ▶ Aposentados Especiais - grupo fechado de aposentados e seus dependentes, custeados parcialmente pela empresa (60%), decorrente de negociação, ratificada através de acordo coletivo.

#### d) Benefício de pagamento da multa do FGTS na aposentadoria

Nos casos de aposentadoria em qualquer das categorias, havendo extinção do contrato de trabalho, fica assegurado ao empregado o recebimento da multa equivalente a 40% do saldo do FGTS para fins rescisórios nos termos dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias.

## Companhia Energética do Ceará - COELCE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2012, 2011 e 1º de janeiro de 2011

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### 23. Obrigações com benefícios pós-emprego--Continuação

A companhia optou por efetuar o reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais imediatamente no período em que ocorrerem em “Outros Resultados Abrangentes”.

#### Conciliação dos saldos de abertura e fechamento do valor presente da obrigação

|   | <u>31/12/2012</u> | <u>31/12/2011</u> |
|---|-------------------|-------------------|
| Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício | 716.283           | 662.529           |
| Custo dos serviços correntes                                | 1.196             | 1.534             |
| Custo dos juros   | 72.631            | 67.257            |
| Benefícios pagos pelo plano                                 | (45.188)          | (43.347)          |
| Perdas (ganhos) atuariais sobre a obrigação atuarial        | 219.094           | 28.310            |
| Valor presente da obrigação atuarial ao final do exercício  | <u>964.016</u>    | <u>716.283</u>    |

#### Análise da obrigação atuarial

Na posição de 31 de dezembro de 2012, o valor presente da obrigação atuarial dos planos de benefícios pós-emprego da Companhia encontra-se na seguinte situação:

Plano BD: o valor presente da obrigação atuarial no montante de R\$ 897.118 encontra-se parcialmente coberto por ativos do plano no montante de R\$ 41.004.853, resultando em um valor presente das obrigações atuariais com cobertura de R\$ 107.735;

Plano Misto: o valor presente da obrigação atuarial no montante de R\$ 2.077 encontra-se parcialmente coberto por ativos do plano no montante de R\$ 2.050, resultando em um valor presente das obrigações atuariais descobertas de R\$ 27.

Plano de Assistência Médica: o valor presente da obrigação atuarial no montante de R\$ 34.139, não possui ativos financeiros do plano, resultando em um valor presente das obrigações atuariais descobertas de mesmo valor da obrigação atuarial.

Plano FGTS: o valor presente da obrigação atuarial no montante de R\$ 30.684, não possui ativos financeiros do plano, resultando em um valor presente das obrigações atuariais descobertas de mesmo valor da obrigação atuarial.

## Companhia Energética do Ceará - COELCE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2012, 2011 e 1º de janeiro de 2011

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### 23. Obrigações com benefícios pós-emprego--Continuação

#### Análise da obrigação atuarial--Continuação

##### Conciliação dos saldos de abertura e fechamento do valor justo dos ativos dos planos

|  | <u>31/12/2012</u> | <u>31/12/2011</u> |
|--|-------------------|-------------------|
| Valor justo dos ativos do plano no início do exercício | 740.786           | 680.656           |
| Retorno esperado dos ativos do plano                   | 80.429            | 80.423            |
| Contribuições recebidas de participantes do plano      | -                 | -                 |
| Contribuições recebidas do empregador                  | 21.635            | 12.803            |
| Benefícios pagos pelo plano                            | (45.188)          | (43.347)          |
| Ganhos (perdas) atuariais sobre os ativos do plano     | 209.242           | 10.251            |
| Valor justo dos ativos do plano ao final do exercício  | <u>1.006.904</u>  | <u>740.786</u>    |

##### Conciliação do valor presente da obrigação e do valor dos ativos dos planos, com os ativos e os passivos reconhecidos no balanço patrimonial

|  | <u>31/12/2012</u> | <u>31/12/2011</u> |
|--|-------------------|-------------------|
| Valor presente das obrigações atuariais                            | 964.016           | 716.283           |
| Valor justo dos ativos   | (1.006.904)       | (740.786)         |
| Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos | (42.888)          | (24.503)          |
| Efeito do limite para reconhecimento do ativo                      | 107.737           | 24.503            |
| (Ativo) passivo atuarial líquido                                   | 64.849            | -                 |
| Dívida contratada  | 18.147            | 35.364            |
| (Ativo) passivo atuarial líquido apurado                           | <u>82.996</u>     | <u>35.364</u>     |

##### Despesa reconhecida nas demonstrações do resultado

|                                      | <u>31/12/2012</u> | <u>31/12/2011</u> |
|--------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Custo do serviço corrente            | 1.196             | 1.534             |
| Custo dos juros                      | 72.631            | 73.577            |
| Retorno esperado dos ativos do plano | (80.429)          | (80.423)          |
| Despesa reconhecida no resultado     | <u>(6.602)</u>    | <u>(5.312)</u>    |

## Companhia Energética do Ceará - COELCE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2012, 2011 e 1º de janeiro de 2011

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### 23. Obrigações com benefícios pós-emprego--Continuação

#### Análise da obrigação atuarial--Continuação

Categoria principal de ativos do plano representa do valor justo do total dos ativos dos planos

|  | <u>31/12/2012</u> | <u>31/12/2011</u> |
|--|-------------------|-------------------|
| Renda fixa                               | <b>770.068</b>    | 561.465           |
| Renda variável                           | <b>117.769</b>    | 95.121            |
| Investimentos imobiliários               | <b>73.455</b>     | 40.354            |
| Outros                                   | <b>45.612</b>     | 43.846            |
| Total do valor justo dos ativos do plano | <b>1.006.904</b>  | 740.786           |

Valores totais reconhecidos em outros resultados abrangentes

|   | <u>31/12/2012</u> | <u>31/12/2011</u> |
|---|-------------------|-------------------|
| Ganho (perda) atuarial                              | <b>(9.852)</b>    | (17.964)          |
| Varição na restrição de reconhecimento do ativo     | <b>(82.937)</b>   | (24.798)          |
| Varição no ajuste para reconhecimento de dívida     | <b>16.927</b>     | 6.307             |
| Total de outros resultados abrangentes no exercício | <b>(75.862)</b>   | (36.455)          |

Retorno real dos ativos dos planos

|   | <u>31/12/2012</u> | <u>31/12/2011</u> |
|---|-------------------|-------------------|
| Retorno esperado sobre os ativos do plano       | <b>80.429</b>     | 80.423            |
| Ganho (Perda) atuarial sobre os ativos do plano | <b>209.242</b>    | 10.251            |
| Retorno real sobre os ativos dos planos         | <b>289.671</b>    | 90.674            |

Valores atuariais para o exercício corrente e anterior:

|  | <u>31/12/2012</u> | <u>31/12/2011</u> |
|--|-------------------|-------------------|
| Obrigação de benefício definido                    | <b>(964.016)</b>  | (716.283)         |
| Ativos do plano                                    | <b>1.006.904</b>  | 740.786           |
| Superávit (déficit)                                | <b>42.888</b>     | 24.503            |
| Ajustes de experiências sobre os passivos do plano | <b>(219.094)</b>  | (28.310)          |
| Ajustes de experiências sobre os ativos do plano   | <b>209.242</b>    | 10.251            |

## Companhia Energética do Ceará - COELCE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2012, 2011 e 1º de janeiro de 2011

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### 23. Obrigações com benefícios pós-emprego--Continuação

#### Análise da obrigação atuarial--Continuação

As principais premissas adotadas pelo atuário independente para a realização do cálculo estão apresentadas a seguir pelos seus valores nominais:

| Especificação  | Planos BD     | Plano CD      | Plano Médico  | Plano FGTS    |
|--|---------------|---------------|---------------|---------------|
| Taxa de desconto   | 9,80%         | 9,80%         | 9,80%         | 9,80%         |
| Taxa de rendimento esperado dos ativos                   | 9,80%         | 9,80%         | N/A           | N/A           |
| Taxa de crescimento salarial                             | 7,61%         | 7,61%         | N/A           | 7,61%         |
| Taxa de inflação esperada                                | 5,50%         | 5,50%         | 5,50%         | 5,50%         |
| Reajuste de benefício concedidos de prestação continuada | 5,50%         | 5,50%         | N/A           | N/A           |
| Tábua de mortalidade geral                               | AT-2000       | AT-2000       | AT-2000       | AT-2000       |
| Tábua de entrada em invalidez                            | Light-Média   | Light-Média   | Light-Média   | Light-Média   |
| Tábua de mortalidade de inválidos                        | AT-49 + 6anos | AT-49 + 6anos | AT-49 + 6anos | Não aplicável |

Foi adotada premissa de crescimento dos custos médicos decrescente, variando de 11,57% a.a. (5,75% a.a. em termos reais) no primeiro ano de projeção, atingindo o valor de 6,51% a.a. (0,95% a.a. em termos reais) para 2023 em diante.

Para projeção dos custos foi adotada premissa de crescimento dos custos em função da idade de 3,00% a.a. Foi adotada premissa de crescimento real das contribuições ao plano de saúde em 1,50% a.a em 2012 (zero em 2011). Todos os participantes farão opção por permanecer no plano de saúde na aposentadoria.

Para os saldos acumulados no FGTS foi adotada a premissa de rentabilidade real nula.

## Companhia Energética do Ceará - COELCE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2012, 2011 e 1º de janeiro de 2011

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### 23. Obrigações com benefícios pós-emprego--Continuação

#### Análise da obrigação atuarial--Continuação

##### Premissas financeiras adotadas--Continuação

Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos pela Companhia patrocinadora nos limites permitidos pelo CPC 33 - Benefícios Pós Emprego. Todos os ganhos ou perdas são reconhecidos em conta específica do Patrimônio Líquido. Tais ganhos ou perdas compõem a movimentação dos saldos de passivos decorrentes das obrigações com benefícios pós-emprego. Ativos somente são reconhecidos quando sua realização em favor da Companhia é provável e quando for possível que a Companhia estime de forma razoável o provável valor de realização destes ativos.

A administração da Companhia estima, com base em laudos elaborados por atuário contratado, que os compromissos totais de contribuição da patrocinadora para os planos vigentes, durante o exercício de 2013, sejam de R\$ 22.435.

### 24. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião de seus consultores legais, foram provisionados todos os processos judiciais cuja probabilidade de perda foi estimada como provável.

Segue abaixo quadro demonstrativo das provisões para contingências constituídas pela Companhia:

|                  | 01/01/2011      | 31/12/2011        |                       |            | Saldo acumulado |
|------------------|-----------------|-------------------|-----------------------|------------|-----------------|
|                  | Saldo acumulado | Adições/reversões | Atualização monetária | Pagamentos |                 |
| Trabalhistas (a) | 18.197          | (1.424)           | 1.174                 | (3.630)    | 14.317          |
| Cíveis (b)       | 38.110          | 8.015             | 7.515                 | (1.972)    | 51.668          |
| Fiscais (c)      | 4.952           | (82)              | 333                   | (884)      | 4.319           |
| Total            | 61.259          | 6.509             | 9.022                 | (6.486)    | 70.304          |
| Circulante       | 12.232          |                   |                       |            | 17.060          |
| Não circulante   | 49.027          |                   |                       |            | 53.244          |

## Companhia Energética do Ceará - COELCE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2012, 2011 e 1º de janeiro de 2011

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### 24. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas--Continuação

|                  | 31/12/2011         | 31/12/2012            |                          |            | Saldo<br>acumulado |
|------------------|--------------------|-----------------------|--------------------------|------------|--------------------|
|                  | Saldo<br>acumulado | Adições/<br>reversões | Atualização<br>monetária | Pagamentos |                    |
| Trabalhistas (a) | 14.317             | 3.778                 | 2.834                    | (1.043)    | 19.886             |
| Cíveis (b)       | 51.668             | 6.837                 | 11.403                   | (10.275)   | 59.633             |
| Fiscais (c)      | 4.319              | (5)                   | 313                      | (24)       | 4.603              |
| Total            | 70.304             | 10.610                | 14.550                   | (11.342)   | 84.122             |
| Circulante       | 17.060             |                       |                          |            | -                  |
| Não circulante   | 53.244             |                       |                          |            | 84.122             |

#### a) Riscos trabalhistas

As principais causas trabalhistas são relacionadas à indenização por acidentes (R\$ 3.755), adicional de periculosidade (R\$ 2.646), responsabilidade solidária (R\$ 2.392), verbas rescisórias (R\$ 1.452), reintegração (R\$ 1.054), abono salarial (R\$ 872), diferenças salariais (R\$ 725), horas extras (R\$ 530), dano moral e material (R\$ 160), e outros processos trabalhistas (R\$ 6.300).

#### b) Riscos cíveis

Engloba processos de natureza cível, inclusive consumeirista, nos quais a Companhia é ré, sendo grande parte da provisão vinculada a processos relacionados a pedidos de indenização por acidentes com energia elétrica (R\$ 17.540), ressarcimento por reajuste tarifário supostamente ilegal concedido através das Portarias do DNAEE nº 38 e 45, de 27 de janeiro e 4 de março de 1986 (R\$ 6.339), multas regulatórias (R\$ 6.081), ações de menor complexidade com trâmite nos juizados especiais (R\$ 3.054).

O restante do valor constante na provisão (R\$ 28.349) subdivide-se em ações judiciais envolvendo pedido de indenização por danos causados em razão de oscilação na tensão do fornecimento de energia elétrica, suspensão do fornecimento, cobrança indevida de valores e outros de natureza consumeirista.

## Companhia Energética do Ceará - COELCE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2012, 2011 e 1º de janeiro de 2011

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### 24. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas--Continuação

#### c) Riscos fiscais

A Companhia concluiu o pagamento de um parcelamento de COFINS junto à SRF em 2000, sendo que o parcelamento era em 80 parcelas e foi efetuado o pagamento de 6 parcelas a mais. Considerando o pagamento a maior, a Companhia efetuou a compensação desse suposto crédito com débitos de COFINS. Na análise do processo, ficou demonstrado que houve uma retificação do valor inicialmente declarado no pedido de compensação e que assim o valor total pago pela Companhia (nas 86 parcelas) correspondia à dívida retificada. Dessa forma, a SRF entendeu que a compensação efetuada não procedia. O processo administrativo ainda está em curso, no qual a Companhia está alegando basicamente o desconhecimento da retificação do valor declarado e a decadência do excesso resultante da retificação. No entanto, diante dos fatos, a Companhia entendeu por bem alterar a probabilidade de perda para provável e efetuar sua provisão, em 31 de dezembro de 2012 o valor envolvido é de R\$ 2.441.

#### Contingências passivas com risco possível

A Companhia possui ações de natureza tributária, cível e trabalhista, que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificado pela Administração e por seus advogados e consultores legais como possível. As contingências passivas estão assim representadas:

|                    | <u>31/12/2012</u>     | <u>31/12/2011</u> | <u>01/01/2011</u> |
|--------------------|-----------------------|-------------------|-------------------|
| Trabalhistas (a)   | <b>25.292</b>         | 5.728             | 2.567             |
| Cíveis (b)         | <b>399.070</b>        | 51.908            | 338.763           |
| Fiscais (c)        | <b>249.302</b>        | 206.951           | 167.300           |
| Juizados especiais | <b>16.712</b>         | 5.014             | 5.623             |
|                    | <u><b>690.376</b></u> | <u>269.601</u>    | <u>514.253</u>    |

#### (a) Riscos trabalhistas

As principais causas trabalhistas são relacionadas a pagamento de horas extras, reintegração, responsabilidade subsidiária e solidária, diferenças salariais, verbas rescisórias, dano moral e material, acidente de trabalho, etc.

## **Companhia Energética do Ceará - COELCE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2012, 2011 e 1º de janeiro de 2011

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### **24. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas--Continuação**

#### **Contingências passivas com risco possível--Continuação**

##### (b) Riscos cíveis

A situação jurídica da Companhia engloba processos de natureza cível, nos quais a Companhia é ré, sendo grande parte associada a pleitos de danos morais e materiais.

##### (c) Riscos fiscais

Apresentamos, a seguir, os processos relevantes cujos consultores jurídicos estimam a probabilidade de perda como sendo possível e que não requerem constituição de provisão.

###### c.1) ICMS - Termo de acordo 035/91

A Companhia celebrou Termo de Acordo nº 035/91 com a Secretaria de Fazenda do Estado do Ceará, onde formalizou a existência de regime especial de recolhimento de ICMS, o qual seria efetuado pelo valor arrecadado (receitas recebidas), em periodicidade descendial. Referido acordo vigorou até 31 de março de 1998, sendo revogado pelo Ato Declaratório nº 02/98.

Não obstante, a Secretaria de Fazenda do Estado do Ceará lavrou quatro autos de infração relativos aos exercícios de 1995, 1996, 1997 e 1998 (período em que o mencionado termo de acordo era vigente) para cobrar débitos de ICMS não recolhidos, no valor atualizado de R\$ 17.683. A Companhia apresentou recurso (embargos de declaração) ao Conselho de Recursos Tributários, contra decisão que julgou os autos de infração parcialmente procedentes, determinando o recolhimento do ICMS devido pelos valores nominais, excluídos a penalidade e os juros de mora. Em 9 de julho de 2012 o recurso foi julgado improcedente, mas foi determinado que os processos fossem baixados em diligência para que fosse realizada a imputação dos pagamentos realizados até o presente momento e para que a COELCE seja intimada para pagar o valor residual se existir.

## **Companhia Energética do Ceará - COELCE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2012, 2011 e 1º de janeiro de 2011

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### **24. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas--Continuação**

#### **Contingências passivas com risco possível--Continuação**

##### (c) Riscos fiscais--Continuação

##### c.2) ICMS - Base cadastral de consumidores isentos e imunes e não tributáveis

A Secretaria de Fazenda do Estado do Ceará lavrou um auto de infração em 29 de dezembro de 2004, no valor atualizado de R\$ 12.351, no intuito de exigir créditos de ICMS oriundos de erro na base cadastral de consumidores isentos e imunes (classes comercial, industrial, iluminação pública e serviços públicos) referentes ao período de abril a agosto de 1999. A Companhia impugnou o auto e aguarda decisão de primeira instância administrativa.

Em 16 de fevereiro de 2007, foi lavrado auto de infração com o mesmo objeto do auto acima, no valor atualizado de R\$ 4.241, referente ao ano de 2002, no qual se aguarda decisão de 1ª instância administrativa.

##### c.3) ICMS - Crédito oriundo da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado

A Secretaria de Fazenda do Estado do Ceará lavrou um auto de infração para cobrar débitos de ICMS relativos aos anos de 2003 e 2004, no valor atualizado de R\$ 4.044, por apropriação a maior de créditos de ICMS oriundos da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado. A Companhia impugnou o auto, mas foi proferida decisão de primeira instância julgando o auto procedente em 5 de novembro de 2008. A Companhia recorreu e aguarda decisão de segunda instância administrativa.

Adicionalmente, a Companhia recebeu em 2011 e em 2012 autos de infração relativos aos exercícios de 2006 e 2007, respectivamente, no valor atualizado de R\$ 14.927. Em 19 de julho de 2011 a Companhia apresentou sua defesa referente ao exercício de 2006 e aguarda decisão de 1ª instância administrativa. A Companhia apresentará defesa em relação ao exercício de 2007.

## **Companhia Energética do Ceará - COELCE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2012, 2011 e 1º de janeiro de 2011

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### **24. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas--Continuação**

#### **Contingências passivas com risco possível--Continuação**

##### (c) Riscos fiscais--Continuação

##### c.4) ICMS - Transferência de créditos

Em 1 de agosto de 2005, a Fazenda Estadual ajuizou execução fiscal para cobrar débitos de ICMS relativos às operações de transferência de créditos ocorridas durante o exercício de 1999 e 2000, no montante atualizado de R\$ 1.846. Em 9 de março de 2007 foi proferida sentença favorável à Companhia. A Fazenda Estadual apresentou recurso (apelação), que está pendente de julgamento.

Em 6 de maio de 2005, a Companhia ajuizou ação anulatória de débitos de ICMS relativos à operação de transferência de créditos ocorrida durante o exercício de 2001, que perfazem o montante atualizado de R\$ 1.944. A Companhia aguarda decisão de primeira instância judicial.

##### c.5) ICMS - Cancelamento de faturas

Em 29 de novembro de 2006, a Companhia recebeu um auto de infração no valor atualizado de R\$ 23.533, pelo cancelamento de faturas emitidas anteriormente com erros sem a comprovação que as operações anteriormente foram tributadas. O auto foi julgado procedente em 1ª instância administrativa, a Companhia apresentou recurso e aguarda julgamento.

Em 16 de fevereiro de 2007, a Companhia recebeu um auto de infração no valor atualizado de R\$ 28.765, sobre o mesmo tema, relativo ao exercício de 2002. O auto foi julgado procedente em 1ª instância administrativa e a Companhia apresentou recurso e aguarda julgamento.

## **Companhia Energética do Ceará - COELCE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2012, 2011 e 1º de janeiro de 2011

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### **24. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas--Continuação**

#### **Contingências passivas com risco possível--Continuação**

##### (c) Riscos fiscais--Continuação

###### c.6) ISS - Município de Fortaleza

A Companhia ajuizou em 8 de agosto de 2007 ação anulatória de débitos de ISS incidentes sobre: (i) prestação de serviços acessórios indispensáveis ao fornecimento de energia; (ii) serviço de locação de bens móveis e (iii) ausência de retenção do ISS na fonte, relativas ao período de julho de 1998 a janeiro de 2000, que totalizam o valor de R\$ 4.684. A Companhia aguarda decisão de primeira instância judicial.

Não obstante a Companhia tenha ajuizado ação anulatória, em 10 de outubro de 2007 o Município de Fortaleza ajuizou duas execuções fiscais para a cobrança dos mencionados débitos, para as quais a Companhia apresentou defesa (exceção de pré-executividade) e aguarda decisão de primeira instância judicial.

Em 19 de julho de 2007, a Companhia recebeu auto de infração no valor atualizado de R\$ 1.327, sobre o mesmo tema. A Companhia apresentou impugnação e, após a decisão desfavorável, recurso voluntário. Aguarda-se decisão de segunda instância.

O Município de Fortaleza ajuizou três execuções fiscais, que perfazem o montante de R\$ 24.219 para cobrar débitos de ISS cobrados pela prestação de serviços acessórios indispensáveis ao fornecimento de energia. A Companhia aguarda decisão de segunda instância judicial em dois processos. Em 2012 foi proferida decisão em uma das execuções fiscais, julgando improcedente o recurso apresentado pela Fazenda e em razão disto a Fazenda apresentou Recurso Especial, que aguarda julgamento.

## **Companhia Energética do Ceará - COELCE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2012, 2011 e 1º de janeiro de 2011

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### **24. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas--Continuação**

#### **Contingências passivas com risco possível--Continuação**

##### (c) Riscos fiscais--Continuação

###### c.6) ISS - Município de Fortaleza--Continuação

Em 19 de julho de 2007, a Companhia recebeu auto de infração no valor atualizado de R\$ 2.837, referente a serviços prestados em outros Municípios cujo imposto foi recolhido no respectivo local da prestação. A Companhia apresentou impugnação e, após a decisão desfavorável, recurso voluntário. Foi realizada perícia e aguarda-se decisão de segunda instância administrativa

Em 7 de maio de 2010 a Companhia recebeu auto de infração no valor atualizado de R\$ 1.190, relativo ao exercício de 2007. A Companhia apresentou defesa administrativa e aguarda decisão de 1ª instância.

A Companhia recebeu 4 autos de infração em 26 de setembro 2012 no valor atualizado de R\$ 8.051, relativo ao exercício de 2008. A Companhia apresentou defesa administrativa e aguarda decisão de 1ª instância.

###### c.7) ISS - Município de Iguatu

O município de Iguatu ajuizou execução fiscal, no valor atualizado de R\$ 2.719, por débitos de ISS relativos ao período de 2004 a 2008, cobrados face à existência de diferenças entre as declarações apresentadas pela Companhia. A Companhia apresentou embargos à execução, que aguarda julgamento.

## **Companhia Energética do Ceará - COELCE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2012, 2011 e 1º de janeiro de 2011

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### **24. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas--Continuação**

#### **Contingências passivas com risco possível--Continuação**

##### (c) Riscos fiscais--Continuação

##### c.8) ICMS - Estorno de crédito - consumidor baixa renda

O Município de Fortaleza lavrou um auto de infração em 2 de outubro de 2009, no valor atualizado de R\$ 24.555, para a cobrança de ICMS no exercício de 2005 em virtude do estorno insuficiente de créditos de ICMS por vendas não tributáveis a consumidores classificados como "baixa renda". A Companhia apresentou defesa. Foi proferida decisão administrativa desfavorável e em 7 de outubro de 2010 a Companhia apresentou recurso. Em 27 de junho de 2011 foi proferida decisão de segunda instância administrativa que confirmou a decisão de primeira instância, que declarou procedente o auto de infração. A Companhia apresentou recurso especial e aguarda julgamento. Em 11 de julho de 2012 a Coelce recebeu decisão desfavorável negando provimento ao recurso especial. A Companhia vai discutir o tema na esfera judicial.

Adicionalmente, em 17 de junho de 2011, a Companhia recebeu auto de infração relativo ao exercício de 2006, no valor de atualizado R\$ 19.947. Em 19 de julho de 2011 a Companhia apresentou sua defesa onde a decisão não foi favorável. Em 25 de maio de 2012, a Companhia apresentou recurso voluntário que aguarda julgamento.

Em 21 de dezembro de 2012, a Companhia recebeu auto de infração sobre o mesmo tema, relativo ao exercício de 2007, no valor atualizado de R\$ 13.505. A Coelce irá apresentar defesa em 1ª instância.

## **Companhia Energética do Ceará - COELCE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2012, 2011 e 1º de janeiro de 2011

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### **24. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas--Continuação**

#### **Contingências passivas com risco possível--Continuação**

##### (c) Riscos fiscais--Continuação

###### c.9) PIS/IRPJ - Autos de infração

Trata-se de dois Autos de infração para a cobrança de PIS e IRPJ relativos ao primeiro, segundo e terceiro trimestres do exercício de 1998 diante do não recolhimento apontado pela auditoria interna da Fazenda Nacional, em revisão das declarações apresentadas. A Companhia apresentou defesa, que foi julgada parcialmente procedente. Em 16 de outubro de 2008, a Companhia apresentou recurso. Em 28 de junho de 2012, a Companhia foi intimada da decisão referente à cobrança de PIS que julgou procedente o recurso apresentado e extinguiu a cobrança. A Companhia permanece aguardando o julgamento do recurso apresentado no auto de infração de IRPJ. O valor envolvido atualizado é de R\$ 3.717.

###### c.10) CSLL/IRPJ - Execução fiscal

Em 19 de Janeiro de 2009 a União Federal apresentou execução fiscal para cobrar débitos de CSLL e IRPJ. Em 15 de abril de 2009 a Companhia apresentou embargos à execução. Em 2 de junho de 2011 foi proferida sentença parcialmente procedente, declarando extinto o processo em relação a duas Certidões de Dívida Ativa ("CDA"), sem resolução de mérito, mas mantendo a cobrança de uma CDA. A União apresentou recurso de apelação e a Companhia apresentou recurso (embargos de declaração). O valor atualizado é de R\$ 17.888.

## **Companhia Energética do Ceará - COELCE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2012, 2011 e 1º de janeiro de 2011

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### **24. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas--Continuação**

#### **Contingências passivas com risco possível--Continuação**

##### (c) Riscos fiscais--Continuação

###### c.11) ICMS em determinadas operações

Em 17 de junho de 2011 a Companhia recebeu um auto de infração para exigir débitos de ICMS oriundos de operações na modalidade "Coelce Plus" sem a emissão da documentação fiscal durante o exercício de 2006. A Companhia apresentou sua defesa em 19 de julho de 2011 e em 10 de julho de 2012 a Coelce foi intimada de decisão que julgou o auto de infração procedente. Em 16 de agosto de 2012 a Coelce apresentou recurso e aguarda decisão de 2ª instância. O valor atualizado é de R\$ 1.735.

Em 30 de maio de 2012 a Coelce recebeu um auto de infração sobre o mesmo tema relativo ao exercício de 2007. A Companhia apresentou sua defesa em 29 de junho de 2012 e aguarda decisão de 1ª instância administrativa. O valor atualizado é de R\$ 5.747.

Em 1 de agosto de 2012 a Coelce recebeu auto de infração sobre o mesmo tema, referente à operação realizada em abril de 2007. A defesa foi apresentada em 31 de agosto de 2012 e a Coelce aguarda decisão de 1ª instância. O valor atualizado é de R\$ 366.

Adicionalmente, em 1 de outubro de 2012, a Companhia recebeu auto de infração relativo ao exercício de 2008, no valor atualizado de R\$ 4.599. A defesa foi apresentada e aguarda-se decisão de 1ª instância.

## **Companhia Energética do Ceará - COELCE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2012, 2011 e 1º de janeiro de 2011

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### **24. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas--Continuação**

#### **Contingências passivas com risco possível--Continuação**

##### (c) Riscos fiscais--Continuação

###### c.12) ICMS - Energia adquirida para consumo próprio

Em 17 de junho de 2011, a Companhia recebeu um auto de infração para exigir débitos de ICMS relativos à energia elétrica consumida pela própria empresa durante o exercício de 2006. A Companhia apresentou sua defesa em 19 de julho de 2011 e aguarda decisão de 1ª instância administrativa. Em 10 de outubro de 2011 a Companhia recebeu decisão que julgou o auto procedente. A decisão foi mantida em 2ª instância e a Companhia aguarda intimação da decisão para seguir defendendo-se. O valor atualizado é de R\$ 2.547.

Em 1 de agosto de 2012, a Coelce recebeu um auto de infração relativo ao mesmo tema, referente ao exercício de 2007. Em 31 de agosto de 2012, a Companhia apresentou sua defesa e aguarda decisão de 1ª instância administrativa. O valor atualizado é de R\$ 2.330.

###### c.13) ICMS - Diferença entre valores contabilizados e valores informados nas declarações fiscais

Em 17 de junho de 2011, a Companhia recebeu um auto de infração para exigir débitos de ICMS relativos a supostas diferenças entre os valores contabilizados e os valores informados nas declarações fiscais. A Companhia apresentou sua defesa em 19 de julho de 2011, mas o auto foi julgado improcedente em 1ª instância administrativa. A Companhia apresentou Recurso Voluntario e aguarda decisão de 2ª instância administrativa. O valor atualizado é de R\$ 1.907.

## Companhia Energética do Ceará - COELCE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2012, 2011 e 1º de janeiro de 2011

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### 24. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas--Continuação

#### Contingências passivas com risco possível--Continuação

##### (c) Riscos fiscais--Continuação

###### c.14) COFINS - Anulatória

Em 17 de setembro de 2009, a Companhia apresentou Ação Anulatória visando suspender a exigibilidade de crédito cobrado pela Fazenda a título de COFINS. Por entender que tais créditos encontram-se extintos por compensação, bem como estariam alcançados pela decadência. Em decisão de 1ª instância, o efeito suspensivo foi concedido. O valor atualizado é de R\$ 1.009.

A companhia, além dos processos descritos, possui ainda outros de menor valor que envolvem temas de CSLL, PIS, COFINS, ICMS, IPTU e ISS no valor total de R\$ 4.156.

#### Ativo contingente

A Companhia impetrou Mandado de Segurança arguindo a inconstitucionalidade da Lei nº 9.718/98 ao majorar a base de cálculo da COFINS, bem como a compensação dos valores recolhidos a maior com quaisquer tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal. A Companhia obteve decisão definitiva favorável e está apurando o montante do crédito para requerer sua restituição/compensação.

### 25. Patrimônio líquido

#### a) Capital social

O capital social está composto de ações sem valor nominal e assim distribuídas:

|                       | <u>31/12/2012</u> | <u>31/12/2011</u> |
|-----------------------|-------------------|-------------------|
|                       | (Em unidades)     | (Em unidades)     |
| Ações Ordinárias      | 48.067.937        | 48.067.937        |
| Ações Preferenciais A | 28.252.700        | 28.216.201        |
| Ações Preferenciais B | 1.534.662         | 1.571.161         |
| Total                 | <u>77.855.299</u> | <u>77.855.299</u> |

## Companhia Energética do Ceará - COELCE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2012, 2011 e 1º de janeiro de 2011

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### 25. Patrimônio líquido--Continuação

#### a) Capital social--Continuação

|                                  | Ações ordinárias<br>(em unidade) |         | Ações preferenciais (em unidade) |         |           |            | Total (em unidades) |            |            |         |
|----------------------------------|----------------------------------|---------|----------------------------------|---------|-----------|------------|---------------------|------------|------------|---------|
|                                  | Total (I)                        |         | Classe A                         |         | Classe B  | Total (II) |                     | (I) + (II) |            |         |
| Investuz S.A.                    | 44.061.433                       | 91,66%  | -                                | -       | -         | -          | -                   | 44.061.433 | 56,60%     |         |
| Eletrobras                       | -                                | -       | 3.967.756                        | 14,04%  | 1.531.141 | 99,77%     | 5.498.897           | 18,46%     | 5.498.897  | 7,06%   |
| Endesa Brasil S.A.               | -                                | -       | 1.770.000                        | 6,26%   | -         | -          | 1.770.000           | 5,94%      | 1.770.000  | 2,27%   |
| Fundos e Clubes de Investimentos | 2.015.150                        | 4,19%   | 11.088.918                       | 39,26%  | 24        | -          | 11.088.942          | 37,23%     | 13.104.092 | 16,83%  |
| Fundos de Pensão                 | 921.603                          | 1,92%   | 4.160.034                        | 14,72%  | -         | -          | 4.160.034           | 13,97%     | 5.081.637  | 6,53%   |
| Outros                           | 1.069.751                        | 2,23%   | 7.265.992                        | 25,72%  | 3.497     | 0,23%      | 7.269.489           | 24,40%     | 8.339.240  | 10,71%  |
| Total de ações                   | 48.067.937                       | 100,00% | 28.252.700                       | 100,00% | 1.534.662 | 100,00%    | 29.787.362          | 100,00%    | 77.855.299 | 100,00% |

#### b) Reserva legal

O estatuto social da Companhia prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social.

A partir de 2007, a Companhia deixou de constituir reserva legal por atender ao disposto no art. 193 § 1º da Lei nº 6.404/76 uma vez que a soma da sua reserva de capital mais a reserva legal excedeu a 30% do capital social.

#### c) Reforço de capital de giro

É composto pela parcela de lucros não distribuídos aos acionistas. A reserva de reforço de capital de giro é criada somente depois de considerados os requisitos de dividendo mínimo e seu saldo não podem exceder o montante do capital integralizado, conforme os termos do artigo 29, alínea d, IV do estatuto social da Companhia. A reserva de reforço de capital de giro pode ser usada na absorção de prejuízos, se necessário, para capitalização, pagamento de dividendos ou recompra de ações.

#### d) Reserva de incentivo fiscal

A legislação do imposto de renda possibilita que as empresas situadas na Região Nordeste, e que atuam no setor de infraestrutura, reduzam o valor do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o artigo 551, § 3º, do Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999.

O saldo da reserva de incentivo fiscal apurado até 31 de dezembro de 2007 no montante de R\$ 106.323 foi mantido como reserva de capital e somente poderá ser utilizado conforme previsto na lei.

## Companhia Energética do Ceará - COELCE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2012, 2011 e 1º de janeiro de 2011

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### 25. Patrimônio líquido--Continuação

d) Reserva de incentivo fiscal--Continuação

Em atendimento à Lei nº 11.638/07 e CPC 07, o valor correspondente ao incentivo SUDENE apurado a partir da vigência da Lei foi contabilizado no resultado do exercício, e posteriormente será transferido para a reserva de lucro devendo somente ser utilizado para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízos contábeis conforme previsto no artigo 545 do Regulamento de Imposto de Renda.

A Companhia apurou em 31 de dezembro de 2012 o valor de R\$ 33.636 (R\$ 77.803 em 31 de dezembro de 2011 e R\$ 90.695 em 1 de janeiro de 2011) de incentivo fiscal SUDENE, calculado com base no Lucro da Exploração, aplicado a redução de 75% do imposto de renda apurado pelo Lucro Real.

e) Reserva de ágio

Essa reserva no montante de R\$ 221.188 foi gerada em função da reestruturação societária da Companhia, que resultou no reconhecimento do benefício fiscal diretamente no patrimônio, quando o ágio foi transferido para a Companhia através de incorporação, vide Nota 10.

f) Dividendos

De acordo com o estabelecido no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% sobre o lucro líquido ajustado, em conformidade com o artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. A base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios está assim composta:

|   | <u>31/12/2012</u> |
|---|-------------------|
| Lucro do exercício                              | <b>420.000</b>    |
| (-) Incentivo fiscal - ADENE                    | <b>(33.636)</b>   |
| Lucro ajustado                                  | <b>386.364</b>    |
| Dividendo mínimo obrigatório                    | <b>96.591</b>     |
| Dividendo adicional proposto                    | <b>117.404</b>    |
|   | <b>172.369</b>    |
| Outros resultados abrangentes (plano de pensão) | <b>(50.069)</b>   |
| Reserva reforço de capital de giro              | <b>122.300</b>    |

## Companhia Energética do Ceará - COELCE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2012, 2011 e 1º de janeiro de 2011

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### 25. Patrimônio líquido--Continuação

#### f) Dividendos--Continuação

Os dividendos mínimos, por classe de ação estão demonstrados a seguir:

| Tipo de aplicação            | 25% sobre o lucro líquido ajustado |            | Dividendos mínimos sobre capital social |            | Dividendos mínimos obrigatórios |            |
|------------------------------|------------------------------------|------------|---|------------|---------------------------------|------------|
|                              | 31/12/2012                         | 31/12/2011 | 31/12/2012                              | 31/12/2011 | 31/12/2012                      | 31/12/2011 |
| Ações ordinárias             | 59.635                             | 57.050     | -                                       | -          | 59.635                          | 57.050     |
| Ações preferenciais classe A | 35.052                             | 33.489     | 9.644                                   | 9.632      | 35.052                          | 33.489     |
| Ações preferenciais classe B | 1.904                              | 1.865      | 873                                     | 894        | 1.904                           | 1.865      |
| Total                        | 96.591                             | 92.403     | 10.518                                  | 10.526     | 96.591                          | 92.403     |

O dividendo mínimo obrigatório do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e a reserva de reforço de capital de giro, calculados com base no lucro líquido ajustado montaram respectivamente, em R\$ 96.591 e R\$ 122.300 (R\$ 92.403 e R\$ 93.597, respectivamente, em 2011).

Além dos dividendos mínimos obrigatórios, a Companhia está sugerindo para posterior aprovação em Assembleia Geral Ordinária a distribuição dos dividendos no montante de R\$ 117.404, referente o exercício de 2012.

#### g) Outros resultados abrangentes

##### g.1) Outros resultados abrangente - ganhos e perdas atuariais

O CPC 33 que determina que os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria e os compromissos atuariais relacionados ao plano de assistência médica sejam reconhecidos em outros resultados abrangentes. Sendo assim, a Companhia reconheceu em 31 de dezembro de 2012 o saldo líquido de perdas atuariais na rubrica de outros resultados abrangentes no valor de R\$ 50.069 (R\$ 24.060 em 2011).

##### e.2) Outros resultados abrangentes - ganho e perdas sobre hedge de fluxo de caixa

O CPC 38 que determina que a parte eficaz dos ganhos ou perdas dos instrumentos financeiros derivativos classificados como *hedge* de fluxo de caixa devem ser reconhecidas diretamente no patrimônio em outros resultados abrangentes. Sendo assim, a Companhia em 31 de dezembro 2012 reconheceu o valor líquido de R\$ 420 (nulo em 2011) na rubrica de outros resultados abrangentes.

## Companhia Energética do Ceará - COELCE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2012, 2011 e 1º de janeiro de 2011

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### 26. Lucro por ação

Em atendimento à Deliberação CVM nº 636, de 6 de agosto de 2010, que aprovou o CPC 41 - Resultado por ação ("CPC 41"), a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 por ação.

|  | <u>31/12/2012</u> | <u>31/12/2011</u> |
|--|-------------------|-------------------|
| Lucro líquido                            | <b>420.000</b>    | 471.182           |
| Lucro atribuível as ações ordinárias     | <b>259.308</b>    | 290.908           |
| Número de ações ordinárias (em unidades) | <b>48.067.937</b> | 48.067.937        |
| Lucro básico e diluído em reais por ação | <b>5,3946</b>     | 6,052             |

O cálculo básico de resultado por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O resultado diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

O capital social, totalmente subscrito e integralizado é dividido em 48.067.937 ações ordinárias e 28.252.700 ações preferenciais classe A e 1.534.662 ações preferenciais classe B, totalizando 77.855.299 (setenta e sete milhões, oitocentos e cinquenta e cinco mil e duzentos e noventa e nove) ações.

O lucro por ação, básico e diluído, da Companhia é de R\$ 5,39 (cinco reais e trinta e nove centavos) em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 6,05 – seis reais e cinco centavos, em 31 de dezembro de 2011). Não existe diferença entre o lucro por ação básico e diluído.

A cada ação ordinária corresponde um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

As ações preferenciais não tem direito a voto, nem são conversíveis em ações ordinárias. Entretanto, gozam de prioridade no reembolso do capital, tendo o direito a dividendos mínimos não cumulativos de 6% ao ano para as ações de classe "A" e 10% para as ações de classe "B", calculados sobre o valor proporcional do capital social atribuído à respectiva classe, corrigido ao término de cada exercício social.

As ações preferenciais de classe "B" poderão ser convertidas em ações preferenciais de classe "A", a requerimento do interessado.

## Companhia Energética do Ceará - COELCE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2012, 2011 e 1º de janeiro de 2011

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### 27. Receita líquida

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, está disposta abaixo:

| Tipo de aplicação   | Nº de consumidores |                  | MWh              |                  | R\$                |                    |
|---|--------------------|------------------|------------------|------------------|--------------------|--------------------|
|   | 31/12/2012         | 31/12/2011       | 31/12/2012       | 31/12/2011       | 31/12/2012         | 31/12/2011         |
|   | (Não auditado)     |                  | (Não auditado)   |                  |                    |                    |
| Fornecimento faturado   |                    |                  |                  |                  |                    |                    |
| Residencial normal  | 1.214.709          | 1.237.172        | 2.066.213        | 1.615.598        | 1.116.042          | 944.033            |
| Residencial baixa renda   | 1.211.463          | 1.122.859        | 1.286.522        | 1.487.933        | 329.415            | 387.228            |
| Industrial  | 5.913              | 5.893            | 1.186.853        | 1.276.419        | 413.869            | 436.296            |
| Comércio, serviços e outros   | 168.625            | 164.484          | 1.837.143        | 1.684.226        | 828.514            | 783.406            |
| Rural   | 424.885            | 396.100          | 1.118.813        | 836.534          | 226.297            | 183.356            |
| Poder público   | 31.739             | 30.861           | 541.747          | 474.617          | 228.010            | 211.673            |
| Iluminação pública  | 1.971              | 1.882            | 283.508          | 254.712          | 88.588             | 81.961             |
| Serviços públicos   | 9.033              | 8.737            | 428.954          | 415.676          | 121.983            | 124.717            |
| Receita de ultrapassagem demanda e excedente de reativos                      | -                  | -                | -                | -                | (19.444)           | (12.934)           |
|   | <b>3.068.338</b>   | <b>2.967.988</b> | <b>8.749.753</b> | <b>8.045.715</b> | <b>3.333.274</b>   | <b>3.139.736</b>   |
| Fornecimento não faturado   | -                  | -                | -                | -                | 14.544             | 9.297              |
| Consumidores, concessionários e permissionários                               | -                  | -                | -                | -                | 3.347.818          | 3.149.033          |
| Subvenção baixa renda   | -                  | -                | -                | -                | 257.554            | 188.281            |
| Energia elétrica de curto prazo   | -                  | -                | -                | -                | 79.926             | 13.125             |
| Receita de uso da rede elétrica- consumidores livres-revenda                  | 43                 | 37               | -                | -                | 118.557            | 131.970            |
| Receita de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos - Clientes Livres | -                  | -                | -                | -                | (2)                | (289)              |
| Receita de construção   | -                  | -                | -                | -                | 169.089            | 170.504            |
| Outras receitas   | -                  | -                | -                | -                | 54.186             | 41.193             |
| Receita operacional bruta   |                    |                  |                  |                  | <b>4.027.128</b>   | <b>3.693.817</b>   |
| (-) Deduções da receita   |                    |                  |                  |                  |                    |                    |
| ICMS  | -                  | -                | -                | -                | (785.912)          | (719.779)          |
| COFINS  | -                  | -                | -                | -                | (144.328)          | (140.547)          |
| PIS   | -                  | -                | -                | -                | (31.261)           | (29.689)           |
| RGR - Quota para reserva global de reversão                                   | -                  | -                | -                | -                | (43.056)           | (33.480)           |
| CCC - Conta de consumo de combustível   | -                  | -                | -                | -                | (76.723)           | (105.734)          |
| Programa de pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética                | -                  | -                | -                | -                | (22.628)           | (9.627)            |
| Outros impostos e contribuições sobre a Receita                               | -                  | -                | -                | -                | (29.500)           | (27.749)           |
| Total de deduções de receita  |                    |                  |                  |                  | <b>(1.133.408)</b> | <b>(1.066.605)</b> |
| Total receita líquida   | <b>3.068.381</b>   | <b>2.968.025</b> | <b>8.749.753</b> | <b>8.045.715</b> | <b>2.893.720</b>   | <b>2.627.212</b>   |

## Companhia Energética do Ceará - COELCE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2012, 2011 e 1º de janeiro de 2011

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### 28. Compra e venda de energia na CCEE

Até dezembro de 2012, a Companhia efetuou a comercialização de energia de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, conforme a seguir demonstrado:

| Compra              | 31/12/2012     |                 | 31/12/2011     |                |
|---------------------|----------------|-----------------|----------------|----------------|
|                     | MWh            | R\$             | MWh            | R\$            |
|                     | (Não auditado) |                 | (Não auditado) |                |
| Compra de energia   | 175.664        | (16.880)        | -              | -              |
| Ajustes financeiros | -              | (22.058)        | -              | (5.085)        |
|                     | <b>175.664</b> | <b>(38.939)</b> | <b>-</b>       | <b>(5.085)</b> |

  

| Venda               | 31/12/2012     |               | 31/12/2011     |               |
|---------------------|----------------|---------------|----------------|---------------|
|                     | MWh            | R\$           | MWh            | R\$           |
|                     | (Não auditado) |               | (Não auditado) |               |
| Venda de energia    | 305.005        | 100.473       | 550.186        | 12.011        |
| Ajustes financeiros | -              | (20.547)      | -              | 1.114         |
|                     | <b>305.005</b> | <b>79.926</b> | <b>550.186</b> | <b>13.125</b> |

### 29. Custos e despesas operacionais

As despesas operacionais têm a seguinte composição por natureza de gasto:

| Descrição   | 31/12/2012         |                   |                                   |                 | Total              | 31/12/2011         |
|---|--------------------|-------------------|-----------------------------------|-----------------|--------------------|--------------------|
|   | Custo do serviço   | Despesa de vendas | Despesas gerais e administrativas | Outras          |                    |                    |
| Pessoal   | (96.961)           | -                 | (46.966)                          | -               | (143.927)          | (114.754)          |
| Material  | (12.905)           | (30)              | (465)                             | -               | (13.400)           | (11.057)           |
| Serviços de terceiros                               | (173.511)          | (6.841)           | (36.755)                          | -               | (217.107)          | (198.468)          |
| Energia elétrica comprada para revenda              | (1.449.691)        | -                 | -                                 | -               | (1.449.691)        | (1.197.409)        |
| Encargos do uso do sistema de transmissão           | (159.613)          | -                 | -                                 | -               | (159.613)          | (119.672)          |
| Depreciação e amortização                           | (112.800)          | -                 | (1.767)                           | -               | (114.567)          | (133.520)          |
| Custo na desativação de bens                        | (17.687)           | -                 | -                                 | -               | (17.687)           | (15.362)           |
| Provisões para créditos de liquidação duvidosa      | -                  | (21.717)          | -                                 | -               | (21.717)           | (11.844)           |
| Taxa de fiscalização da ANEEL                       | -                  | -                 | -                                 | (4.561)         | (4.561)            | (4.594)            |
| Custo de construção                                 | (169.089)          | -                 | -                                 | -               | (169.089)          | (170.504)          |
| Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas | -                  | -                 | (10.610)                          | -               | (10.610)           | (6.509)            |
| Outras despesas operacionais                        | (12.366)           | (4)               | (7.354)                           | (9.471)         | (29.195)           | (22.176)           |
| <b>Total</b>  | <b>(2.204.623)</b> | <b>(28.592)</b>   | <b>(103.917)</b>                  | <b>(14.032)</b> | <b>(2.351.164)</b> | <b>(2.005.869)</b> |

## Companhia Energética do Ceará - COELCE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2012, 2011 e 1º de janeiro de 2011

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### 29. Custos e despesas operacionais--Continuação

| Despesa de pessoal                          | 31/12/2012 | 31/12/2011 |
|---|------------|------------|
| Remuneração                                 | (89.034)   | (71.327)   |
| Encargos sociais                            | (33.290)   | (30.800)   |
| Provisão de férias e décimo                 | (13.800)   | (11.354)   |
| Plano de saúde                              | (9.166)    | (8.388)    |
| Auxílio alimentação e outros benefícios     | (14.317)   | (13.563)   |
| Participação nos resultados                 | (10.559)   | (10.817)   |
| Previdência privada                         | (6.259)    | (6.068)    |
| Outros                                      | (353)      | (283)      |
| (-) Transferências para intangível em curso | 32.851     | 37.846     |
| Total                                       | (143.927)  | (114.754)  |

A composição dos custos com energia elétrica está disposta abaixo:

| Custo com energia elétrica comprada para revenda       | R\$         |             |
|--|-------------|-------------|
|  | 31/12/2012  | 31/12/2011  |
| Central Geradora Termelétrica de Fortaleza - CGTF      | (467.286)   | (469.523)   |
| Centrais Elétricas S.A. - FURNAS                       | (148.120)   | (144.050)   |
| Companhia Hidroelétrica do São Francisco - CHESF       | (98.926)    | (81.665)    |
| Companhia Energética de São Paulo- CESP                | (70.937)    | (66.510)    |
| Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobrás                   | (64.131)    | -           |
| Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A- ELETRONORTE | (46.601)    | (46.564)    |
| Copel Geração S.A. - COPEL                             | (45.562)    | (40.251)    |
| CEMIG - Geração e Transmissão S.A.                     | (43.586)    | (41.643)    |
| Tractebel Energia S.A.                                 | (34.517)    | (33.426)    |
| Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE   | (38.939)    | (5.085)     |
| Programa de Inc. as Fontes Alternativas - PROINFA      | (43.391)    | (34.607)    |
| Contratos por disponibilidade(*)                       | (282.660)   | (153.455)   |
| Outros   | (65.035)    | (80.630)    |
| Subtotal   | (1.449.691) | (1.197.409) |
| <b>Custo com uso da rede de transmissão</b>            |             |             |
| Rede Básica  | (129.519)   | (109.950)   |
| Encargo do serviço do sistema                          | (30.094)    | (9.722)     |
| Subtotal   | (159.613)   | (119.672)   |
| Total  | (1.609.304) | (1.317.081) |

(\*) Contratação de disponibilidade da usina para geração de energia elétrica quando necessário.

## Companhia Energética do Ceará - COELCE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2012, 2011 e 1º de janeiro de 2011

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### 30. Resultado financeiro

A composição do resultado financeiro está disposta abaixo:

|  | <u>31/12/2012</u> | <u>31/12/2011</u> |
|--|-------------------|-------------------|
| Receitas financeiras   |                   |                   |
| Renda de aplicação financeira  | <b>36.696</b>     | 22.108            |
| Multas e acréscimos moratórios em conta de energia                     | <b>41.809</b>     | 38.145            |
| Receita de ativo indenizável   | <b>180.107</b>    | 8.610             |
| Correção de depósitos judiciais  | <b>561</b>        | 2.583             |
| Correção monetária   | -                 | 4.706             |
| Juros de debêntures  | -                 | 4.168             |
| Encargos fundo de pensão   | <b>7.798</b>      | 6.846             |
| Outras receitas financeiras  | <b>7.351</b>      | 2.732             |
| Total das receitas financeiras   | <b>274.322</b>    | 89.898            |
| Despesas financeiras   |                   |                   |
| Variações monetárias   | <b>(27.208)</b>   | (23.998)          |
| Encargos de dívidas  | <b>(78.597)</b>   | (72.967)          |
| Atualização de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas | <b>(14.550)</b>   | (9.022)           |
| Multas ARCE  | <b>(31.274)</b>   | -                 |
| Atualizações de impostos e multas                                      | <b>(8.673)</b>    | (9.995)           |
| Custo de transação   | <b>(1.841)</b>    | (1.713)           |
| Correção P&D/PEE   | <b>(675)</b>      | (1.044)           |
| IOF  | <b>(370)</b>      | (3.469)           |
| Comissão – Banco   | -                 | (7.910)           |
| Multas   | <b>(21.109)</b>   | -                 |
| Indenização DIC/FIC  | <b>(2.853)</b>    | (3.698)           |
| Atualização financeira   | <b>(24.197)</b>   | -                 |
| Correção monetária   | <b>1.749</b>      | -                 |
| Outras despesas financeiras  | <b>(6.654)</b>    | (649)             |
| Total das despesas financeiras   | <b>(216.252)</b>  | (134.465)         |
| Resultado financeiro   | <b>58.070</b>     | (44.567)          |

## Companhia Energética do Ceará - COELCE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2012, 2011 e 1º de janeiro de 2011

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### 31. Imposto de renda e contribuição social

A reconciliação da provisão para o imposto de renda e contribuição social, calculada pela alíquota fiscal, com os valores constantes na demonstração do resultado é apresentada abaixo:

| Descrição  | 31/12/2012       | %               | 31/12/2011       | %               |
|--|------------------|-----------------|------------------|-----------------|
| Lucro antes do IRPJ e CSSL                       | 600.626          | 100,00%         | 576.776          | 100,00%         |
| Alíquota nominal                                 | (204.213)        | (34,00%)        | (196.104)        | (34,00%)        |
| Adições permanentes                              |                  |                 |                  |                 |
| Participações nos lucros (administradores)       | (1.287)          | 0,63%           | (951)            | 0,48%           |
| Despesas indedutíveis – multas                   | (4.292)          | 2,10%           | (435)            | 0,22%           |
| Doações não dedutíveis                           | (837)            | 0,41%           | (3)              | 0,00%           |
|  | <u>(6.416)</u>   |                 | <u>(1.389)</u>   |                 |
| Exclusões permanentes                            |                  |                 |                  |                 |
| Auto de infração 104/2009 Coelce Plus            | -                | 0,00%           | 2.329            | (1,19%)         |
| Superávit atuarial                               | -                | 0,00%           | 8.897            | (4,54%)         |
| Ajuste ágio - societário                         | 6.930            | (3,39%)         | (3.901)          | 1,99%           |
| Reversão da provisão do ágio                     | (10.500)         | 5,14%           | 11.474           | (5,85%)         |
|  | <u>(3.570)</u>   |                 | <u>18.799</u>    |                 |
| Deduções permanentes                             |                  |                 |                  |                 |
| Lucro da exploração                              | 33.636           | (16,47%)        | 77.803           | (39,67%)        |
| Incentivo fiscal do PAT                          | 873              | (0,43%)         | 886              | (0,45%)         |
| Adicional do IRPJ                                | 24               | (0,01%)         | 240              | (0,12%)         |
|  | <u>34.533</u>    |                 | <u>78.929</u>    |                 |
| Outros ajustes                                   |                  |                 |                  |                 |
| Ajustes GAAP                                     | -                | 0,00%           | (6.469)          | 3,30%           |
| Ajustes imaterial                                | (960)            | 0,47%           | 639              | (0,33%)         |
|  | <u>(960)</u>     |                 | <u>(5.830)</u>   |                 |
| IRPJ/CSL diferidos no resultado (despesa)        | (115.277)        | (19,19%)        | (33.278)         | (5,77%)         |
| IRPJ/CSL diferidos - ágio no resultado (despesa) | (10.500)         | (1,75%)         | (11.474)         | (1,99%)         |
| IRPJ/CSL corrente no resultado (despesa)         | (54.849)         | (9,13%)         | (60.842)         | (10,55%)        |
| Alíquota efetiva                                 | <u>(180.626)</u> | <u>(30,07%)</u> | <u>(105.594)</u> | <u>(18,31%)</u> |

## **Companhia Energética do Ceará - COELCE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2012, 2011 e 1º de janeiro de 2011

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### **31. Imposto de renda e contribuição social--Continuação**

De acordo com o Ato Declaratório Executivo nº 1 de 5 de janeiro de 2009, a Companhia faz jus à redução do Imposto de Renda e adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, relativamente ao empreendimento de que trata o Laudo Constitutivo nº 0170/2007, expedido pelo Ministério da Integração Nacional - MI (ADENE) apresentado nas páginas 5 a 7, estabelecendo as condições e exigências para o gozo do benefício.

O Laudo Constitutivo 0170/2007, foi expedido com base no art. 1º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, reconhecendo para o benefício a condição onerosa atendida: Modernização total de empreendimento de infraestrutura na área de atuação da extinta Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, conforme art. 2º, inciso I do Decreto nº 4.213, de 26 de abril de 2002.

O incentivo consiste na redução do imposto de renda devido em 75% do imposto de renda apurado no exercício, com início de fruição do benefício no ano-calendário 2007 e término do prazo no ano-calendário de 2016.

O valor do imposto de renda que deixou de ser pago em virtude dos benefícios de redução foi contabilizado de acordo com a Lei nº 11.638/07 e Deliberação CVM nº 555 que aprovou o CPC 07 em que determina a contabilização no resultado do exercício e posteriormente a transferência para reserva de incentivos fiscais (reserva de lucros).

### **32. Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro**

#### **Considerações gerais**

A Companhia possui políticas de mitigação de riscos financeiros e adota estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Com essa finalidade, mantém sistemas gerenciais de controle e acompanhamento das suas transações financeiras e seus respectivos valores, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas praticadas pelo mercado.

## Companhia Energética do Ceará - COELCE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2012, 2011 e 1º de janeiro de 2011

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### 32. Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro--Continuação

#### Fatores de risco

A linha de negócio da Companhia está concentrada na distribuição de energia elétrica em toda a área de concessão do Estado do Ceará. Dentro da sua estratégia, sintonizada com a gestão financeira de melhores práticas para minimização de riscos financeiros, e observando os aspectos regulatórios, a Companhia identifica os seguintes fatores de riscos que podem afetar seus negócios:

#### a) Risco de taxa de câmbio

Esse risco decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem as despesas financeiras e os saldos de passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira captados no mercado. Em 31 de dezembro de 2012, a companhia mantinha apenas 0,65% da sua dívida indexada em moeda estrangeira e exposta à variação cambial.

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis dos passivos em moeda estrangeira que não estão protegidos por instrumentos de *swap* cambial:

|                         | Passivo    |            |            |
|-------------------------|------------|------------|------------|
|                         | 31/12/2012 | 31/12/2011 | 01/01/2011 |
| Dólares norte-americano | 6.158      | 6.065      | 5.883      |

Em seguida, um quadro de análise de sensibilidade dos impactos no resultado da Companhia caso a variação da taxa de câmbio de 2012 fosse igual à esperada para 2013, segundo projeções baseadas na curva futura de dólar da BM&F:

| 31/12/2012              | Aumento/redução em pontos base | Efeitos      |                       |
|-------------------------|--------------------------------|--------------|-----------------------|
|                         |                                | No resultado | No patrimônio líquido |
| Dólares norte-americano | 5,71%                          | (352)        | (352)                 |

## Companhia Energética do Ceará - COELCE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2012, 2011 e 1º de janeiro de 2011

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### 33. Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro--Continuação

#### Fatores de risco--Continuação

##### b) Risco de crédito

Esse risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Esse risco é avaliado como baixo, considerando a pulverização do número de clientes e o comportamento estatístico dos níveis de arrecadação.

Adicionalmente, a Companhia tem o direito de interromper o fornecimento de energia caso o cliente deixe de realizar o pagamento de suas faturas, dentro de parâmetros e prazos definidos pela legislação e regulamentação específicas. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida em montante julgado suficiente, pela Administração da Companhia, para cobrir prováveis riscos de realização das contas a receber.

##### c) Risco de escassez de energia

Corresponde ao risco de escassez na oferta de energia elétrica por parte das usinas hidroelétricas por eventuais atrasos do período chuvoso, associado ao crescimento de demanda acima do planejado, podendo ocasionar perdas para a Companhia em função do aumento de custos ou redução de receitas com a adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001. No entanto, considerando os níveis atuais dos reservatórios e as simulações efetuadas, o Operador Nacional de Sistema Elétrico - ONS não prevê para os próximos anos um novo programa de racionamento.

##### d) Risco de vencimento antecipado

A Companhia possui contratos de empréstimos e financiamentos com cláusulas restritivas que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis (“*covenants*” financeiros). O descumprimento dessas restrições pode implicar em vencimento antecipado da dívida. Essas restrições são monitoradas adequadamente e não limitam a capacidade de condução normal das operações. Atualmente, o índice de endividamento da Companhia está em patamares abaixo do limite estipulado pelos “*covenants*” financeiros.

## Companhia Energética do Ceará - COELCE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2012, 2011 e 1º de janeiro de 2011

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### 33. Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro--Continuação

#### Fatores de risco--Continuação

##### e) Gestão do risco de capital

A Companhia administra seu capital, para assegurar as suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (empréstimos e debêntures detalhados nas Notas 18 e 19, deduzidos pelo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários detalhados nas Notas 4 e 5, e pelo patrimônio líquido da Companhia (que inclui capital emitido, reservas e lucros acumulados conforme apresentado na Nota 25).

|  | <u>31/12/2012</u> | <u>31/12/2011</u> | <u>01/01/2011</u> |
|--|-------------------|-------------------|-------------------|
| Dívida   | <b>953.771</b>    | 1.095.446         | 842.909           |
| Caixa e equivalente de caixa + Títulos e valores mobiliários | <b>(215.030)</b>  | (328.200)         | (104.270)         |
| Dívida líquida (a)   | <b>738.741</b>    | 767.246           | 738.639           |
| Patrimônio líquido (b)                                       | <b>1.560.330</b>  | 1.471.022         | 1.356.814         |
| Índice de endividamento líquido (a/[a+b])                    | <b>32%</b>        | 34%               | 35%               |

(a) A dívida líquida é representada pelo saldo total dos empréstimos e financiamentos e debêntures, incluindo as parcelas do passivo circulante e não circulante, deduzidos os saldos de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários. Vide maiores detalhes nas Notas 4, 5, 18 e 19.

(b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

## Companhia Energética do Ceará - COELCE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2012, 2011 e 1º de janeiro de 2011

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### 33. Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro--Continuação

#### Fatores de risco--Continuação

##### f) Risco de encargos de dívida

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, como por exemplo, indicadores de inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia possuía 71,26% da dívida total indexada a taxas variáveis, sendo que 10,58% são atrelados a indicadores menos voláteis às oscilações do mercado, como a TJLP (BNDES). Com finalidade de evitar riscos com variações nos índices de mercado, 15,56% das dívidas variáveis (11,09% do total) tiveram suas taxas fixadas através de contrato de *swap*. Os ajustes a débito e a crédito dessas operações estão registrados nas demonstrações financeiras. Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia apurou um resultado negativo não realizado na operação de *swap* no montante de R\$ 637.

A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade dos impactos no resultado da Companhia caso as variações nas taxas de juros e índices de inflação no ano de 2012 fosse igual à esperada para 2013, segundo projeções baseadas na curva futura da BM&F:

| 31/12/2012           | Aumento/redução<br>em pontos base | Efeitos      |                          |
|----------------------|-----------------------------------|--------------|--------------------------|
|                      |                                   | No resultado | No patrimônio<br>líquido |
| Passivos financeiros |                                   |              |                          |
| CDI                  | 2,32%                             | -            | -                        |
| Libor (6 meses)      | 0,15%                             | -            | -                        |
| TJLP                 | (13,04%)                          | 1.829        | 1.829                    |
| IPCA                 | (0,66%)                           | 362          | 362                      |
| IGPM                 | (2,05%)                           | 98           | 98                       |
| TR                   | 0,00%                             | -            | -                        |
| Total                |                                   | 2.289        | 2.289                    |

##### g) Risco de liquidez

A liquidez da Companhia é gerida através do monitoramento dos fluxos de caixa previstos e realizados com o objetivo de se precaver das possíveis necessidades de caixa no curto prazo. Com o intuito de assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações de maneira conservadora, a gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimos prazos, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez.

## Companhia Energética do Ceará - COELCE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2012, 2011 e 1º de janeiro de 2011

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### 33. Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro--Continuação

#### Fatores de risco--Continuação

##### g) Risco de liquidez--Continuação

As tabelas abaixo apresentam informações sobre os vencimentos futuros dos empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia que estão sendo considerados nos fluxos de caixa projetado:

|  | Menos de um mês | De um a três meses | De três meses a um ano | De um a cinco anos | Mais de cinco anos | Total            |
|--|-----------------|--------------------|------------------------|--------------------|--------------------|------------------|
| 31 de dezembro de 2012                   |                 |                    |                        |                    |                    |                  |
| Empréstimos e financiamentos pré-fixados | 4.265           | 10.410             | 50.693                 | 203.136            | 66.052             | 334.556          |
| Empréstimos e financiamentos pós-fixados | 8.603           | 12.430             | 55.135                 | 56.644             | 8.144              | 140.956          |
| Debêntures                               | -               | -                  | 102.712                | 495.366            | 114.944            | 713.022          |
|  | <b>12.868</b>   | <b>22.840</b>      | <b>208.540</b>         | <b>755.146</b>     | <b>189.140</b>     | <b>1.188.534</b> |
| 31 de dezembro de 2011                   |                 |                    |                        |                    |                    |                  |
| Empréstimos e financiamentos Pré-fixados | 5.080           | 11.011             | 47.124                 | 186.874            | 72.729             | 322.818          |
| Empréstimos e financiamentos pós-fixados | 9.337           | 18.304             | 97.285                 | 132.181            | 8.620              | 265.727          |
| Debêntures                               | -               | -                  | 104.342                | 468.173            | 226.951            | 799.466          |
|  | <b>14.417</b>   | <b>29.315</b>      | <b>248.751</b>         | <b>787.228</b>     | <b>308.300</b>     | <b>1.388.011</b> |
| 31 de dezembro de 2010                   |                 |                    |                        |                    |                    |                  |
| Empréstimos e financiamentos pré-fixados | 4.899           | 9.875              | 44.191                 | 177.267            | 38.844             | 275.076          |
| Empréstimos e financiamentos pós-fixados | 7.169           | 19.148             | 99.744                 | 251.134            | 8.161              | 385.356          |
| Debêntures                               | 5.189           | -                  | 108.848                | 193.982            | -                  | 308.019          |
|  | <b>17.257</b>   | <b>29.023</b>      | <b>252.783</b>         | <b>622.383</b>     | <b>47.005</b>      | <b>968.451</b>   |

Os valores previstos para os próximos vencimentos dos instrumentos de *hedge* que também estão contemplados nos fluxos de caixa da Companhia estão dispostos abaixo:

|                           | Menos de um mês | De um a três meses | De três meses a um ano | De um a cinco anos | Mais de cinco anos | Total  |
|---------------------------|-----------------|--------------------|------------------------|--------------------|--------------------|--------|
| 31 de dezembro de 2012    |                 |                    |                        |                    |                    |        |
| "Swaps" de juros 08/11/12 | -               | -                  | 3.202                  | 5.126              | -                  | 8.328  |
|                           | -               | -                  | 3.202                  | 5.126              | -                  | 8.328  |
| 31 de dezembro de 2011    |                 |                    |                        |                    |                    |        |
| "Swaps" de juros          | -               | -                  | 10.961                 | -                  | -                  | -      |
|                           | -               | -                  | -                      | -                  | -                  | -      |
| 31 de dezembro de 2010    |                 |                    |                        |                    |                    |        |
| "Swaps" de moeda          | -               | -                  | 11.429                 | 12.400             | -                  | 23.829 |
|                           | -               | -                  | 11.429                 | 12.400             | -                  | 23.829 |

## Companhia Energética do Ceará - COELCE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2012, 2011 e 1º de janeiro de 2011

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### 33. Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro--Continuação

#### Fatores de risco--Continuação

##### g) Risco de liquidez--Continuação

Para se precaver de qualquer necessidade emergencial de caixa, a Companhia utiliza como opção de curto prazo a conta garantida que tem contratada. Abaixo segue tabela demonstrando a posição contratada em 31 de dezembro de 2012 e 2011:

| <u>Conta garantida</u> | <u>31/12/2012</u> | <u>31/12/2011</u> | <u>01/01/2011</u> |
|------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| Contratada             | 100.000           | 100.000           | 50.000            |

#### Valorização dos instrumentos financeiros

O método de mensuração utilizado para cálculo do valor de mercado dos instrumentos financeiros foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses ativos e passivos, taxas de mercado vigentes e respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço:

| Ativo  | Categoria                         | Nível | 31/12/2012 |             | 31/12/2011 |             | 01/01/2011 |             |
|--|-----------------------------------|-------|------------|-------------|------------|-------------|------------|-------------|
|  |                                   |       | Contábil   | Valor Justo | Contábil   | Valor Justo | Contábil   | Valor Justo |
| Caixa e equivalente de caixa                     | Valor justo por meio de resultado | 2     | 152.715    | 152.715     | 91.490     | 91.490      | 52.771     | 52.771      |
| Títulos e valores mobiliários                    | Valor justo por meio de resultado | 2     | 62.315     | 62.315      | 236.710    | 236.710     | 51.499     | 51.499      |
| Cauções e depósitos vinculados                   | Empréstimos e recebíveis          | -     | 54.583     | 54.583      | 74.666     | 74.666      | 46.030     | 46.030      |
| Consumidores, concessionários e permissionários  | Empréstimos e recebíveis          | -     | 486.631    | 486.631     | 441.706    | 441.706     | 411.974    | 411.974     |
| Ativo indenizável (concessão)                    | Disponível para venda             | 3     | 606.556    | 606.556     | 203.980    | 203.980     | 110.875    | 110.875     |
| Passivo  |                                   |       |            |             |            |             |            |             |
| Empréstimos e financiamentos em moeda nacional   | Empréstimos e recebíveis          | -     | 394.978    | 395.548     | 473.592    | 474.471     | 523.415    | 516.933     |
| Debêntures em moeda nacional                     | Empréstimos e recebíveis          | -     | 552.634    | 554.934     | 588.677    | 593.343     | 263.402    | 262.838     |
| Empréstimos, financiamentos em moeda estrangeira | Empréstimos e recebíveis          | -     | 6.159      | 6.007       | 22.358     | 22.266      | 34.481     | 36.011      |
| Instrumentos financeiros derivativos             | Empréstimos e recebíveis          | -     | 637        | 637         | 10.819     | 10.819      | 21.611     | 21.611      |
| Fornecedores                                     | Empréstimos e recebíveis          | -     | 216.496    | 216.496     | 184.662    | 184.662     | 250.834    | 250.834     |

As aplicações financeiras registradas nas demonstrações financeiras (classificadas tanto como caixa e equivalentes de caixa quanto títulos e valores mobiliários) aproximam-se dos valores de mercado, pois são efetuadas a juros pós-fixados.

## Companhia Energética do Ceará - COELCE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2012, 2011 e 1º de janeiro de 2011

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### 33. Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro--Continuação

#### Fatores de risco--Continuação

##### g) Risco de liquidez--Continuação

#### Valor justo hierárquico

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

- ▶ Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo.
- ▶ Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- ▶ Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

#### Instrumento financeiro derivativo

Os valores da curva e de mercado do instrumento financeiro (*swap*) de 31 de dezembro de 2012 estão dispostos abaixo:

| Derivativo                                   | Valor da curva | Valor de mercado (contábil) | Diferença |
|--|----------------|-----------------------------|-----------|
| Swap DI x PRÉ 08.11.12 HSBC Bank Brasil S.A. | (188)          | (637)                       | (449)     |

## Companhia Energética do Ceará - COELCE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2012, 2011 e 1º de janeiro de 2011

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### 33. Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro--Continuação

#### Fatores de risco--Continuação

##### g) Risco de liquidez--Continuação

#### Instrumento financeiro derivativo--Continuação

A estimativa do valor de mercado das operações de *swap* foi elaborada baseando-se no modelo de fluxos futuros a valor presente, descontados a taxas de mercado apresentadas pela BM&F na posição de 31 de dezembro de 2012.

A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo exclusivo de proteção econômica e financeira. Em 31 de dezembro de 2012 havia apenas *swap* CDI para taxa fixa, a fim de diminuir a exposição às flutuações dos índices de mercado.

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia detinha operações de *swap* conforme demonstrado abaixo:

| Descrição          | Contraparte           | Data dos contratos | Data de vencimento              | Posição            | Valores de referência           |                    |
|--------------------|-----------------------|--------------------|---------------------------------|--------------------|---------------------------------|--------------------|
|                    |                       |                    |                                 |                    | Moeda local                     |                    |
|                    |                       |                    |                                 |                    | 31/12/2012                      | 32/12/2011         |
| Contratos de swaps |                       |                    |                                 |                    |                                 |                    |
| Valor              | HSBC BANK BRASIL S.A. | 08/11/2012         | 17/10/2016                      | CDI + 0,97%aa9,43% | BRL 637                         | -                  |
|                    |                       | Valor justo        | Efeito acumulado até 31/12/2012 |                    | Efeito acumulado até 31/12/2011 |                    |
| Descrição          | Contraparte           | 31/12/2012         | Valor a receber/recebido        | Valor a pagar/pago | Valor a receber/recebido        | Valor a pagar/pago |
| Contratos de swaps |                       |                    |                                 |                    |                                 |                    |
| (+) Ativo          |                       | R\$ 108.167        | -                               | -                  | -                               | -                  |
| (-) Passivo        | HSBC BANK BRASIL S.A. | R\$ 108.804        | -                               | -                  | -                               | -                  |
| (=) Ajuste         |                       | (R\$ 637)          | -                               | (R\$ 637)          | -                               | -                  |

As operações de derivativos são realizadas a fim de proteger o caixa da Companhia. A contratação dos derivativos é realizada com bancos "Investment Grade" com "expertise" necessária para as operações. A Companhia tem por política não negociar e/ou contratar derivativos especulativos.

#### Análise de sensibilidade suplementar sobre instrumentos financeiros, conforme Instrução CVM nº 475, de dezembro de 2008

Essas análises têm por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

## Companhia Energética do Ceará - COELCE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2012, 2011 e 1º de janeiro de 2011

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### 33. Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro--Continuação

#### Fatores de risco--Continuação

##### g) Risco de liquidez--Continuação

#### **Análise de sensibilidade suplementar sobre instrumentos financeiros, conforme Instrução CVM nº 475, de dezembro de 2008--Continuação**

Vide abaixo análise de sensibilidade nas dívidas da Companhia estabelecida através da projeção das despesas financeiras para os próximos 12 meses de acordo com a curva futuro dos indicadores divulgada pela BM&F.

| <u>Indexador do contrato</u> | <u>31/12/2012</u> | <u>Cenário + 25%</u> | <u>Cenário + 50%</u> |
|------------------------------|-------------------|----------------------|----------------------|
| IPCA                         | 42.916            | 47.491               | 52.012               |
| CDI                          | -                 | -                    | -                    |
| TJLP                         | 8.819             | 10.025               | 11.219               |
| FIXO                         | 18.366            | 18.366               | 18.366               |
| IGPM                         | 2.235             | 2.446                | 2.654                |
| Dólares norte-americano      | 734               | 2.139                | 3.307                |
| TR                           | 36                | 36                   | 36                   |
| Total                        | <u>73.106</u>     | <u>80.503</u>        | <u>87.594</u>        |

Em seguida, apresenta-se a análise de sensibilidade estabelecida com o uso de cenários e projeções em relação a eventos futuros relativos ao comportamento do *swap* da Companhia:

| <u>Indexador do contrato</u>    | <u>31/12/2012</u> | <u>Cenário + 25%</u> | <u>Cenário + 50%</u> |
|---------------------------------|-------------------|----------------------|----------------------|
| Debênture 1ª série - 3ª emissão | 13.542            | 16.397               | 19.210               |
| <i>Swap</i> ponta ativa         | (13.542)          | (16.397)             | (19.210)             |
| <i>Swap</i> ponta passiva       | 15.649            | 15.649               | 15.649               |
| Total                           | <u>15.649</u>     | <u>15.649</u>        | <u>15.649</u>        |

Conforme demonstrado acima, a variação do CDI sobre a parcela da dívida coberta pelo *swap* é compensada inteiramente pelo resultado oposto de sua ponta ativa. Ao mesmo tempo em que os encargos dessa dívida são substituídos pelos juros fixos da ponta passiva, evitando que oscilações do mercado afetem as despesas financeiras da Companhia.

## Companhia Energética do Ceará - COELCE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2012, 2011 e 1º de janeiro de 2011

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### 34. Compromissos

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia são dispostos abaixo:

|                                     | Vigência | 2013      | 2014      | 2015      | 2016      | 2017      | Após 2017  |
|-------------------------------------|----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|------------|
| Endesa Fortaleza-CGTF               | até 2023 | 513.467   | 528.451   | 546.447   | 571.491   | 597.906   | 4.136.462  |
| Proinfa                             | até 2025 | 45.818    | 47.651    | 49.557    | 51.539    | 53.601    | 513.643    |
| Energy Works                        | até 2013 | 5         | -         | -         | -         | -         | -          |
| Eólica - Wobben                     | até 2018 | 5.868     | 6.041     | 4.731     | 4.901     | 5.107     | 5.337      |
| 1ºLEE - Produto 2005                | até 2012 | 227.765   | 236.094   | 243.013   | 253.426   | 262.843   | 767.102    |
| 1ºLEE - Produto 2006                | até 2013 | 204.784   | 212.194   | 218.157   | 227.505   | 235.959   | 1.042.797  |
| 1ºLEE - Produto 2007                | até 2014 | 50.025    | 51.245    | 50.770    | 52.946    | 54.913    | 309.492    |
| 2ºLEE - Produto 2008                | até 2015 | 51.628    | 53.693    | 55.840    | 58.233    | 60.397    | 416.822    |
| 4ºLEE - Produto 2009                | até 2016 | 18.070    | 18.792    | 19.544    | 20.382    | 21.139    | 173.781    |
| 1ºLEN - Produto 2008                | até 2037 | 29.351    | 30.525    | 31.746    | 33.106    | 34.337    | 282.875    |
| 1ºLEN - Produto 2009                | até 2038 | 35.041    | 36.442    | 37.900    | 39.524    | 40.993    | 352.947    |
| 1ºLEN - Produto 2010                | até 2039 | 104.548   | 108.730   | 113.079   | 117.925   | 122.307   | 2.660.079  |
| 2ºLEN - Produto 2009                | até 2038 | 52.990    | 55.110    | 57.314    | 59.770    | 61.991    | 1.491.723  |
| 3ºLEN - Produto 2011                | até 2040 | 80.173    | 83.380    | 86.716    | 90.431    | 93.792    | 2.192.228  |
| 5ºLEE - Produto 2007                | até 2014 | 2.083     | 2.167     | 2.253     | 2.350     | 2.437     | 13.737     |
| 4ºLEN - Produto 2010                | até 2024 | 11.986    | 12.466    | 12.964    | 13.520    | 14.022    | 115.274    |
| 5ºLEN - Produto 2012                | até 2041 | 109.585   | 113.969   | 118.528   | 123.606   | 128.199   | 2.592.636  |
| Leilão Santo Antônio - Produto 2012 | até 2041 | 11.280    | 29.870    | 46.589    | 50.340    | 52.211    | 2.123.644  |
| Leilão Jirau - Produto 2013         | até 2042 | 4.909     | 9.531     | 13.874    | 17.192    | 17.830    | 772.772    |
| 6ºLEN - Produto 2011                | até 2025 | 4.807     | 4.999     | 5.199     | 5.421     | 5.623     | 53.921     |
| 7ºLEN - Produto 2013                | até 2042 | 44.037    | 45.799    | 47.631    | 49.672    | 51.518    | 705.768    |
| Leilão Belo Monte                   | até 2044 | -         | -         | 3.082     | 53.513    | 148.474   | 7.579.785  |
| 10º Leilão de Energia Nova          | até 2045 | -         | -         | 18.565    | 19.360    | 20.080    | 983.987    |
| 11º Len - Produto 2015              | até 2044 | -         | -         | 35.480    | 37.001    | 38.375    | 1.880.545  |
| 12º LEN Produto 2014                | até 2043 | -         | 92.393    | 106.913   | 111.494   | 115.637   | 2.995.709  |
| Total                               |          | 1.608.220 | 1.779.542 | 1.925.892 | 2.064.648 | 2.239.691 | 34.163.066 |

EE - Leilão de Energia Existente.

LEN - Leilão de Energia Nova.

Os valores relativos aos contratos de compra de energia representam o volume total contratado pelo preço corrente no final do exercício de 2012 que foram homologados pela ANEEL.

### 35. Participação nos resultados

A Companhia implantou o programa de participação dos empregados nos resultados, nos moldes da Lei nº 10.101/00 e artigo nº 189 da Lei das Sociedades por Ações, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas com os mesmos; metas estas que vem desde o plano estratégico da Companhia até sua respectiva área, além de uma avaliação comportamental para cada colaborador.

O montante estimado dessa participação para o período de doze meses, findo em 31 de dezembro de 2012, foi de R\$ 10.559 (R\$ 10.817 em 2011 e R\$ 8.531 em 1 de janeiro de 2011).

## Companhia Energética do Ceará - COELCE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2012, 2011 e 1º de janeiro de 2011

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### 36. Cobertura de seguros

Os principais ativos em serviço da Companhia estão segurados por uma apólice de risco operacional do Grupo Endesa, com o valor em risco para danos materiais no montante de R\$ 655.922, com um limite de cobertura para lucros cessantes de R\$ 1.955.305 e um limite geral de indenização, por sinistro, no montante de R\$ 101.478. A Companhia também mantém um seguro de responsabilidade civil que faz parte do programa de seguros corporativos do Grupo Endesa no valor de R\$ 525.292 por sinistro ou agregado anual. Ambos os programas têm validade no período compreendido de 1 de novembro de 2012 a 31 de outubro de 2013.

| Riscos                       | Data de vigência |            | Importância<br>segurada | Limite<br>máximo<br>de garantia<br>por sinistro |
|------------------------------|------------------|------------|-------------------------|---|
|                              | De               | Até        |                         |   |
| Risco operacional            | 01/11/2012       | 31/10/2013 | <b>655.922</b>          | <b>101.478</b>                                  |
| Responsabilidade civil geral | 01/11/2012       | 31/10/2013 | <b>N/A</b>              | <b>525.292</b>                                  |

## Manifestação do Conselho de Administração

O Conselho de Administração da Companhia Energética do Ceará - Coelce, tendo examinado as Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício Social de 2012, compreendendo o relatório da administração, o balanço patrimonial, as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, e do valor adicionado, complementadas por notas explicativas, bem como a proposta de destinação de lucro, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria e Contador da Companhia e considerando, ainda, o parecer dos auditores independentes, aprovou os referidos documentos e propõe sua aprovação pela Assembléia Geral Ordinária da Companhia.

Fortaleza, 27 de março de 2013

---

Mario Fernando de Melo Santos  
Presidente da Mesa e do Conselho

---

Marcelo Andrés Llévanes Rebolledo  
Vice-Presidente do Conselho

---

José Alves de Mello Franco  
Conselheiro

---

Francisco Honório Pinheiro Alves  
Conselheiro

---

Fernando Antonio de Moura Avelino  
Conselheiro

---

Aurélio Ricardo Bustilho de Oliveira  
Conselheiro

---

Cristián Eduardo Fierro Montes  
Conselheiro

---

Nelson Ribas Visconti  
Conselheiro

---

Gonzalo Vial Vial  
Conselheiro

---

Jorge Parente Frota Júnior  
Conselheiro

---

Renato Soares Sacramento  
Conselheiro

## **Parecer do Conselho Fiscal**

O Conselho Fiscal da Companhia Energética do Ceará - Coelce, reunido nesta data, no uso de suas atribuições legais, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, complementadas por notas explicativas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012 e a proposta da Administração de distribuição do Lucro Líquido do exercício de 2012.

Com base nos documentos examinados, nas análises levadas a efeito e nos esclarecimentos apresentados por representantes da Companhia, e tendo em conta o parecer, sem ressalvas, emitido pelos auditores externos, Ernst & Young Terco, e respectivos esclarecimentos prestados por seu representante, este Conselho Fiscal, por unanimidade de seus membros, opina favoravelmente aos referidos documentos que estão em condições de serem examinados e votados pela Assembléia Geral Ordinária de Acionistas.

Fortaleza, 27 de março de 2013.

**Raimundo Francisco Padilha Sampaio**  
Conselheiro Fiscal

**Sérgio Queiroz Lyra**  
Conselheiro Fiscal

**Antônio Cléber Uchoa Cunha**  
Conselheiro Fiscal

## **Declaração dos Diretores da Companhia**

Após examinadas, discutidas e revisadas as Demonstrações Financeiras da Companhia do exercício social findo em 31/12/2012, compreendendo o relatório da administração, o balanço patrimonial, as demonstrações de resultado, de mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, e do valor adicionado, complementadas por notas explicativas, bem como a proposta de destinação do lucro de 2012 e pagamento de dividendos, diante dos esclarecimentos prestados pelo *controller* da Companhia, Sr. Claudio Roberto de Azevedo Ferreira, foi, pela unanimidade dos presentes, declarado que tais documentos apresentam informações completas, precisas e verdadeiras, refletindo adequadamente a situação da companhia e de seus negócios e, que, portanto, concordam integralmente com os termos contidos nos referidos documentos, bem como que concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes da Companhia, tudo nos termos da Instrução CVM nº 480, de 07/12/09. Assim sendo, recomendam a aprovação de tais documentos pelo Conselho de Administração da Companhia e pelos seus acionistas, reunidos em assembléia geral ordinária.

Fortaleza, 11 de março de 2013.

Abel Alves Rochinha - Diretor Presidente

Olga Jovanna Carranza Salazar - Diretora Comercial

José Nunes de Almeida Neto - Diretor de Relações Institucionais e Comunicação

Aurelio Ricardo Bustilho de Oliveira - Diretor de Planejamento e Controle

David Augusto de Abreu - Diretor Financeiro

Teobaldo José Cavalcante Leal – Diretor de Relações com Investidores

Carlos Ewandro Naegele Moreira – Diretor de Recursos Humanos

José Alves de Mello Franco – Diretor de Regulação

Nelson Ribas Visconti - Diretor de Assessoria Tributária